



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 192 - TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 216ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Lembrando a realização de sessão especial, amanhã, às 11:00 horas, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – Prodasen, de acordo com o Requerimento nº 1.120, de 2007, do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores..... 41838

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 70, de 2007, que suspende a execução da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à promulgação..... 41838

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 71, de 2007, que suspende a execução do inciso V do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12 de abril de 1990, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à promulgação..... 41838

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 72, de 2007, que suspende a execução da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à promulgação..... 41838

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 73, de 2007, que suspende a execução do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à promulgação..... 41838

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.362, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que o Projeto de Lei do

Senado nº 226, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 41838

Nº 1.363, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 do corrente, quando participará do Painel “Regulação da Infra-Estrutura: a vez do Gás”, no Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”... 41838

Nº 1.364, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações a Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que foi nomeado, no último dia 24, Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar o Sacro Colégio Pontifício..... 41838

Nº 1.365, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **O Estado de S. Paulo**, pela publicação na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia..... 41839

Nº 1.366, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa “Caminhos da Amazônia”..... 41839

Nº 1.367, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o Prêmio do Júri, na categoria de curta-metragem 35mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme..... 41839

Nº 1.368, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney e outros senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 6 de dezembro próximo, destinada a comemorar o 10º aniversário da obtenção do título de “Cidade Patrimônio da Humanidade” ao Município de São Luís/MA..... 41840

Nº 1.369, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a criação de Comissão Especial para acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros Estados brasileiros..... 41840

Nº 1.370, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado René Barbour, ocorrido hoje..... 41841

Nº 1.371, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop, Carlos Alberto Castanho Scholtão..... 41841

1.2.3 – Ofício

Nº 119/2007, de 26 do corrente, da Liderança dos Democratas no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs..... 41841

1.2.4 – Parecer

Nº 1.103, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007 (nº 378/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007.... 41841

1.2.5 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 97, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que acrescenta ao *caput* do artigo 93 da Constituição Federal de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura. . 41845

Nº 98, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para vedar a reeleição, no período subsequente dos Chefes do Poder Executivo..... 41849

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 670, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que acrescenta § 3ª ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora..... 41852

Projeto de Lei do Senado nº 671, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza as providências para a divulgação, pela Internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios..... 41853

Projeto de Resolução nº 76, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que acrescenta parágrafos ao art. 93 do Regimento Interno, para prever a realização de reuniões técnicas das Comissões..... 41854

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 76, de 2007, lido anteriormente..... 41855

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Prestação das ações de S. Exa., cujas prioridades são a educação e o desenvolvimento econômico do Amapá..... 41855

SENADOR *OSMAR DIAS* – Pleito aos Ministros da Educação e da Saúde, em busca de uma saída para a crise por que passa o Hospital das Clínicas de Curitiba..... 41858

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas a CPMF e à excessiva carga tributária brasileira..... 41860

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Anúncio da realização, em 2 de dezembro próximo, das eleições para a direção do Partido dos Trabalhadores, nas áreas nacional, estadual e municipal..... 41863

SENADORA *MARISA SERRANO* – Indignação com o episódio ocorrido no Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens. Considerações sobre a política prisional do nosso País. 41865

SENADOR *ALVARO DIAS* – A insistência do Governo em cooptar votos no PSDB para a aprovação da prorrogação da CPMF..... 41867

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Registro da realização da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Preocupação com o problema do abastecimento de energia elétrica para o Estado de Roraima. 41869

1.2.9 – Nota do Presidente Interino do Senado Federal

Associando-se ao justo reconhecimento público da qualidade do trabalho desenvolvido pela Rádio Senado, que teve uma de suas reportagens especiais escolhida como finalista do 9º Prêmio Imprensa Embratel. 41872

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira. **Votação sobrestada em virtude da falta de quorum**, após **Parecer nº 1.104**,

de 2007-PLEN, proferido pelo Sr. Romero Jucá (Relator Revisor “Ad hoc”), tendo usado da palavra os Srs. José Agripino, Alvaro Dias, Aloizio Mercadante, Mário Couto, Arthur Virgílio e Marcelo Crivella..... 41873

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude da falta de quorum para a votação do item 1 da pauta:

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007)... 41895

Item 3 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 41895

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências..... 41895

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. (Votação nominal) 41895

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. (Votação nominal)..... 41895

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Votação nominal).. 41896

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribui-

ções sociais e de intervenção no domínio econômico. (Votação nominal, caso não haja emendas) 41896

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. (Votação nominal, caso não haja emendas)..... 41896

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências..... 41896

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 41896

Item 12 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública... 41896

Item 13 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.. 41897

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir aos deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.. 41897

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no **caput** dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF) 41897

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

41897

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.

41897

Item 18 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.

41897

Item 19 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.

41898

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

41898

Item 21 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que requer, nos termos regimentais,

seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

41898

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro das matérias intituladas “Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** e “Mangabeira nas mãos do STF”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edições de 16 de outubro último.

41902

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “Governo ataca TCU sobre problema em obras”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 21 de setembro último.

41905

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo intitulado “O mulá Omar brasileiro”, publicado na revista **Veja**, edição de 12 de setembro último.

41906

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 27, com Ordem do Dia anteriormente designada.

41907

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº 4.514, de 2007.

41913

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 216ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Alvaro Dias

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/11/2007 07:41:29 até 26/11/2007 20:30:41

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 56 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – Prodasen, de acordo com o **Requerimento nº 1.120, de 2007**, do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 70, de 2007**, que suspende a execução da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991;
- **Projeto de Resolução nº 71, de 2007**, que suspende a execução do inciso V do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12 de abril de 1990;
- **Projeto de Resolução nº 72, de 2007**, que suspende a execução da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo; e
- **Projeto de Resolução nº 73, de 2007**, que suspende a execução do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos, aprovados, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.362, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.363, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para participar, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, quando participei do Painel “Regulação da Infra-Estrutura: a vez do Gás”, que se realizará na cidade do Rio de Janeiro, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.364, DE 2007

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado voto de congratulações a Sua Excelência Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que no último dia 24-11-2007 foi nomeado Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar Sacro Colégio Pontifício, como conselheiro e colaborador, auxiliar direto do

Sumo Pontífice, augurando-lhe saúde, vigor e muita sabedoria para um mundo melhor em paz e justiça.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao jornal O Estado de São Paulo, pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao jornal **O Estado de S. Paulo**, pela publicação de revista especial, da série Grandes Reportagens, com oportuno levantamento jornalístico sobre o futuro da Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção do jornal e, por seu intermédio, aos repórteres que participaram da produção desse verdadeiro documentário, de grande atualidade brasileira..

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo notável trabalho jornalístico de **O Estado de São Paulo**, publicado em formato de revista, com amplo levantamento jornalístico sobre a realidade da Amazônia, com a indagação: Ainda há tempo? Essa é a inquietante pergunta que deveria preocupar com elevada prioridade as autoridades governamentais, quase sempre omissas no que toca à preservação da Amazônia, vital para o futuro da Humanidade. “Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento, a Amazônia pode ser salva, mas antes é preciso conhecê-la”. A reportagem do **Estadão** percorreu a região para revelar as tragédias e conhecer as experiências que poderão preservar a mais rica biodiversidade do planeta.

O documentário do **Estadão** é divulgado num momento em que maiores são as preocupações mundiais, mas, sobretudo, do Brasil diante do futuro que

poderá estar reservado à mais estratégica das regiões brasileiras.

Sala das Sessões, 26, de novembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.366, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa “Caminhos da Amazônia”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão por haver lançado o programa semanal “Caminhos da Amazônia”, a ser transmitido, em rede nacional, aos sábados.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da Rede Vida de Televisão, jornalista João Monteiro de Barros Filho, e ao produtor do programa, jornalista Elpídio Amanajás.

Justificação

No dia 21 deste mês de novembro de 2007, a Rede Vida de Televisão exibiu para um grupo de convidados, em Brasília, seu novo programa “Caminhos da Amazônia”, que foi ao ar, em rede nacional, no sábado, dia 24. Esse programa, a cargo do jornalista Elpídio Amanajás, será exibido todo sábado, às 21 horas. E se destinada a divulgar e a discutir os assuntos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de interesse da Amazônia. E excelente iniciativa, pois contribui para que os brasileiros conheçam mais a fundo essa região tão importante para o País. Merece, pois, a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, de novembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.367, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter ob-

tido o Prêmio do Júri, na categoria de curta-metragem 35mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor Amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à cineasta Cristiane Garcia, por haver obtido, com o filme “Nas Asas do Condor”, o Prêmio do Júri, categoria curta-metragem 35mm, no 4º Amazonas Film Festival, encerrado no dia 15 deste mês de novembro de 2007, em Manaus, bem como ao escritor, também amazonense, Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de ambos os homenageados.

Justificação

A diretora e roteirista Cristiane Garcia acaba de obter o Prêmio do Júri, categoria curta-metragem 35mm, no 4º *Amazonas Film Festival*, encerrado no dia 15 deste mês de novembro de 2007, em Manaus, com a película “Nas Asas do Condor”, uma produção inteiramente amazonense. Inclusive pelo fato de ter-se baseado no conto de um escritor (brilhante) também amazonense, Milton Hatoum. Foi um irmão de Cristiane, o professor e sociólogo Demétrio Garcia, que chamou sua atenção para o conto, que lera na coletânea **Era uma vez um conto**. Ela se interessou, entrou em contato com o escritor, que não só deu autorização para a filmagem, como a liberou do pagamento de direitos autorais. Cristiane fez três versões de roteiros, o primeiro dos quais para filme de 60 minutos. O último, de 15 minutos, contemplado com verba de R\$15 mil, da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Amazonas, foi o vencedor do Festival. Uma das apreciações sobre o filme, classifica-o de sensível e diz que conta com atores e também com criativos recursos de animação para apresentar na tela o primeiro texto infanto-juvenil de Hatoum. Por esse feito, que projeta o nome do Amazonas no cenário cinematográfico, a cineasta e o escritor fazem jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.368, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 6 de dezembro do corrente, destinada a comemorar o 10º Aniversário da obtenção do título de Cidade Patrimônio da Humanidade ao Município de São Luís/MA.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

Senadora ROSEANA SARNEY

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.369, DE 2007

Requeiro, nos termos do Art. 75 do Regimento Interno, combinado com o art 58, da Constituição Federal; a criação de Comissão Especial para Acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam a ocorrer. Composta por quatro senadores, com alternância de sexos, pelo prazo de 90 dias.

Justificação

Ao tomar conhecimento dos fatos lamentáveis, repugnantes e inaceitáveis, ocorridos no Estado do Pará, em que autoridades policiais colocaram uma jovem de apenas 15 anos de idade em uma cela com vinte homens, e que desta atitude irresponsável os mais absurdos atos de violência ocorreram, é que o Senado Federal tem a obrigação de se posicionar

firmente constituindo esta Comissão com objetivo de evitar que esta barbárie fique impune e que os responsáveis não sejam apenas afastados de suas funções mais sim punidos rigorosamente.

Desta forma, se faz necessário o total esclarecimento perante esta Casa dos fatos ocorridos com a jovem violentada e com outras mulheres que sofrem situação semelhante em outros estados brasileiros.

Sala das sessões, 26 de novembro de 2007.
Senadora **Serys Silhessarenko**, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.370, DE 2007

Com fulcro no artigo, 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro, em Cuiabá, do ex-Deputado, Renê Barbour, com envio de condolências à família.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 1.371 DE 2007

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop Carlos Alberto Castanho Scholtão, com apresentação formal de condolências à família.

Justificação

O médico Carlos Alberto Castanho Scholtão, presidente do PT de Sinop (a 500km ao Norte de Cuiabá) faleceu, aos 54 anos, neste feriado do Dia de Finados. Carlos Scholtão foi um dos primeiros vereadores eleitos pelo PT em Mato Grosso. Nas eleições de 2002 e 2006 concorreu, sem êxito, a uma vaga de deputado federal.

Sua morte deixou os militantes petistas consternados, principalmente os chamados históricos. Era tido como um “companheiro fraterno” e bastante dedicado à saúde pública com qualidade.

O Estado de Mato Grosso perdeu um grande político, uma personalidade pública que realmente tentou fazer a diferença, que buscou melhorar a qualidade de vida de nossa população. O PT perdeu um dos gran-

des nomes de seus quadros, uma perda irreparável e que fará muita falta à nossa militância petista.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 119/07-GLDEM

Brasília, 26 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges pelo Senador Demóstenes Torres, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito – ONG.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.103, DE 2007

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, (nº 378, 2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”.

Relator: Senador **João Tenório**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 380, de 2007, cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 31 de outubro de 2007.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 373, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00147 MRE – SGEX/SGAP I/DA/CGEUC/DAI, de 5 de junho de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

(...) Pelo acordo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitirá, quando solicitada pela Embaixada americana, documento para desobstruir os trâmites necessários à transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no Brasil. Reciprocamente, o Acordo estabelece procedimentos para desobstruir a instalação e o funcionamento, em território norte-americano, de Repartições diplomáticas e consulares brasileiras.

II – Análise

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo foi celebrado por meio de troca de notas.

Os Estados Unidos da América (EUA) propõem, com base no princípio da reciprocidade, que a Receita Federal do Brasil emita, em favor de sua Embaixada e de suas Repartições Consulares de Carreira aqui instaladas, documentos que permitam “a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade dos Estados Unidos da América no território brasileiro”.

Intencionam, ainda, que ambos os governos concedam, nos termos de suas legislações internas, “aprovação necessária para aquisição, venda ou outra forma de disposição de imóveis diplomáticos e

consulares, inclusive residenciais, em seus respectivos territórios”.

O Governo brasileiro manifestou-se favoravelmente aos termos da nota diplomática norte-americana. Convém, contudo, ressaltar que as partes deixaram claro que o acordo não terá o condão de modificar suas respectivas posições no que se refere à interpretação das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares.

A nota brasileira, nesse ponto, foi expressa ao mencionar as divergências existentes entre os dois países em matéria de previdência social. Os EUA entendem que as citadas Convenções permitem isentar às Missões estrangeiras de inscreverem seus empregados nos sistemas previdenciários dos Estados em que estão acreditadas. O Brasil, de outro modo, entende que as Convenções de Viena remetem a questão para ser disciplinada pela legislação interna dos países. No caso brasileiro, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, prevê como segurado obrigatório da Previdência Social o prestador de serviço, no Brasil, “a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições”.

Desse modo, o acordo resolve questões práticas – transferência de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais – decorrentes das discordâncias interpretativas entre as partes no que diz respeito às Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, sem que, para tanto, o Estado brasileiro renuncie a seu entendimento sobre a obrigatoriedade de Estados estrangeiros observarem o disposto no citado art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991.

Estamos certos de que a aprovação do projeto de decreto legislativo contribuirá para o aprimoramento das relações diplomáticas entre Brasil e EUA.

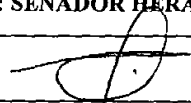
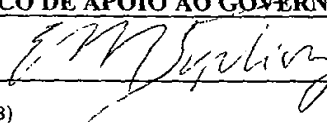
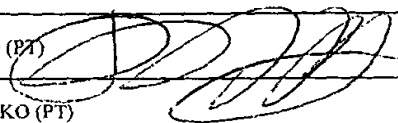
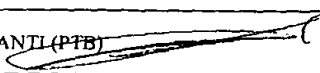
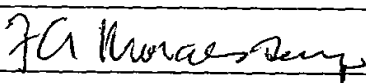

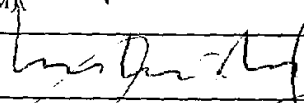
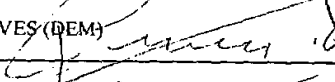
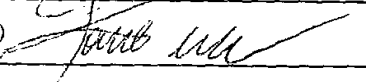
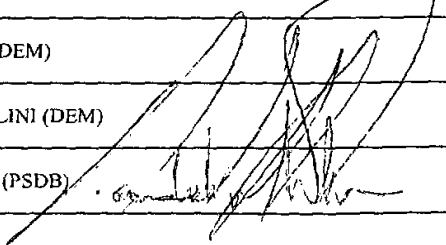
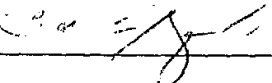
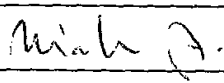
III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 380, DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/11/2007 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PRB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT) 
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE 	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (PMDB)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (PR)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) 	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**CAPITULO I
Dos Contribuintes**

**Seção I
Dos Segurados**

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I – como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior,

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos e a subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; (Incluída pela Lei nº 8.647 de 13-4-93)

h) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

i) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)

II – como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

V – como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876 de 26-11-99)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876 de 26-11-99)

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8-1-2002)

d) revogada (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu

trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

VI – como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7-1-92)

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição, sujeita a renovação anual, nos termos do Regulamento desta Lei, que será exigida: (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

I – da pessoa física, referida no inciso V alínea **a** deste artigo, para fins de sua inscrição como segurado e habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; (Incluído pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

II – do segurado especial, referido no inciso VII deste artigo, para sua inscrição, comprovação da

qualidade de segurado e do exercício de atividade rural e habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28-4-95)

§ 5º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social - RGPS de antes da investidura. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

§ 6º Aplica-se o disposto na alínea **g** do inciso I do **caput** ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 97, DE 2007

Acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do g 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal ou do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:” (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Emenda Constitucional 45/2004, foi um reconhecido avanço no que concerne à eficiência da administração da justiça e à responsabilização de juízes por desvios de conduta no âmbito de seus deveres.

O Conselho informa, em seu sítio na internet que **“é um órgão integrante do Poder Judiciário, e controla a sua atuação administrativa e financeira, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Ou seja, é um órgão administrativo integrante da própria magistratura.**

Sua criação é recente, data de 31 de dezembro de 2004. E sua instalação ocorreu em 14 de junho de 2005. Presidido atualmente pela Ministra Ellen Gracie, indicada pelo Supremo Tribunal Federal, possui 15 conselheiros, aprovados pelo Senado e então nomeados pelo Presidente da República.”(destacamos)[http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=215]

O Conselho Nacional de Justiça tem como atribuição, na forma do artigo 103 - B da Constituição Federal, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Compete-lhe receber e conhecer das reclamações e denúncias contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, magistrados e servidores judiciários.

O Ministro Cezar Peluso, ao julgar a ADI nº 3367-DF, afirmou textualmente que *“são antigas os anseios da sociedade pela instituição de um órgão superior, capaz de formular diagnósticos, tecer críticas construtivas e elaborar programas que, no limite de suas responsabilidades constitucionais, dêem respostas dinâmicas e eficazes aos múltiplos problemas comuns em que se desdobra a crise do Poder.”* Refletindo sobre a presença de não-magistrados no Conselho e a questão do corporativismo, tendo em vista a função fiscalizatória do Conselho, disse ainda o Ministro que *“pode ser que tal presença seja capaz de erradicar um dos mais evidentes males dos velhos organismos de controle, em qualquer país do mundo: o corporativismo, essa moléstia institucional que obscurece os procedimentos investigativos, debilita as medidas sancionatórias e desprestigia o Poder”*

Francisco de Lima discorre sobre a função fiscalizatória do CNJ dizendo que “a sociedade estava a reclamar a presença do CNJ, para coibir os eventuais abusos de magistrados e em face da histórica leniência e do corporativismo dos órgãos disciplinadores do Judiciário. Até porque, a finalidade do conselho é fazer funcionar o Poder Judiciário, coibindo abusos, a preguiça, a complacência, a ineficiência pontuais, porventura verificados nos órgãos judicantes - os quais não poderão rebelar-se, ante a fraqueza de haver deposto de dever.” (Reforma do Poder Judiciário - comentários iniciais à EC 45/2004 São Paulo: Malheiros, 2005, 77).

Flávio Dino entende que no período de redemocratização houve movimento de proteção à magistratura como resposta histórica à tentativa de subordiná-la à vontade de governos autoritários. Com isso, criou-se um sistema disciplinar fechado, isolado, corporativo. Extinto o Conselho Nacional da Magistratura os membros de Tribunais de 2º grau e superiores ficaram quase que imunes à responsabilidade disciplinar e passaram a deter o monopólio absoluto do poder sobre a primeira instância. Segundo o autor “A soma destas características do sistema de responsabilização do disciplinar dos Magistrados implicou a consolidação da crença de que os maus juízes não são punidos pela sua própria corporação, com dois expressivos resultados: a crise de imagem da instituição e o crescimento de propostas de criação do ‘controle externo do Judiciário’.

A conclusão que emerge deste quadro é que a instituição do Conselho Nacional de Justiça era imprescindível para o aprimoramento da responsabilidade disciplinar da Magistratura nacional, fazendo com que ela se torne mais viável em relação aos integrantes dos tribunais e mais efetiva no que se refere aos juízes de 1ª instância.” **(A reforma do Poder Judiciário: comentários à Emenda nº 45/2004.** Niterói: Ed. Impetus, 2005, p. 103)

O CNJ passou por um período inicial em que foram levantadas algumas críticas contumazes ao seu formato e às atribuições que lhe foram conferidas. Passado o primeiro momento, entretanto, é convicção assente na sociedade brasileira, inclusive nos meios acadêmicos, que a atuação do Conselho representou avanço institucional do Poder Judiciário. Por conta do reconhecimento de que os trabalhos do CNJ são exitosos, há quem defenda a ampliação de suas atribuições. Assim entende Maurício Dantas Góes e Góes:

“O modelo adotado pelo CNJ merece, ainda, críticas quanto aos restritos poderes correicionais que lhes (sic) foram concedidos, especialmente a impossibilitada decretação de perda de cargo, o **impeachment** do magistrado que seria por demais salutar”. (in SILVA, Bruno FREIRE e (coord.) **Reforma do Judiciário - análise interdisciplinar e estrutural do primeiro ano de vigência**. Curitiba: Juruá, 2006, Pág. 422)

O CNJ já possui atribuições primárias de fiscalização, exercida com vistas a assegurar que os juízes cumpram seus deveres funcionais. É pertinente, portanto, a idéia de atribuir ao Conselho a possibilidade de iniciar o processo legislativo naquelas situações e aspectos em que entenda haver necessidade de aperfeiçoamento, alteração ou supressão de quaisquer normas relativas à organização da Magistratura. O CNJ tem, por exemplo, competência para determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de magistrado, bem como aplicar as demais sanções administrativas. André Ramos Tavares diz que esta é uma hipótese de exercício de atribuição secundária instrumental. (**Reforma do Judiciário no Brasil pós-88**. São Paulo: Saraiva, 2005, pág. 179)

A competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para promover as alterações que se fazem necessárias na Loman acaba representando a imposição de um ônus excessivo para a Suprema Corte. Adequada é a ampliação desta atribuição para que possa também o CNJ assim agir. A crítica a normas anacrônicas da Loman vem sendo reiteradamente feita pela imprensa, pela academia e pelos próprios membros do Poder Judiciário. Exemplo eloquente deste caso é a recente manifestação do Ministro Vantuil Abdalla, do Conselho Nacional de Justiça, Relator de vários processos contra juízes, defendeu uma punição mais severa para os culpados: “Se eles já têm tempo de serviço suficiente, aposentadoria integral. Ou então, a outra penalidade é a licença remunerada. Ou seja, não trabalha e recebe os vencimentos integrais. Então a sociedade não entende isso, e com toda razão?” (destaques nossos) [<http://jornalhoje.globo.com/jhoje/0,19125,vjs0-3076-20070508-280130,00.html>]

Por todo o exposto reitera-se; é importante dar ao Conselho Nacional de Justiça a competência da iniciativa legislativa para promover as alterações que se façam necessárias na Lei de Organização da Magistratura, na medida em que há afinidade temática de suas atribuições com a possibilidade de iniciar o processo legislativo. Além disso, tem-se verificado em

sua atuação que o órgão é sensível à percepção geral das necessidades sociais de aperfeiçoamento e atualização das normas que regem a função judicante.

Assim, ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

Seção VIII Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

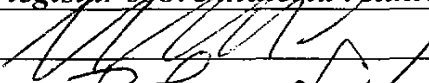
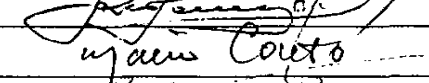
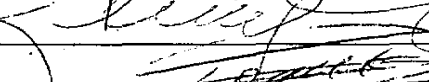

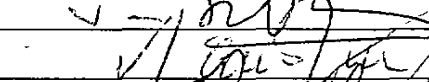
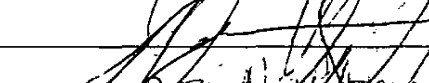
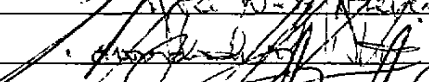
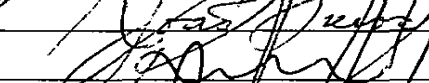

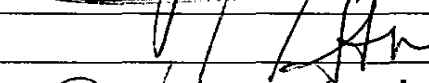
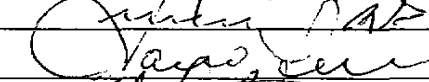


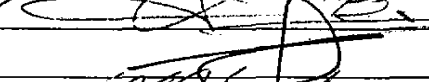
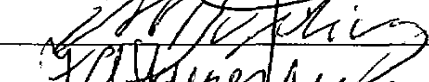
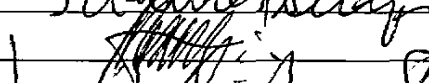
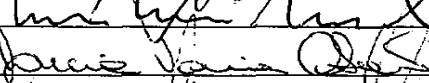
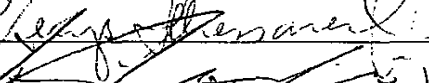



CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

Seção I Disposições Gerais

Art. 93. lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande que "acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 O Conselho Nacional de Justiça como órgão competente a legislar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura"

1		JOÃO CARLOS JUNIOR
2		Raimundo colombo
3		my wellh.
4		Emmanuel Alves Filho
5		DEMOSTENES TODOL
6		
7		Sérgio Guerra
8		Paulo Sérgio
9		WOMEROM MESTES
10		Paulo Sérgio
11		Flávia Ribeiro
12		Paulo Sérgio
13		RODRIGO JÚNIOR
14		Jaime Camp
15		MOZARILDO
16		GERALDO MESALITA JR
17		Maria do Carmo Almeida
18		Barro Teresopolis
19		ALCANTARA
20		Edvaldo Alves
21		Alcides
22		Edvaldo Alves
23		JOÃO TENÓRIO
24		Edvaldo M. J. J. J.
25		Meio Amarelo
26		VALDIR R. R. R.
27		(MARCO MACIEL)
28		Lucia VANIA
29		SELYS ELHESARENKW
30		FRANCISCO ZAMBELLI

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 98, DE 2007**

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para vedar a reeleição, no período subsequente dos Chefes do Poder Executivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O instituto da reeleição dos Chefes do Poder Executivo nunca foi isento de controvérsias. Desde a sua instituição no Brasil, pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997, muito se tem escrito sobre o tema, qua-

se sempre registrando-se os desvios que a reeleição tem trazido para a política brasileira.

Efetivamente, não se pode mais negar que os instrumentos colocados pela legislação para impedir os abusos daqueles candidatos que buscam renovar o seu mandato Executivo têm se mostrado totalmente insuficientes.

A questão se torna mais grave quando a imprensa noticia que forças políticas, talvez inspiradas em exemplos recentes surgidos em nosso continente, iniciam uma articulação para buscar permitir a reeleição ilimitada dos Chefes do Poder Executivo, especialmente do Presidente da República.

Trata-se, com certeza, de ação que deve merecer o amplo repúdio da sociedade e das instituições democráticas do Brasil.

Entendemos que a melhor forma de combater essas iniciativas é começar um movimento no sentido contrário. A moralização da vida política em nosso País está a exigir, na verdade, não a ampliação do instituto da reeleição do Presidente da República, Governadores dos Estados e do Distrito Federal e Prefeitos Municipais, mas a sua extinção pura e simples.

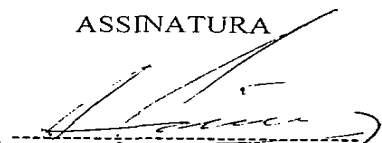
Nessa direção, apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição retomando a nossa mais do que centenária e salutar prática republicana de proibir a reeleição, para o mandato subsequente dos Chefes do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Flexa Ribeiro**.

ASSINATURA

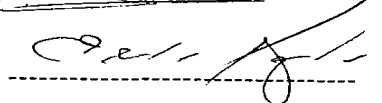
NOME

1.



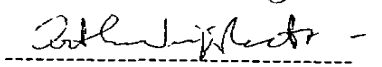
Ademir Santana

2.




EDUARDO AZEREDO

3.



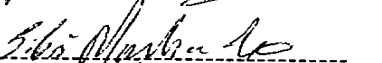
ARTHUR VIRGÍLIO

4.



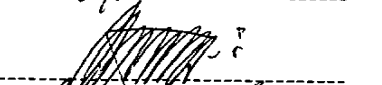
Augusto Botelho

5.



SÔNIA MACHADO

6.



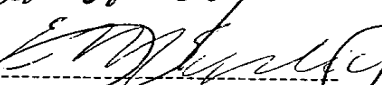
VALDIR RAUPP

7.



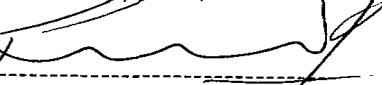
ROBERTO ABRUJO

8.



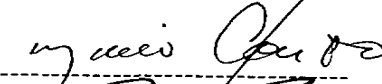
Eduardo M. Siqueira

9.



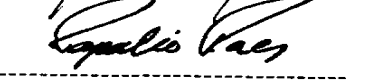
RODOLFO SILVA

10.



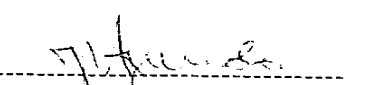
GILMAR

11.



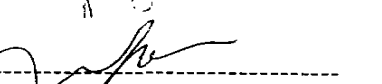
Reginaldo

12.



WOUKERSON

13.



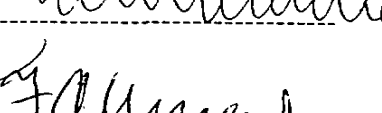
VAGUE

14.



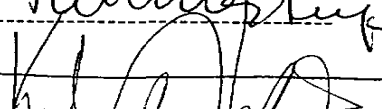
MARCIO

15.



KARABIAN

16.



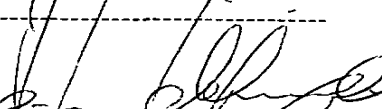
JAMIL

17.



CICERO LUCENA

18.



19. _____
 20. _____
 21. _____
 22. _____
 23. _____
 24. _____
 25. _____
 26. _____
 27. _____
 28. _____

NOZAMILDO

 MARCONI PERILLO

LEGISLAÇÃO CITADA

CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16, DE 1997

Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14, o **caput** do art. 28, o inciso II do art. 29, o **caput** do art. 77 e o art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. _____

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

_____”

“Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse

ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....”

“Art. 29.

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores.

.....“

“Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

.....”

“Art. 82. O mandato do Presidente da República de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 670, DE 2007

Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....

§ 3º Os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 180 dias após a data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, as empresas que exercem a atividade de venda ou revenda de bens a varejo e as empresas prestadoras de serviços estão obrigadas a utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF (art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997). Trata-se de equipamento automatizado, utilizado para controle de natureza fiscal, com capacidade para emitir os documentos determinados por convênios firmados pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

As empresas varejistas de combustíveis automotivos, que fornecem combustível por meio de equipamentos de tecnologia avançada, denominados bombas abastecedoras, estão obrigadas a utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). O objetivo do presente projeto é integrar esses equipamentos. A utilização da bomba abastecedora passaria a gerar automaticamente a emissão do Cupom Fiscal.

Na sistemática atual, que consideramos inadequada, utilizam-se dois procedimentos. Um para digitar os dados, necessários para abastecer o veículo, no sistema informatizado das bombas, e outro para alimentar o equipamento ECF com esses dados, para possibilitar a emissão do cupom fiscal.

A aprovação do projeto traria, a nosso ver, dois benefícios principais. O primeiro é que a nova sistemática tornaria mais célere o procedimento de emissão de cupom fiscal no fornecimento de combustíveis. O consumidor não precisaria mais solicitar e muitas vezes esperar o frentista providenciar a nota fiscal. O segundo é que dificultaria a evasão fiscal. A emissão do documento fiscal seria automática e condicionada à utilização da bomba abastecedora.

Cabe destacar, ainda, que a implantação da nova sistemática, conforme art. 63 da Lei nº 9.532, de 1997, observará o disposto em convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e os Estados e o Distrito Federal, representados no Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) pelas Secretarias de Fazenda.

Pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO

Art. 61. As empresas que exercem a atividade de venda ou revenda de bens a varejo e as empresas prestadoras de serviços estão obrigadas ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF.

§ 1º Para efeito de comprovação de custos e despesas operacionais, no âmbito da legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os documentos emitidos pelo ECF devem conter, em relação à pessoa física ou jurídica compradora, no mínimo:

a) a sua identificação, mediante a indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, se pessoa física, ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, se pessoa jurídica, ambos do Ministério da Fazenda;

b) a descrição dos bens ou serviços objeto da operação, ainda que resumida ou por códigos;

c) a data e o valor da operação.

§ 2º Qualquer outro meio de emissão de nota fiscal, inclusive o manual, somente poderá ser utilizado com autorização específica da unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa interessada.

Art. 62. A utilização, no recinto de atendimento ao público, de equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou com a prestação de serviços somente será admitida quando estiver autorizada, pela unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa, a integrar o ECF.

Parágrafo único. O equipamento em uso, sem a autorização a que se refere o **caput** ou que não satisfaça os requisitos desta, poderá ser apreendido pela Secretaria da Receita Federal ou pela Secretaria de Fazenda da Unidade Federada e utilizado como prova de qualquer infração à legislação tributária, decorrente de seu uso.

Art. 63. O disposto nos arts. 61 e 62 observará convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e as Unidades Federadas, representadas no Conselho de Política Fazendária – CONFAZ pelas respectivas Secretarias de Fazenda.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 671, DE 2007

Autoriza as providências para a divulgação, pela internet das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente da República, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público autorizados a determinar as providências para a efetiva divulgação mensal, pela internet, dos gastos públicos realizados, a qualquer título, que tenham natureza indenizatória, assim entendidos os destinados a reembolso de despesas efetuadas por agente público no exercício da função.

§ 1º A divulgação dos gastos pela internet independe de sua efetivação por outros meios de publicação e deverá discriminar cada um dos itens da despesa objeto do reembolso.

§ 2º Incluem-se na autorização os gastos efetuados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), conhecido como cartão corporativo, permitida a divulgação de valores agregados nos casos em que a legislação expressamente assim determine, por razão de reserva ou sigilo funcional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto que ora submeto à discussão e aprovação desta Casa tem por escopo enfrentar uma das questões cruciais do funcionamento do Poder Público na esfera federal, qual seja, a falta de transparência dos gastos públicos classificados como indenizatórios.

Embora tenha sido recentemente divulgado que, no âmbito do Poder Legislativo, algumas providências têm sido tomadas; é preciso registrar que não há qualquer garantia de que se trate de medida de caráter permanente e obrigatório, já que não existe norma jurídica que determine essa medida moralizadora com alcance geral e permanente.

No que concerne, em especial, aos chamados “cartões corporativos”, sua utilização vem-se transformando em um verdadeiro descalabro! Em 2004, houve despesas que somaram R\$14,1 milhões de reais; em 2005, com um crescimento de mais de 50%, os gastos atingiram R\$21,7 milhões; em 2006, as despesas che-

garam a impressionantes R\$33 milhões – novamente um crescimento de mais de 50%! Recentemente, divulgou-se a notícia de que, só nos primeiros seis meses de 2007, as despesas com os cartões corporativos já superaram o total do ano passado, o que aponta para um crescimento de mais de 100%.

Com relação ao alegado “sigilo” dessas informações, observa-se que a proposição não implica quebra de sigilo bancário de indivíduos e, conseqüentemente, a ruptura da esfera da intimidade, que tem proteção constitucional, mas tão-somente a divulgação de informações institucionais, estritamente vinculadas a despesas efetuadas por servidores públicos em nome do Poder Público e com recursos públicos. E, de outra parte, não nos parece haver dúvida sobre a relevância das informações a serem divulgadas para o controle social dos gastos dos órgãos e entidades do Estado, cujos atos devem ser públicos, por exigência do **caput** do art. 37 da Carta Magna.

Como, eventualmente, podem essas informações envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança de algumas ações administrativas, o projeto prevê tratamento especial para os casos expressamente previstos na legislação específica.

Com relação ao caráter autorizativo das normas projetadas, cumpre ressaltar que essa fórmula tem respaldo no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
.....

(Às Comissões, de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 76, DE 2007

Acrescenta parágrafos ao art. 93 do Regimento Interno, para prever a realização de reuniões técnicas das Comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 93 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 93.

.....

§ 3º A Audiência Pública poderá ser aprovada na forma de reunião técnica, a ser realizada antes das reuniões ordinárias, com duração máxima de uma hora.

§ 4º Nas reuniões técnicas somente haverá arguições pelo tempo que restar, após a explanação dos convidados, para completar o período de uma hora, com precedência para o relator da matéria objeto do debate e do autor do requerimento.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Audiências Públicas são importantes instrumentos de diálogo do Senado Federal com a comunidade, permitindo o enriquecimento dos debates e a melhoria da qualidade do trabalho legislativo.

A realização das audiências em horários distintos das reuniões ordinárias das comissões e os longos debates após a exposição dos convidados tornam difícil a compatibilização das agendas dos senadores, prejudicando a efetiva participação nas audiências.

Esse problema se agravou com a enorme quantidade de proposições em tramitação na Casa e com o aumento do número de Comissões.

Para dar maior efetividade às Audiências Públicas, a Comissão de Assuntos Econômicos vem realizando exitosa experiência, com as “reuniões técnicas”, mais ágeis, curtas e objetivas.

A principal diferença para essa modalidade de reunião é a previsão de que sejam realizadas no mesmo dia das reuniões ordinárias, apenas com antecedência de uma hora em relação à pauta de trabalhos, facilitando a participação efetiva dos membros das Comissões.

Para que não se perca essa objetividade e nem se prejudique os trabalhos ordinários das Comissões, a arguição dos convidados somente se dará pelo período que reste para o início da pauta ordinária.

O presente projeto de resolução visa exatamente formalizar no Regimento Interno essa experiência, criando condições para que seja utilizada em todas as Comissões do Senado Federal.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2007. – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Regimento Interno do Senado Federal

Art. 93. A Audiência Pública será realizada pela comissão para:

I – instruir matéria sob sua apreciação;

II – tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A Audiência Pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que o projeto que acaba de ser lido ficará sobre a mesa pelo prazo de cinco dias úteis, onde poderá receber emendas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Exª fica inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, sem prejuízo dos demais inscritos. V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a representação política impõe ao representante uma série de deveres e de obrigações. Entre elas, sem dúvida, está o imperativo de lutar pelo atendimento às necessidades dos seus representados; ou seja, no caso das Senadoras e Senadores, a população dos Estados que os elegeram.

Apenas a luta, entretanto, não é suficiente. É importante, além dela, prestar contas daqueles temas e daquelas ações que, em benefício do povo, mobilizaram e impulsionaram o exercício do mandato político, seja ele executivo, seja ele parlamentar. É este propósito – o de promover uma prestação de contas

aberta e transparente – que me move a este pronunciamento. De um lado, pela necessidade de relatar as iniciativas que tomei no exercício do mandato a mim confiado pelo povo do Amapá ao longo desses cinco anos. Por outro, focalizando mais de perto tudo aquilo que na senatoria pude empreender em dois campos que considero dos mais importantes para o cidadão e para a cidadã do meu Estado: a educação e o desenvolvimento econômico.

Para um Estado jovem, como o Amapá, situado no extremo norte do Brasil e ainda carente de quase tudo, é de suma importância reforçar, em especial por meio da educação de cunho técnico e tecnológico, as oportunidades dadas a todos de lutar por um futuro melhor. É por meio desse tipo de saber que o princípio da educação encontra, de forma mais rápida e resolutiva, os caminhos mais adequados no rumo da melhoria das condições de vida de nossa gente.

Com essa crença, meu gabinete tem trabalhado de forma incansável. Um exemplo disso é o Projeto de Lei nº 484/2003, que autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituição de ensino médio profissionalizante, idealizada para formar técnicos capazes de atender adequadamente às necessidades da região, sobretudo nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, as grandes vocações do Norte brasileiro.

O projeto foi aprovado pelo Senado em decisão terminativa na Comissão de Educação e encontra-se sob exame da Câmara dos Deputados onde já obteve um “de acordo” unânime na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Outro projeto é o PLS nº 341, de 2007, destinado a autorizar a criação da Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Santana, voltada ao setor regional de construção naval, de forma a valorizar a tradição local de construção artesanal de barcos de madeira e ajudar a conservação de um conhecimento que hoje demanda apoio e incentivo para ser preservado. O projeto de vital importância para a proteção de um verdadeiro patrimônio cultural da comunidade ribeirinha e para a criação de novas oportunidades e geração de renda foi aprovado terminativamente pela Comissão de Educação do Senado Federal, amparado em competente relatório do Senador Paulo Paim e cumpre aguardo do prazo recursal para remessa à Câmara dos Deputados.

Na mesma linha, mas com foco na educação superior, na pesquisa e na extensão universitária, é o PLS nº 23, de 2006, que autoriza a criação de *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá na cidade de Santana e no interior do Estado do Amapá, nos Municípios Iapoque, Laranjal do Jari e Amapá. O

projeto foi aprovado no Senado Federal e encontra-se em estágio de apreciação no plenário da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Félix Mendonça, do Democratas da Bahia.

Mas até mesmo a educação seria insuficiente, Sr. Presidente, sem que as condições adequadas estivessem presentes para a promoção do desenvolvimento econômico.

Todos nós sabemos das dificuldades de fazer prosperar no Brasil as teses do desenvolvimento regional. E é notória a necessidade de fazer valer para Regiões como a Nordeste, a Centro-Oeste e, especialmente, a Norte, os diferenciais que lhes permitam alcançar os níveis de progresso material e social já exibidos pelo Sul e pelo Sudeste. E, claro, nessa hora é justo, tal como assevera a máxima, tratar de forma desigual os desiguais para, assim, atingir a igualdade.

Cada Senador e cada Senadora bem sabem que não será fácil atenuar o desnível econômico existente entre as diferentes regiões de nosso País. Para isso, há que lançar mão de todos os meios e estratégias que possam garantir velocidade e efetividade ao processo de desenvolvimento regional.

É precisamente nessa linha que enquadro o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005, que propus com a finalidade de autorizar o Executivo a criar a região integrada de desenvolvimento de Macapá e Santana, em uma estrutura legal que compreende ainda um programa especial de desenvolvimento para toda essa área. O programa prevê o estabelecimento de normas e critérios para a unificação de procedimentos entre os três níveis de gestão federativa: União, Estados e Municípios, no que toca a tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito especiais. Prevê, também, isenções e incentivos fiscais para fomento de atividades consideradas prioritárias à geração de emprego e à fixação geográfica da mão-de-obra.

Determina, finalmente, o financiamento – com recursos orçamentários e outros, provenientes de operações de crédito, externas e internas – de programas de alto relevo para a região, com especial ênfase nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente, turismo, infra-estrutura básica e criação de postos de trabalho.

A escolha do foco geográfico Macapá e Santana, Srs. Senadores, justifica-se pela alta concentração da população amapaense nesses dois municípios, da ordem de 364 mil pessoas, ou três quartos do total da população estadual.

Com o mesmo tipo de preocupação foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, que tem por objetivo conceder aos bens de informática e de automação produzidos na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os incentivos fiscais de que go-

zam, hoje, produtos semelhantes fabricados na Zona Franca de Manaus.

Esse conjunto de proposições, com foco em educação e na abertura de oportunidades de consolidação de novos empreendimentos, casa-se de forma absolutamente adequada às necessidades de um Estado como o Amapá.

O Amapá, volto a dizer, faz parte daquelas regiões brasileiras para as quais políticas específicas de desenvolvimento são uma necessidade absoluta e nas quais resta registrada uma significativa e antiga dívida de atenção por parte de toda a Nação.

Encerro aqui, Sr. Presidente, essa prestação de contas parcial que faço das ações do meu mandato ante este Plenário e ante a população do Estado do Amapá. Honro e agradeço a acolhida de minhas propostas. Na área educacional e na busca de mais desenvolvimento para o meu Estado, todas elas aprovadas, tiveram, da parte de cada Senador e cada Senadora, o reconhecimento do seu valor.

Eterno é o meu reconhecimento pessoal a esta Casa, dotada de uma grande sensibilidade às questões de caráter federativo; eterna também, tenho certeza, é a gratidão de todos os amapaenses, embora muito ainda demandem para alcançar o nível de prosperidade que todos desejamos a cada brasileiro e brasileira.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Pela ordem, não; concedo um aparte a V. Ex^a. Desculpe-me, pois eu pensei que estava presidindo.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a tem presidindo tanto esta Casa que já está agindo medularmente quando levantamos o microfone. Senador, V. Ex^a faz um discurso que é para nós mesmos, nós, dos Estados do Norte...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Da nossa região.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – ...que precisamos de políticas específicas. Em Roraima, especificamente, volto a falar na história dos indígenas: demarcam as suas terras e os largam à própria sorte. Estão lutando para conseguir recursos para melhorar a qualidade de vida. Está havendo um problema também em relação aos que foram retirados de lá e foram assentados pelo Incra. Agora o MST, que chegou no ano passado a Boa Vista, está invadindo aquela área e provocando confusão em nosso Estado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O MST já chegou lá?

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – É um MST que fizeram lá, fabricado, porque lá tem terra para todo mundo. São mais de dez mil lotes do Incra abandonados. Fizeram o MST para ter o MST lá. É um movimento; eles têm direito de fazer, mas... Aí, estão invadindo. Os que saíram da Raposa Serra do Sol, alguns que já saíram, são pobres também. Ficam dando problema. Como V. Ex^a pede uma política específica para o seu Estado, eu peço também para o nosso Estado. A regularização fundiária do seu Estado é igual à do nosso: ninguém tem título de propriedade da terra. O dinheiro do FNO volta todo ano. Ele não é aplicado porque não temos capacidade de captar esses recursos, pois não temos garantias. Fazendo este discurso, V. Ex^a está pedindo que olhem com outros olhos para nós. Também tem de lutar para regularizar a terra do seu Estado, para que ele possa se desenvolver e crescer. Em meu Estado, há muitos campos, muitas planícies, onde se pode plantar sem derrubar nenhuma árvore. As pessoas vão lá para fazer investimentos, mas ficam com medo de investir, porque não têm a garantia da terra. Não se faz um silo, um secador, uma estrutura onde não se tem garantia de que se vai ser dono daquilo. V. Ex^a está puxando a atenção para o nosso lado, para os pequenos Estados, os Estados do Norte e para a Amazônia ser nossa também. Na revista *Veja* há uma reportagem muito importante sobre as Forças Armadas, em que chamam a atenção para a Amazônia. Meus parabéns para V. Ex^a, que é um amazônida e está defendendo nosso pedaço.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. Quero dizer que também faz parte dos discursos de V. Ex^a esses apelos que fazemos pela nossa região. Vamos dar um exemplo: 56% da área do Estado do Amapá é área de preservação. O restante não pertence ao Estado do Amapá, mas, assim como no Estado de V. Ex^a, pertence ao Governo Federal. Com isso, há um bloqueio que afasta os investidores que se interessam pelas terras do Amapá. O mesmo acontece no Estado de V. Ex^a, Roraima. Como não são donos da terra, não podem receber financiamentos e outras benesses – vou chamar assim –, ou outras vantagens que têm as pessoas que fazem investimento. Conclusão: os investidores de fora fogem. Então apenas pessoas da região estão investindo em uma terra que não é de sua propriedade. Essa é uma dificuldade. Por isso, fazemos esses apelos para que o Governo Federal cumpra com o que tem prometido.

Na imprensa do Estado do Amapá, desde o ano passado, há propaganda em cima de propaganda dizendo que o Presidente da República vai ao Amapá liberar as terras do Governo Federal, passando a

propriedade delas para o Estado do Amapá. Toda semana uma comitiva iria para lá, mas nunca apareceu. Nós estamos aguardando, mas, apesar do empenho de toda a Bancada, capitaneada pelo Presidente José Sarney, ainda não recebemos a consideração que o Governo Federal e o Presidente Lula devem à Região Amazônica, especificamente ao Estado do Amapá, que, com certeza absoluta, está necessitando urgentemente dessas ações da Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, são 40 segundos para V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São suficientes 40 segundos para dizer que V. Ex^a enriquece 40 vezes este Senado e não só pela participação de fazer, como Federação, as reivindicações de seu povo, de sua gente. V. Ex^a irradia grandeza. Este fim de ano talvez seja o mais importante para a história do Senado. Temos de ver que, na democracia direta de Atenas, foi difícil a unidade. Começou a haver unidade na democracia representativa com o senado de Roma. Aqueles que desejavam poder demais, como o próprio Júlio César, que queria ser imperador, deus e rei, rodaram. Nós vivemos este momento. Mas atentai bem, brasileiros e brasileiros, para a força daquele Senado que derrubava Calígula, Nero. Qualquer poder que quisesse igualar-se a deus e a rei, ele derrubava. Mas ele falava “o Senado e o povo de Roma”. E nós pretendemos falar “o Senado e o povo do Brasil”. Nós não podemos estar dissociados. E V. Ex^a levantou a melhor bandeira aqui, V. Ex^a mostrou que o PSDB tem que ser oposição. Que a oposição enriquece e fortalece a democracia. V. Ex^a mostrou que o poder é o povo. E o povo está trabalhando demais, está explorado demais, com impostos escorchantes, os maiores durante toda a história do mundo. Foi V. Ex^a o primeiro a levantar aqui a voz de que nós devíamos enterrar a mentira da CPMF. É mentirosa no seu nascedouro; no seu meio, de que vai para a saúde; e na defesa, dizendo que só o branco é que paga. Então, nós temos que sair da metade e levar a verdade. V. Ex^a enriquece, e este é o final de ano mais importante para este Senado. E V. Ex^a foi o primeiro a mostrar ao País os escorchantes impostos. Nós estamos muito pior do que quando Tiradentes foi enforcado. A derrama era um quinto de impostos, era 20%. Agora os impostos chegam a 40%. Nós temos que ensinar esse Governo a participar da austeridade, a ser mais parcimonioso nos gastos, e não perdulário. E V. Ex^a tem dado essa contribuição. V. Ex^a, então, se impôs. Eu assisti a convenção do Partido de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Tenha certeza de que o PSDB e o povo irão votar com a responsabilidade que temos nesta Casa e fazer impor que o excesso de imposto para o povo brasileiro deve ser banido. A oportunidade que temos hoje para diminuir essa carga de imposto do povo brasileiro é realmente votando contra a CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.) – Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, recebi um pedido do ex-Ministro Euclides Scalco, uma figura de muito respeito na política nacional e que, integrando os quadros do PSDB, deu-me a honra de coordenar minha campanha para Governador no ano passado. Pois bem, Euclides Scalco, mesmo não ocupando hoje um cargo público, dedica-se a prestar serviços tão relevantes quanto aqueles que prestou quando ocupava: agora ele ajuda o Hospital das Clínicas de Curitiba.

Trata-se de uma missão difícil. Na semana passada, recebi, a pedido dele, a Maria Paciornik, Presidente da Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas. Esse hospital passa por problemas sérios, que podem conduzi-lo a uma situação que nenhum paranaense e nenhum brasileiro deseja. Vejo que a Universidade Federal do Paraná, já que possui um orçamento, deveria estar neste momento atendendo melhor o Hospital das Clínicas. Não está. Vejo que o Hospital das Clínicas precisa de mais ajuda do Governo do Estado e vejo que o Hospital das Clínicas do Paraná, que é referência internacional, necessita de uma ação rápida e imediata do Governo Federal para sair da crise em que se encontra.

Por isso mesmo, marquei duas audiências e vou acompanhar os diretores do Hospital das Clínicas, o Diretor-Geral, Dr. Loddo, e também a Maria Paciornik, que é a Presidente da Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas. Uma delas será amanhã, com o Ministro da Educação, e outra, quarta-feira, com o Ministro da Saúde. Não é possível que esses dois Ministérios – a Universidade Federal subordinada ao Ministério da Educação, e o Hospital das Clínicas, teoricamente aos dois Ministérios – não sejam responsáveis a ponto de olhar para aquele hospital e resolver o problema dele, que pode ser complicado para alguém da comunidade que esteja lá colaborando, mas não é complicado para alguém que tenha a caneta na mão, como os dois Ministros.

Amanhã, com o Ministro da Educação, vou mostrar que não é possível que o Hospital das Clínicas tenha reduzido 35 cirurgias de emergência por mês das 40 que fazia, permanecendo com 5 cirurgias por dia. São 35 pessoas que deixam de serem atendidas por falta de coisas elementares, como fio cirúrgico, o material mais rudimentar de uma cirurgia. No entanto, o hospital não pode comprar mesmo com um pouco de dinheiro em caixa. Aí fica a pergunta: “Então, não falta dinheiro?” Sim, falta dinheiro, mas, para comprar fio cirúrgico, não. Só que a imensa burocracia a que está submetida o Hospital das Clínicas faz com que pessoas percam a vida esperando os trâmites burocráticos e que sejam destravadas as exigências para que o hospital possa fazer licitação e adquirir esses materiais e equipamentos.

Não é possível que o Ministro não tenha sensibilidade e reconheça que o que estamos pleiteando é algo muito simples e que está em suas mãos.

Há outro problema – e este é o mais grave. O Senador Papaléo e o Senador Augusto Botelho, que são médicos, sabem que um hospital não pode funcionar sem médico, sem enfermeira, não pode funcionar sem profissionais de saúde enfim. O Hospital das Clínicas de Curitiba, não autorizado a fazer concurso público, contratou, por intermédio de uma fundação criada na Universidade Federal do Paraná, 1.200 funcionários, que, a rigor, estão trabalhando irregularmente no Hospital das Clínicas, porque não foram concursados.

Quando não há concurso, tem-se outro problema, o problema de qualificação, de qualidade na prestação de serviços, porque o concurso é exatamente para escolher os que estejam mais preparados para exercer cada função, cada atividade – e isso, dentro de um hospital, principalmente, é fundamental.

No Hospital das Clínicas trabalham 1.200 funcionários, e não poderia o hospital ter tomado outra atitude. Não tendo autorização para abrir concurso, teve que usar esse artifício de contratar via Fundação. Não se pode permitir que um hospital não tenha, dentro dele, os profissionais de saúde para atender a população.

Mas esse problema se arrasta há vários anos, e o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação podem resolver isso. Se não resolverem, o que vai acontecer, daqui a pouco, é que o Ministério Público vai atuar e vai dizer: “Olha, não dá; não tem concurso, não pode continuar”. Aí, o Hospital das Clínicas será obrigado, por força de lei, a despedir, a dispensar 1.200 funcionários e vai ter um problema mais grave. Daí, sim, não vai poder atender mais ninguém.

E falamos tanto em dinheiro para a saúde. Cadê o dinheiro para a saúde? Cadê o dinheiro para o Hospital das Clínicas em Curitiba?

Amanhã, defenderei três coisas: primeiro, que o Governo Federal garanta os recursos necessários e suficientes para que o Hospital das Clínicas, que é referência nacional em transplante de medula óssea, possa continuar fazendo seu trabalho social em favor de toda a sociedade brasileira, porque para lá vão pessoas de todos os Estados; claro que a maioria é do Paraná, mas do Brasil inteiro são atendidas pessoas no Hospital das Clínicas. Este é o primeiro pleito: dinheiro suficiente incluído no orçamento; não ficar na conversa mole, e, a cada mês, o Diretor do Hospital das Clínicas tem que vir a Brasília negociar novos recursos. Em segundo lugar, vou pleitear que se oficialize, de uma vez por todas, o concurso público para a reposição dos profissionais de saúde, enfim, funcionários necessários para o andamento das atividades do Hospital das Clínicas em Curitiba. Sem isso, não vai dar para o hospital funcionar e atender bem. Em terceiro lugar, vou pleitear que se mude o estatuto e a natureza jurídica do Hospital das Clínicas. Não é possível continuar deste jeito, Senador Papaléo, Senador Mão Santa, que são médicos - e tem muito médico aqui para entender o que estou dizendo: em cada momento em que é preciso repor um médico de uma especialidade, em que é preciso repor um assistente de enfermagem de uma especialidade, o hospital não pode abrir concurso e tem que buscar a contratação irregular porque via Fundação, encarecendo o custo, porque, dos seis milhões que o Governo Federal libera para o Hospital das Clínicas pagar a folha de pessoal, o hospital coloca três milhões para pagar os funcionários da Fundação. Não sobra, portanto, para o mínimo necessário para um bom desempenho do Hospital das Clínicas. E a natureza jurídica tem que ver com isso? Claro que tem. Não fosse essa amarra, o Hospital das Clínicas poderia fazer o concurso, poderia aplicar os recursos com mais eficiência, poderia dar prioridade dentro de um planejamento administrativo interno, não dependendo de políticas externas, especialmente aguardando a boa vontade do Reitor da Universidade Federal no sentido de saber se vai ou não ajudar o Hospital das Clínicas, se vai ou não dar prioridade para contratação de pessoal, ou se vai investir em novas salas de cirurgias, novos equipamentos. O hospital precisa de liberdade de atuação, o que não está ocorrendo. Isso não existe exatamente porque ele não passa de um departamento, de uma diretoria da Universidade Federal. E um hospital daquele porte, daquela importância é muito mais do que um departamento dentro de uma diretoria da Universidade Federal. O Hospital das Clínicas tem que ser uma célula individual, tem de atuar de forma independente, tem de ter liberdade para contratar, demitir, fazer concurso, e não ficar amarra-

do à política traçada por quem está muito distante da realidade, muito distante daquilo que acontece no dia-a-dia do Hospital das Clínicas.

Esses três pleitos eu estou levando para os dois Ministros: o da Educação e o da Saúde. Um pleito que faço em nome do meu Estado – Estado do Paraná –, que não abre mão de ver o Hospital das Clínicas funcionando com muita eficiência para atender principalmente os mais necessitados, mas que não abre mão de ver o Hospital das Clínicas também se projetando para ser referência mundial em outras áreas. E agora se abre uma grande possibilidade, que é a de termos pesquisas com células-tronco não embrionárias, mas da própria pele, que poderão ser aproveitadas para, num trabalho científico extraordinário, projetarem a cura de doenças que hoje não dão esperança nenhuma aos seus portadores, mas que, no futuro, com certeza, serão passíveis de cura, ainda mais com o projeto de lei que aprovamos aqui e do qual tive a honra de ser Relator, Senador Augusto Botelho. Inclusive, fui eu próprio o autor da emenda que incluiu o artigo que permitiu a pesquisa com células-tronco neste País. Fui muito criticado à época, mas agora vejo que este Senado, ao aprovar a emenda que apresentei ao projeto de lei que relatei, permitiu que os pesquisadores e cientistas evoluíssem. E hoje nós temos a grande perspectiva de ter também, nesse campo, o avanço para a conquista formidável da cura de doenças com células-tronco a partir da pele, e não de embriões. Esse é um avanço que o Hospital das Clínicas de Curitiba está preparado para absorver e trabalhar para colocar a serviço da sociedade, da população. Mas, do jeito que está, não vai dar.

Senador Augusto Botelho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Solidarizo-me com V. Ex^a na luta pelo Hospital das Clínicas de Curitiba, respeitado no Brasil todo e onde muitas pessoas de Roraima vão se tratar. É uma referência nacional e um dos pioneiros, no Brasil, em transplante de medula óssea. Foi dado conhecimento ao mundo, nesses dias, do avanço da célula-tronco. Lembro-me de que V. Ex^a foi um dos lutadores pela permissão de pesquisa com célula-tronco. Graças a Deus, o retrocesso não venceu naquela hora. Já estamos preparados para desencadear as pesquisas e temos de lutar pelo seu hospital e pelos hospitais de ponta do Brasil, para que tenhamos conhecimento, senão só as pessoas muito ricas farão esses tratamentos. Os pobres e a grande maioria dos brasileiros que usam o SUS não terão acesso se, nesta Casa, não lutarmos para que a autonomia dos hospitais universitários e a autonomia das universidades continuem sendo respeitadas

neste País. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Para encerrar, quero dizer que essa perspectiva, essa esperança que se abre com esse novo campo de pesquisa de células-tronco a partir da pele pode significar, sim, uma evolução, uma modernização de métodos, e hospitais como o Hospital das Clínicas de Curitiba estarão prontos, assim como o da PUC de Curitiba, que já faz pesquisas nesta área e tem obtido sucesso. Aliás, não apenas pesquisa, mas já tem aplicado o resultado dessas pesquisas em pessoas que hoje têm uma perspectiva de vida prolongada, exatamente pela ação de médicos e cientistas eficientes da PUC de Curitiba. O Hospital das Clínicas está pronto, preparado para isso.

Agora, vamos amarrar isso? Vamos ter uma lei moderna que permite esses avanços, mas vamos ter um hospital arcaico em função da sua natureza jurídica? Vamos ter um hospital arcaico em função até de problemas de gestão, que precisam ser corrigidos, sim, mas principalmente em função da falta de atenção do Governo Federal? Ora, o Hospital das Clínicas de Curitiba está padecendo, e não podemos permitir que isso aconteça.

Ao encerrar, quero comunicar que, em nome dos paranaenses, não vou sossegar enquanto esse assunto do Hospital das Clínicas não for atendido pelo Governo Federal e resolvido, porque, há muitos anos, estamos ouvindo conversa fiada, e esse problema não é resolvido. Desta vez, vamos pegar de empreita, para valer! Esse assunto tem de ser tratado com respeito pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa, a quem concedo a palavra.

Enquanto o Senador Mão Santa chega à tribuna, em nome da Mesa do Senado Federal, saúdo a consagração dos 23 novos cardeais, em cerimônia ocorrida na Basílica de São Pedro, neste final de semana, especialmente Dom Odilo Pedro Scherer, o primeiro cardeal nomeado pelo Papa Bento XVI.

É com satisfação que registro que o atual Arcebispo Metropolitano de São Paulo, agora Cardeal, possui uma biografia ligada ao Estado do Paraná:

Foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel; reitor e professor no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo; professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo; foi professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo; professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina,

Paraná; vigário paroquial e pároco da Paróquia Catedral Cristo Rei, de Toledo.

A nossa saudação especial a Dom Odilo, extensiva a todos os católicos do nosso País.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, por dez minutos, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Heráclito Fortes, quando digo – só digo com convicção; somos do Piauí – que este é o melhor Senado dos 183 anos da República eu digo porque conheço. Agora, que tem problemas, tem problemas, mas este Senado tem – posso dizer já agora, no quinto ano, conforme observação do Senador Heráclito Fortes – mudanças.

Posso destacar que, nesses cinco anos, ninguém evoluiu mais culturalmente do que o piauiense Sibá. Ele é um homem de um “DNE” de ética e de decência, porque ele vem do Piauí, vaqueiros, bravos vaqueiros. Deus escreve certo por linhas tortas. Ele foi para São Paulo, depois para o Acre. Deus chamou a Ministra para zelar pela natureza, e ele está aí. Culturalmente, Expedito Júnior, ninguém evoluiu tanto como ele.

Evidentemente, outras pessoas tiveram outros privilégios, mas, nesses cinco anos – considero isto uma universidade que estuda os problemas do País; essa foi uma definição de Josaphat Marinho –, em todos os aspectos que se possa analisar, fazendo história, com todo o respeito... Esteticamente, foi a Líder do PT. Ela hoje parece até uma artista da Globo, simpática e tudo.

Isso é da natureza. Ô, João Pedro, na natureza, só há um fato permanente, que é a mudança. Tudo muda. E a história do Senado é esta: de repente, mudou.

Ô, João Pedro, estamos aqui para...

Luiz Inácio, atentai bem para o Senado, para a democracia.

Senadora Marisa, Vice-Presidente do PSDB, na Grécia havia uma praça que se chamava Areópago, e o povo era chamado, e o povo participava, discursava e as lideranças estavam até sem vez porque o povo era muita gente.

Aquela democracia direta, Senador Eurípedes, não conseguiu unificar a Grécia. Era direto, era o povo, era na praça, começava de madrugada e, à noite, havia gente falando. Intimidavam até os maiores líderes, porque era muita gente.

Os romanos vieram depois e aprimoraram, ô, Expedito Júnior. Fizeram a democracia representativa. Foi onde se configurou para o mundo o Senado, a democracia representativa. Nós somos povo. Ô, José

Roberto, como são as iniciais, José Roberto? S, Senado Romano.

Roma foi o berço dessa democracia representativa, porque tinha um Senado, que teve muitos problemas, mas Senador Expedito Júnior, nas crises – e houve muitas –, na eterna Roma, eles falavam, os Senadores e o povo de Roma. Roma ficou eterna, a Itália. A Itália foi a mãe do Renascimento.

Em todas as crises, o próprio Júlio César, encantado pelos amores da Cleópatra, quis se tornar rei, Deus, imperador! E o Senado e o povo de Roma...

Houve um que resolveu, para mostrar poder, para mostrar que era forte, colocar o seu cavalo, Incitatus, como Senador: Aí, o Senado e o povo de Roma derubam Calígula.

Houve outro que até ateou fogo na cidade, Eurípedes. Aí, o Senado e o povo de Roma derrubam Nero.

Essa é a história do Senado. O Senado é isso.

Este Senado já foi fechado sete vezes. Numa delas – e sou testemunha – era Presidente o Senador Petrônio Portella, do Piauí, Senadora Marisa. Era uma fonte de aspiração boa para o atual Presidente.

Senador Heráclito Fortes, era Petrônio Portella, quando se fez necessária uma reforma do Judiciário, e ele jurista, Augusto, achou que era justo. Deixou votar, votou e assim foi feito.

Os canhões fecharam o Senado. Eu estava do lado dele, Senador Alvaro Dias, quando a imprensa indagou chamando por Petrônio. Ele só disse uma frase, mostrando que esta Casa é a força moral: “Este é o dia mais triste da minha vida”!

Atentai para o que é a força moral do Presidente desta Casa: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Eu estava do lado, Expedito.

O comando revolucionário de Ernesto Geisel foi meditar. Em poucos dias, mandou reabrir. Isso é a força moral. Era o Senado e o povo do Brasil!

Senador Expedito Júnior, vi, em revistas, Petrônio andando sozinho, em Copacabana, na praia, quando era Ministro da Justiça.

Uma vez, ele chegou, Alvaro Dias, à minha cidade: Parnaíba. Heráclito, eu fui buscá-lo. O Petrônio chegou, e fomos pegar um carro bonito de um amigo, o ditador da moda. Ele vinha guiando, eu na frente – o meu irmão, que é Presidente da Federação; o ex-Prefeito Lauro Correia e ele. Aí, de repente, o Ministro piauiense – Senador Heráclito, como V. Ex^a está acostumado –, uma apoteose, muita gente. E havia aqueles batedores. Nunca me esqueci, Senadora Marisa.

Petrônio, Ministro da Justiça, tinha saído daqui. Ele disse: “Mão Santa, Mão Santa, Mão Santa, manda tirar aqueles soldados dali”. Desci do carro e disse: “Olha, rapaz, não quero saber, não; o Ministro está mandando.

Vão-se embora daí”. E ele disse: “Autoridade é moral”. Esse era o Ministro que saiu daqui.

Mas por quê? Porque o Senado e o povo do Brasil, o Senado e o povo romano... Ainda hoje estão lá. O José Roberto me deu as iniciais. Dr. José Roberto, onde estão as iniciais? Eles mantiveram essa democracia, que foi melhorando no mundo todo e chegou aqui, melhorada por Rui Barbosa. Mas este Senado, nesses trinta dias, vai poder repetir o Senado e o povo do Brasil. O Senado tem de pensar no povo. Oh, Expedito, é a democracia representativa. Não pode o povo pensar de um jeito e nós, de outro. O Senado e o povo de Roma, o Senado e o povo do Brasil, fizemos sair de muitas crises e estamos aqui.

Por que eu digo que este é um dos melhores Senados? Senadora Marisa Serrano, este Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) - ...nunca se reuniu às segundas-feiras, nunca se reuniu às sextas-feiras. Foi coisa nossa. Isso começou com o nosso mandato. O Senador Efraim Morais liderava a Minoria, Arthur Virgílio, depois chegaram os Senadores Alvaro Dias e Antero Paes de Barros, aquele extraordinário jornalista depois, Heloísa Helena, que tiramos da fogueira em que o PT quis queimá-la, feito Joana D’Arc. E este Senado tem vida às segundas-feiras e às sextas-feiras. Hoje, marca-se até uma sessão deliberativa.

Mas o que eu quero dizer é que, nesses dias, teremos que enfrentar dois problemas. Um é essa CPMF.

Senador Augusto Botelho, entendo que o que tínhamos de dizer já dissemos. A verdade já explodiu. Ô, Luiz Inácio, aprendi com o caboclo lá do meu Piauí que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade é que a CPMF é um imposto perverso, que atrasa o País, e nasceu da mentira: mentira que é provisório. O seu meio é mentira, ao dizerem que vai para a saúde, pois não vai, e o seu fim é a sua defesa, porque querem manter uma mentira, dizendo que só os brancos pagam imposto. Então, a mentira, este Senado e o povo do Brasil têm de enterrar.

Provamos, nessa discussão, que este País tem 76 impostos. Eu já fiz um pronunciamento, citando um por um.

São 76 impostos, uma dezena deles criados por esses gênios aloprados do PT e outros que aumentaram. Esse imposto é escorchantes, Luiz Inácio.

Nós estamos aqui para ser ouvidos, para botar o Poder Executivo, o nosso Presidente Luiz Inácio, no caminho da verdade. É escorchantes por um quadro só: nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, o PIB em relação ao imposto, à carga tributária, é de

22%. Nós já estamos próximos dos 40%. É escorchantes, Luiz Inácio!

Nós estudamos história. Este País, quando dominado pelos portugueses, os brasileiros se revoltaram, porque havia a derrama que era a cobrança de impostos por Portugal. Como naquela novela produzida pela Rede Globo, “O Quinto dos Infernos”. Era um quinto, 20%. Se havia 5 quilos de ouro, um era para Portugal; cinco bois, um era para Portugal. Agora, é quase a metade; são 40% de carga tributária mais as transações bancárias a que todos nós somos sujeitos. O sujeito trabalha. A metade do trabalho de um ano é para o Governo e os bancos. E nós não recebemos de volta o essencial em segurança. Como está a segurança pública neste País? Em educação, em saúde.

Esse dinheiro não vai acabar. Esse dinheiro vai circular, vai ficar nas mãos de quem melhor trabalha e administra, vai ficar nas mãos da dona-de-casa, da mãe, do trabalhador. Mesmo sendo pouco para nós, que somos privilegiados, é muito para essa gente. São R\$400,00, R\$500,00 no final do ano. Isso dá para que a mãe de família, a dona-de-casa socorra a família numa necessidade de segurança, de saúde – de remédio que o Governo não dá – e de educação, justamente simbolizando que Deus escreve certo por linhas tortas.

Marisa, uma jornalista disse que o Tião deu cartão amarelo para mim. Quero justamente dizer o fato e repeti-lo aqui: longe de qualquer um, por estar sentado na Presidência, dar cartão amarelo. Eu sou Senador da República, do Senado e do povo do Brasil. Estou aqui, aqui cheguei pelos passos do estudo e do trabalho. Senadora Marisa, aquilo que o Fernando Henrique disse não foi comigo, não! Eu acredito em Deus no amor que consolida a família, no estudo que busca a sabedoria e na primazia do trabalho que faz a riqueza. Então, nós queremos dizer que de sinal amarelo não teve nada, não. Aí uma jornalista a serviço da Presidência do Senado... É ridículo! Sinal amarelo o Governo deu para o Boris Casoy. Aqui, para cima de mim? É ridícula a mediocridade da jornalista que diz isso. Para cima de mim?

Apenas no exercício da Presidência que estava aí, dignificando-a, honrando-a, enaltecendo-a pelas virtudes que carregamos como Senador do Piauí.

E o Che Guevara, João Pedro – entenda e leve a todos os pelegos daí –, disse assim: se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, Marisa, és meu companheiro.

Diante daquela maior indignidade, daquela maior ignomínia, eu proferi, representando os sentimentos do povo do Piauí, palavras de revolta e de indignação

contra o que ocorreu àquela menina de 15 anos, estuprada, humilhada, condenada e desmoralizada. Foi a maior ignomínia da história da humanidade!

No meu improviso – e buscai na Taquigrafia –, eu condenava até o culto Demóstenes que disse que aquilo era comum na época medieval. Não, Senador Expedito Júnior. A época medieval vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Eles rezavam muito. Eram os monges. São Tomás de Aquino é um exemplo daquela época.

Na história do mundo nunca houve uma barbárie de um governo que quis ocultar e se ofendeu porque eu estava dignificando e honrando esta Presidência e fiz um desabafo do povo do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou terminar.

Pedi respeitosamente – está registrado na Taquigrafia – ao nosso Presidente, Luiz Inácio, que pegasse o Aerolula e a sua encantadora esposa. Comparei-a com Martha Rocha. Por que cartão amarelo? Marta Rocha é o símbolo da beleza e da grandeza da mulher baiana. Eu a recebi quando Governador de Estado; ela continua bela por fora e por dentro. Que desrespeito aí está? Pedi que nosso Presidente pegasse o Aerolula – useiro e vezeiro em passear – e fosse, em nome do povo cristão do Brasil, pedir desculpas e perdão àquela jovem de 15 anos.

Senador Alvaro Dias, eu é que estou dando cartão vermelho para todo o PT, para o Luiz Inácio, para o Tião Viana e para a Governadora do Pará. Eu disse, invocando Cristo, que ele fosse lá, ele que é o Presidente deste País cristão, e pedisse perdão à moça por aquela ignomínia, por aquele ato imoral.

E pior: de repente, viu-se que a podridão era em todo o País. Cartão amarelo! É ridículo. Aqui é o Senador do Piauí. Lá no nosso hino:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, Papaléo, o teu filho é o primeiro que chega.

E fomos nós ainda mais indignados, ô Marisa Serrano, quando veio a nota das mulheres, dizendo que o Governo ia processar e julgar a moça. A moça foi condenada! Nós escrevemos a mais feia página da barbárie da humanidade.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, quero reconhecer em V. Ex^a uma voz ativa da oposição aos procedimentos incorretos que o Execu-

tivo vem prestando a esta Nação. Quero também dizer que V. Ex^a tem a liberdade constitucional de usar a tribuna, de fazer seu protesto, suas críticas, de fazer seus elogios seja lá para quem for ou para quem quer que seja. Não vamos admitir que ninguém tente calar nossas opiniões aqui. Nossas opiniões aqui são livres, amparadas pela democracia, pela legislação brasileira, pela Carta Magna deste País, pela Constituição. Por isso, quero reconhecer sua coragem nesta Casa, sua importância para este Senado, sua importância para o povo brasileiro.

Quanto ao episódio lamentável ocorrido no Estado do Pará, ouvi hoje na CBN a jornalista e cientista política Lúcia Hippolito fazer uma relação sobre a situação da Sr^a Governadora do Estado do Pará. Ela dizia: a juíza que mandou prender é mulher, a delegada é mulher, a secretária de segurança do Estado do Pará é mulher e a Governadora do Estado do Pará é mulher. Então, lamentavelmente, vemos uma situação em que não queremos, de forma alguma, fazer nenhuma correlação de mulheres contra mulheres, mas queremos, sim, fazer uma lembrança à Governadora do Estado do Pará, que reconhecidamente disse à imprensa que aquilo sempre ocorreu no Estado. Aquilo não pode jamais ser perpetuado ou continuado da maneira como está. Se ela sabia o que acontecia, já deveria ter tomado as providências cabíveis para evitar esse fato terrível ocorrido no Estado do Pará. Meu amigo, essa menina é uma criança mesmo. Eu cheguei a vê-la; ela tem quinze anos mas tem cara de onze. Então, não tinha como confundir essa criança de quinze anos com uma adulta. A barbaridade foi muito grande. Raspam a cabeça da criança para que ela ficasse vinte dias lá dentro e pensassem que era um homem que estava junto com mais vinte homens. Isso aí é inadmissível, revoltante e lamentável. Enquanto isso, no dia anterior a essa denúncia, estávamos vendo aqui no Salão Negro do Senado Federal a execução do Hino Nacional ao ritmo de carimbó. Havia um boi e um casal dançando o Hino Nacional dentro desta Casa, que deve ser o grande exemplo de brasilidade. Então, é lamentável, assim como o caso do Pará. E eu sou paraense.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo todas as palavras do ilustre Senador Papa-léo Paes ao meu pronunciamento.

E continuo: Presidente Luiz Inácio, encantadora Primeira Dama, D. Marisa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto.

Marta Rocha é um símbolo de beleza, de pureza e de grandeza deste País. Conheci-a quando jovem,

misse, e, depois, quando Governador do Estado, ela foi convidada pela sociedade piauiense. Eu estava presente, aplaudindo. Então não houve, em nenhum instante, ofensa à Primeira Dama, D. Marisa, da qual nos orgulhamos.

D. Marisa, confiante nisso, e não nesses puxa-sacos que aí estão, distribuindo carrão amarelo, pediria que V. Ex^a apelasse para o nosso Presidente ir pedir perdão. Perdão! O que fez a nossa sociedade e o nosso Governo foi a maior nódoa da história da humanidade, no Pará.

Senão, fica aqui meu exemplo: Pai, Pai, perdoai-os. O PT não sabe governar nem o Brasil e nem o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Sibá Machado. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida o Senador Augusto Botelho e, logo após, pela ordem de inscrição dos presentes, a Senadora Marisa Serrano.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro de que, no próximo fim de semana, no dia 2, realizaremos a eleição para todas as direções do Partido dos Trabalhadores, no plano nacional, estadual e municipal.

Sr. Presidente, nós fundamos o PT no dia 10 de fevereiro de 1980. De lá para cá, tivemos como berço da fundação do nosso Partido pessoas oriundas de diversas organizações e movimentos sociais brasileiros. Tivemos que fazer um exercício muito interessante naquele momento, que foi adotar, no Estatuto do nosso Partido, a diversidade de pensamento dessas pessoas. Tivemos militantes oriundos da Teologia da Libertação, da Igreja Católica; tivemos militantes que vieram da chamada “Esquerda armada”, a luta urbana, armada, brasileira, dos anos 60 e 70; tivemos militantes do Movimento Sindical, do qual, inclusive, nasceu a grande liderança de Luiz Inácio Lula da Silva; pessoas que foram prejudicadas pelo regime da ditadura militar, que tiveram de deixar o Brasil e, por força da anistia, retornaram. Também participaram intelectuais, pessoas da Academia e tantas outras do campo e da cidade que estiveram no ato de fundação de nosso Partido. Com essa diversidade de pensamentos, tivemos de tomar um rumo diferente dos Partidos comunistas tradicionais do mundo inteiro. A Esquerda, no mundo, sempre se baseava em uma forma de pensamento muito fechada, o chamado centralismo democrático, que tinha uma posição partidária de vanguarda. O vanguardismo do movimento social não estava muito enraizado nos movimentos de massa.

Portanto, acredito que essas foram as duas bases que diferenciaram muito o Partido dos Trabalhadores das Esquerdas tradicionais no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, nós temos sete candidatos à Presidência Nacional do Partido dos Trabalhadores: Markus Sokol, Valter Pomar, Eduardo Cardozo, Jilmar Tatto, Gilney Viana, Carlos Miranda e Ricardo Berzoini. Sete candidatos à Presidência. Todos oriundos de correntes distintas dentro do PT, mas com um único propósito: o de manter, dentro dessa diversidade, a unidade inabalável do PT, que, nestes 27 anos de existência, conseguiu fazer uma excelente experiência no Parlamento, conseguiu uma excelente experiência no Executivo estadual, municipal e, agora, no Governo Federal.

Nosso Partido conseguiu a construção de uma liderança de massa do porte de Luiz Inácio Lula da Silva, fato revolucionário para o pensamento do povo brasileiro, que, ao longo dos 117 anos da nossa República, teve de conquistar, com muita dificuldade e muita dureza, o direito ao voto, desde 1824, passando todo esse tempo, convivendo com problemas, como a turbulência da democracia no Brasil.

Nosso primeiro Presidente já foi o General do Exército Deodoro da Fonseca. Tivemos de conviver com dificuldades, como foi Artur Bernardes, que tratava o movimento social como um caso de polícia. Tivemos a ditadura de Getúlio Vargas; tivemos o período militar por, mais ou menos, 20 anos. Sempre tivemos dificuldades na área da economia, na área do desenvolvimento e, principalmente, na hora de investir na área do conhecimento. Nesse período inteiro, as classes sociais brasileiras jamais tiveram a oportunidade de chegar aonde chegaram.

Fico muito feliz pelo fato de o PT, não sozinho, ter trabalhado para chegar aqui, formando também alianças, consolidadas alianças políticas. E hoje estamos na iminência de realizar mais uma de nossas eleições.

Acredito ser o PT o único Partido brasileiro, hoje, que realiza eleição direta para suas direções. Desconheço outra experiência como tal. E haveremos de sair dessa eleição o mais fortalecido possível internamente, para que possamos avançar com a nossa experiência em outras prefeituras na eleição do ano que vem, administrando o maior número possível de cidades pequenas, médias e grandes.

Em 1985, começamos com 12 Municípios e, hoje, estamos administrando mais de 400 Municípios e 5 Estados.

Tivemos excelentes experiências, como foi o caso do Distrito Federal – Cristovam Buarque implantou algumas políticas sociais, como o Bolsa-Escola –, e o caso de Porto Alegre, em cuja prefeitura inovamos ao criar o orçamento participativo. Então, são muitas as

contribuições que o nosso Partido deu ao povo brasileiro. Agora, esta experiência no Governo Federal.

Sei que não é fácil para muitos a relação entre o Partido e as instituições do Poder Público: onde há um Prefeito do PT, a relação com a Direção Municipal; onde há um Governador, a sua relação com a Direção Estadual; e, agora, a experiência do Governo Federal em relação à Direção Nacional do Partido. Mas, acima de tudo, a contribuição que temos dado para o sucesso do Governo do Presidente Lula, o sucesso de cada um dos Governadores e de cada um dos Prefeitos e das Prefeitas e, principalmente, a unidade interna do PT, que discute como sempre, aquilo em que sempre acreditou ao longo da história, as bases conceituais do nosso programa político.

Então, aproveito este momento para chamar a atenção de todos os filiados do PT. Já somos perto de um milhão de filiados. Que compareçamos em massa no dia 02 de dezembro, para fazer a escolha da nova direção para o plano nacional, para os planos estaduais e para os planos municipais. Quem sabe até evitemos o segundo turno. Instituímos que, nas instâncias em que há mais de dois candidatos, se nenhum deles alcançar 50% mais um dos votos, não poderá tomar posse de imediato, e será feito um segundo turno.

Espero que não precisemos disso, que as filiações e os filiados compareçam a essa eleição e façam o depósito de seu voto confiantes naquilo que é o forte do nosso histórico: a unidade do Partido dos Trabalhadores.

Pela governabilidade do Brasil, dentro dos propósitos com que trabalhamos até aqui, pelo fortalecimento da municipalidade, por conta das eleições do ano que vem, e pelo sucesso de cada um dos Governadores que temos hoje – Binho Marques, no Acre; Ana Júlia Carepa, no Pará; Jaques Wagner, na Bahia; Marcelo Déda, em Sergipe; e Wellington Dias, no Piauí –, que façamos a cada dia a demonstração dos propósitos daquilo que alimentamos como sendo o socialismo eminentemente brasileiro.

Em nome disso, conclamo a família petista a comparecer, em massa, no dia 02 de dezembro, para que possamos dar mais um banho de democracia e de fortalecimento desta importante sigla partidária do nosso País que é o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Augusto Botelho, à Senadora Marisa Serrano.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

Aplaudimos a Senadora Marisa Serrano, eleita a primeira Vice-Presidente do Diretório Nacional do PSDB.

Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Até por ter sido eleita Vice-Presidente do meu Partido, sendo tão difícil às mulheres galgarem um cargo público na política e, principalmente, um cargo de comando, venho falar hoje aqui.

Há coisas que magoam as pessoas, há coisas que inquietam e que, principalmente, não nos deixam calar. Mais do que isso, quero analisar dois aspectos dessa questão de uma jovem menina ter sido encontrada numa cela com homens, numa cidade do interior do Pará. A indignação tomou conta da sociedade, a indignação que percebemos quando acompanhamos um ato de vandalismo, de terrorismo, de maus tratos, algo que possamos abominar.

Eu vi desta tribuna inúmeros Parlamentares falarem do caso do João Hélio, no Rio de Janeiro, quando ele foi arrastado por um delinquente que roubava um carro. Todo o Brasil se indignou. Ficamos indignados ao ver esse caso que aconteceu no Pará, por várias razões: por ser uma mulher, por ser uma jovem menina, menor de idade, por estar no amparo da lei. Ela não podia estar lá por várias razões. Não podia estar lá porque é uma mulher e a lei proíbe. Não podia estar lá porque é menor, e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe. Então, ela não podia estar lá. E o Senador Papaléo Paes se referiu a algo que nos entristece mais ainda: a razão da questão de gênero, o que nos bate mais fundo ainda.

Uma Governadora mulher, uma Secretária de Segurança Pública mulher, uma Juíza mulher e uma Delegada mulher são as responsáveis pela parte jurídica, pela parte operacional e pela determinação de quem tem o poder na mão.

Isso tudo nos preocupa, mas não acredito e continuo não acreditando que seja uma questão de gênero, principalmente porque nós mulheres temos o sentimento da maternidade. Nós que sempre defendemos os nossos filhos e os nossos jovens; que vamos à luta, às ruas, em qualquer situação para defender aqueles a quem demos à luz e, por conseguinte, nos espelhamos nos filhos dos outros, acho difícil que possamos levar esse caso na questão de gênero.

Penso: como isso pôde acontecer num Estado em que as mulheres estavam relacionadas com esse caso? Cheguei a pensar: será...? Não sei se há estudos a respeito, mas concito a academia a estudar essa questão. Será que a mulher, quando chega ao poder

com que ela não tem tanta familiaridade, será que essa mulher se embrutece a tal ponto? Será que ela acredita que se, de alguma forma, proteger mais as mulheres, os outros, os homens vão pensar que ela está sendo discricionária, que ela está se apartando daquilo que ela deve fazer, que ela está privilegiando um segmento do seu Estado, da sua cidade, do seu País?

Esta é uma questão que também deve muito ao instituto falido da política prisional do nosso País. Mesmo que nos reportemos ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é ligado ao Ministério da Justiça, um Conselho que tem vários deveres, entre os quais: propor diretrizes da política criminal; promover uma avaliação periódica do sistema criminal; elaborar um programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor que trabalha nos nossos presídios; inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, se nós temos o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, está na hora de fazer com que esse Conselho venha a público e diga o que está fazendo para que as nossas prisões sejam estabelecimentos prisionais que guardem seres humanos, e não bestas-feras!

Hoje, por conta disso, conversei com o Secretário de Segurança Pública do meu Estado, que é um profissional de carreira: é da Polícia Federal. Conversei com o Dr. Jacini sobre a questão prisional, e ele me falou de algo que diz respeito ao Senador Alvaro Dias, porque ele disse que é necessária uma reformulação geral nas penitenciárias brasileiras. Ele disse – e quero fazer esta colocação – que Mato Grosso do Sul, meu Estado, tem 4.200 vagas para criminosos nas penitenciárias mas tem 11.500 presos. Se há 4.200 vagas, como encarcerar 11.500 presos? Essa equação não fecha; não tem como fechar.

Quero perguntar: será que é só em Mato Grosso do Sul que acontece isso? Não; em todo o País, homens são amontoados em celas como animais. Portanto, eles respondem também como animais, porque nós os tratamos assim. Não é porque eles agem como bestas-feras que nós vamos agir também.

Senador Alvaro, procurei hoje acompanhar – e, se não me engano, em 13 de fevereiro deste ano, nós aprovamos um substitutivo ao PLS nº 134, que é da sua autoria, que define regras para as despesas de segurança pública por parte do Governo Federal, proibindo o contingenciamento de verbas para essa área. Eu pergunto: avançamos? Não avançamos, Senador. Houve o caso do menino João Hélio; houve o caso dessa moça, e infelizmente haverá inúmeros outros casos. Mas nós estamos aqui de mãos amarradas.

Pergunto: será que temos o que comemorar? Não temos.

É chegada a hora de fazer com que as coisas comecem a andar neste País, a começar por esta Casa.

Eu propus um levantamento de todos os projetos de lei que tramitam nesta Casa a respeito de segurança e das penitenciárias que temos neste País. Não adianta a Governadora Ana Júlia – isso está em todos os jornais hoje – vir para cá pedir mais penitenciárias. Isso importa e ajuda, mas precisamos muito mais do que isso, muito mais do que isso. Precisamos trabalhar com a consciência do povo brasileiro; garantir que o povo brasileiro tenha mais educação e mais consciência principalmente de atos absurdos e bárbaros como os que estamos vendo neste País. Está aumentando tanto o número de presos no Brasil que, algum dia, nós vamos chegar, como narra Machado de Assis no seu conto *O Alienista*, a ter mais pessoas dentro do que fora. Essa é uma preocupação que tem de ser de todos, dos homens e mulheres de bem deste País, para que olhem para o que está acontecendo e não permitam mais essas barbaridades.

Haverá, na próxima quarta-feira, dia 28, às 10 horas, uma sessão solene do Congresso no plenário da Câmara. Para comemorar o quê? O Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. Vamos comemorar na quarta-feira, aqui, neste Congresso.

Ainda mais: ontem foi aberto no Rio de Janeiro, pela Ministra Nilcéa Freire, um *show* de músicas para comemorar um ano da Lei Maria da Penha.

De que adianta termos leis se não mudarmos a estrutura policial e carcerária deste País? Podemos comemorar leis, mas, se elas não são aplicadas, de que adianta?

A Senadora Ana Júlia criou um decreto que proíbe que mulheres fiquem encarceradas junto com homens e também proíbe que crianças fiquem em penitenciárias. Só que existe lei: o Código Penal é muito claro. Já está lá, não há necessidade de decreto. A lei é superior ao decreto. De que adianta ter Código Penal se não o cumprimos?

Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, neste discurso eu digo que fiquei muito estarelecida com o que aconteceu no Pará. Perguntei ao Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul se ele tem conhecimento de casos como este no meu Estado. Ele disse que de jeito nenhum, que isso não acontece. Então isso não deve ser comum nos Estados brasileiros. Eu não sei. Acredito que estão fazendo agora esse levantamento.

Se quem tem de fazer cumprir a lei vai contra ela, como vamos acreditar na lei? Quem é que vai acreditar numa lei se as próprias pessoas que devem fazê-

la cumprir, como a juíza e a delegada, não o fazem? Como nós, que estamos aqui, vamos acreditar?

Termino, Sr. Presidente, mostrando a minha indignação e dizendo que é preciso, sim, que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nos proponha algo para mudar essa questão. E é função deles fazerem isso.

Precisamos fazer com que as leis sejam cumpridas e, além disso, não pensar como a Governadora do Pará, Ana Júlia, que disse ser essa uma prática lamentável, mas que, infelizmente, acontece há algum tempo.

Não podemos aceitar, em hipótese alguma, violência contra quem quer que seja, principalmente nós que lutamos contra a violência principalmente sobre o gênero feminino.

Deixo aqui as minhas palavras de alerta e de indignação.

Senador Expedito Júnior, ouço V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senadora Marisa, é lamentável a declaração da Governadora. Há mais de 20 anos sou Parlamentar – Deputado Federal, Senador da República –, representante do povo e do Estado de Rondônia, e nunca ouvi dizer que lá no meu Estado os presos iam todos juntos para a mesma cela. Lá sempre existiu o presídio feminino. É lamentável isso. Eu comentava ainda há pouco com o Senador Mão Santa que o Pará está muito atrasado. Que me perdoem os Parlamentares do Pará, por eu estar falando do Estado deles; perdoe-me a ex-Senadora e Governadora, que, repito, disse que isso vinha acontecendo há muito tempo. Em Rondônia, isso nunca aconteceu. Quando eu cheguei aqui perguntei qual seria a tônica do discurso de V. Ex^a e indaguei se no Estado de V. Ex^a acontece isso. E V. Ex^a me disse: “Não; isso é um absurdo!” Realmente isso é um absurdo. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. Pode ter certeza de que o Brasil inteiro está nos acompanhando, não somente por causa da CPMF. O pessoal diz que é devido à CPMF que o povo brasileiro está acompanhando as sessões. Não. A TV Senado tem uma audiência muito grande. Quando eu retorno ao Estado de Rondônia, para onde vou todas as sextas-feiras, ou seja, toda semana, escuto o povo que vem ao meu encontro falar sobre o que eu discursava na tribuna do Senado, às vezes cumprimentando-me, às vezes criticando-me ou pedindo-me uma ação mais enérgica. Meus parabéns. Não seria diferente o posicionamento de V. Ex^a, que conheço desde os tempos da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que V. Ex^a defende o seu Estado com muito orgulho.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, primeiro quero cumprimentá-la pela brilhante vitória no PSDB. Fui à reunião representando o PMDB autêntico, porque temos um grupo qualitativamente muito forte. Eu, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e Geraldo Mesquita Júnior comparecemos, representando o PMDB histórico, autêntico. Queremos cumprimentá-la. V. Ex^a enriquece o PSDB. Quanto a esse negócio de o PT pensar que intimida, negócio de cartão amarelo... Eu sou é do Piauí. Não existe isso na história do mundo – eu sei da história universal. Nunca existiu nem em época medieval – Demóstenes errou –, muito pelo contrário; o que eles faziam era rezar, havia monges, havia São Tomás de Aquino... No Brasil, está aí o nosso companheiro Paulo Duque, mas quem tratou de presidiário na literatura foi Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*. Não há isso. Assis Brasil, escritor piauiense, foi laureado com o prêmio Walmap, pela obra *Os que Bebem Como os Cães*. O Carandiru nem isso teve. Isso é uma imoralidade, uma ignomínia. O Presidente da República tem que pegar sua esposa, que representa a mulher, como V. Ex^a, e pedir a essa jovem, à família dela, perdão. Isso é a maior barbárie na história da humanidade. Então, cartão vermelho para a administração da insensibilidade, da incompetência, da insanidade, do PT.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Quero agradecer os apartes e dizer ainda uma coisa que eu acho importante dizer depois das falas dos Senadores Mão Santa e Expedito Júnior: esta Casa tem que voltar a discutir os grandes problemas nacionais. A solução desses problemas deve e pode mudar a feição deste País. A questão prisional é uma delas.

É necessário que discutamos, sim, em profundidade, como fazer para que o nosso País não apareça no Relatório da ONU, como saiu dias atrás, como um País que não respeita os direitos humanos, como um País que tortura, como um País que aceita todas as ignomínias. É um absurdo. Eu não quero viver num País que seja visto não só por nós, mas também pelos outros como o País da barbárie.

Então, questões como essa têm que ser debatidas nesta Casa. Temos que voltar a ter grandes debates aqui sobre questões de fundo, que possam realmente começar a mudar o Brasil, porque só assim vamos contribuir para fazer um País melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno. A seguir, falará o Senador Augusto Botelho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo insiste em cooptar votos no PSDB favoravelmente à prorrogação da CPMF. Estou tão seguro em relação aos votos do PSDB que não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o Governo poderia utilizar melhor o seu tempo, evitando esse desperdício.

A manchete do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje diz: “Mantega faz afagos individuais a tucanos para aprovar CPMF. Ministro espera que Governadores do PSDB ajudem a angariar votos entre Senadores.”

Ora, Sr. Presidente Tião Viana, creio que os Senadores merecem respeito. O PSDB já anunciou que tem uma posição definida terminativamente. Não há nenhuma hipótese de recuo, porque isso seria a desmoralização da Bancada de Senadores do PSDB.

É evidente que essa desmoralização não ocorrerá. Lamento inclusive que alguns Colegas Senadores do Partido estejam sendo citados como alvo dessa cooptação do Governo, como se eles fossem cooptáveis, como se eles barganhassem, como se aceitassem benesses em troca do voto.

Estou, nesta segunda-feira, na tribuna do Senado Federal, afirmando que não acredito, em hipótese alguma, que o Governo possa lograr êxito nessa empreitada. É uma empreitada inglória. O Governo não terá os votos do PSDB para a prorrogação da CPMF, até porque as razões são inúmeras. Há tranquilidade em relação a esse gesto do Partido, que...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite, Excelência?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – (...) em que pese o fato de estar na Oposição, é responsável também pelos destinos do País e não gostaria de semear o desequilíbrio orçamentário.

Vamos ver, Senador Camata – e vou conceder o aparte a V. Ex^a com a maior alegria –, que, a cada dia – as informações confirmam –, é impossível um País como o nosso crescer na proporção do crescimento de países emergentes com essa brutal carga tributária. Agora o Brasil lidera o *ranking* de burocracia fiscal. O estudo elaborado pelo Banco Mundial e pela consultoria PricewaterhouseCoopers revela que

o Brasil é o país onde as empresas mais gastam tempo para cumprir suas obrigações tributárias. Em 178 países pesquisados, Senador Camata, o Brasil ficou exatamente no 178º lugar, ou seja, em último lugar, o campeão na quantidade de horas gastas para que uma empresa pague todos os impostos e tributos. A mais pesada burocracia tributária do mundo é a nossa, a brasileira.

Concedo a V. Exª, Senador Camata, o aparte que solicita.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Alvaro Dias, queria primeiro dizer que é uma pena que o Partido de V. Exª não possa apoiar a CPMF. Afinal de contas, foi um tributo nascido num bom tempo, exatamente no Governo do PSDB, que V. Exª e eu apoiamos. Depois, o Partido de V. Exª deu ao Brasil o exemplo de como se negocia. Enquanto o meu Partido e outros Partidos foram ao Governo exigindo cargos, exigindo ministérios, exigindo empregos, o Partido de V. Exª teve uma atitude adulta, e eu até disse na reunião do PMDB da nossa Bancada: “O PSDB está ensinando como se negocia com base no bem do Brasil e no bom para os brasileiros”. O Partido de V. Exª colocou redução de alíquota, redução gradativa do tributo – só negociou em cima do tributo. Eu disse que V. Exªs estavam até dando ao Governo uma lição de como se negocia patrioticamente e achei que daquilo iria sair um consenso que levasse o Partido de V. Exª a apoiar a CPMF. Entretanto, parece que as negociações não tiveram tantos frutos quanto o Partido de V. Exª acreditava, e elas pararam. Mas acredito que não fica mal para alguém do PSDB, que foi o criador do tributo, votar pela continuação dele. Se ele foi um bom tributo, se foi criado pelo PSDB porque é bom, então o Partido de V. Exª poderia muito bem apoiá-lo. Quanto à carga tributária, gostaria de chamar a atenção de V. Exª, do Plenário e do Brasil para aquela emenda constitucional, da qual V. Exª é um dos autores juntamente comigo, que impõe um redutor de 1% anualmente nas despesas correntes do Governo, fazendo com que, durante dez anos, a carga tributária vá caindo até que ela chegue nos civilizados 26%. Não vai matar ninguém o corte de 1% num País que está crescendo 4%. Ninguém vai morrer de fome, e o Governo não vai tremer. E, com isso, chegaremos, daqui a dez anos, a uma carga tributária civilizada. Cumprimento V. Exª. Respeito a posição e o ponto de vista de V. Exª – e não poderia ser outra a minha maneira de considerar o assunto -, mas acho que V. Exª deveria continuar com aquela posição adulta, séria, cívica que o PSDB teve ao abrir as negociações com o Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Esse imposto realmente nasceu no Governo Itamar Franco e foi prorrogado no Governo Fernando Henrique Cardoso. V. Exª não diz nenhuma inverdade. É evidente que nasceu como um imposto provisório...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Um erro histórico, Excelência, não foi uma inverdade. Foi um erro histórico.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. O imposto provisório deveria ser considerado como tal, deveria ser adotado provisoriamente, e não definitivamente, como quiseram outros e como querem agora também.

É por essa razão que, com a maior tranquilidade e consciência, posiciono-me contrariamente à prorrogação da CPMF. Não é bom. V. Exª disse: “Se o PSDB o idealizou é porque é bom”. Não é bom. Se fosse bom, não seria provisório. O que é provisório não é adequado, ou não é ideal. Pelo menos ideal não é. E, por essa razão, estamos apregoando o seu término.

O que é provisório não organiza; desorganiza. O que é provisório não oferece segurança, e, sim, insegurança. Portanto, o modelo tributário tem que oferecer organização e segurança para promover desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Eu vejo também nos jornais que o envio da reforma tributária poderá ser adiado, “os aliados temem mais um atrito”. Portanto, a reforma tributária é algo que se discute, mas que não se realiza. Lamentavelmente nós temos que afirmar que reforma tributária é para ser debatida, mas é também para ser concretizada.

E, antes de concluir, Sr. Presidente, embora o meu tempo tenha se esgotado, eu peço permissão a V. Exª para conceder o aparte que me solicita o Senador Papaléo Paes, que me honra muito ao me apartear.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Exª já justificou o porquê desse imposto provisório necessitar de ser exterminado da sobrecarga de impostos que já se tem neste País. Mas eu faço uma lembrança aqui, Senador Alvaro Dias. Além do fato de ter sido tachado de provisório, esse imposto aconteceu exatamente no momento em que a saúde pública brasileira precisava de um recurso extra. Eu quero lembrar que o País, o povo, nós todos estamos habituados a ser enganados pelo governo, pelos Poderes. Quantos de nós lembramos aqui sobre empréstimo compulsório? Nós já fomos taxados em diversas oportunidades mediante empréstimo compulsório – recolhem dinheiro da gente compulsoriamente – e nunca, jamais tivemos de volta esse dinheiro, esse recurso que nos foi tirado compulsoriamente. Da mesma forma, fazendo prevalecer a nossa liberdade individual no sentido da responsabilidade, nós temos que fazer valer a palavra que o Congresso Nacional deu

ao contribuinte de que esse imposto seria provisório. Então, nós temos que tirar esse imposto da sobrecarga de taxaço do povo brasileiro e, com isso, mostrar a nossa responsabilidade. Nada de enganar o povo dizendo que é provisório e, depois, torná-lo permanente. Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Papaléo.

Apenas em respeito ao Senador Gerson Camata, também quero dizer que a negociação que ele louvou há pouco não foi concluída satisfatoriamente porque o Governo não demonstrou nenhuma vontade política de promover alterações significativas em sua proposta. O que queria realmente o PSDB era antecipar a discussão da reforma tributária – isso era essencial na proposta ao Governo –, prorrogar o imposto por apenas um ano e, nesse período, discutir e aprovar um novo modelo tributário para o País.

O que o Brasil precisa urgentemente, para alcançar índices de desenvolvimento comparáveis a de países emergentes no mundo, é exatamente mudar o seu modelo tributário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A seguir, teremos a Ordem do Dia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 3ª Conferência Nacional das Cidades começou hoje, dia 26, às 9 horas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Organizado pelo Conselho das Cidades, o evento, que segue até quinta-feira, dia 29, conta com painelistas e debatedores sobre temas de interesse da área e terá o Presidente do Conselho, Ministro das Cidades, Marcio Fortes, na abertura. A solenidade de abertura oficial será hoje à noite, no Ulysses Guimarães, com a presença do Ministro Marcio Fortes e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A 1ª e 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizadas em 2003 e 2005, deram início às primeiras discussões sobre a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano. No período de 25 a 29 de novembro de 2007, será realizada a 3ª Conferência Nacional das Cidades, com o lema “Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social” e o tema “Avançando na gestão democrática das cidades”. A preocupação central da 3ª Conferência é continuar a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano para o País, sem deixar de abordar temas centrais relacionados ao cotidiano da gestão do Po-

der Público nas três esferas de Governo: municipal, estadual e federal.

Ao trazer a discussão para a ótica das realidades em âmbito local, a proposta também vislumbra a reflexão acerca da capacidade de gestão dos governos, ou seja, um debate sobre a capacidade de planejar o desenvolvimento das cidades e suas intervenções de forma integrada e com participação social. Esse enfoque da participação social será aprofundado por meio do debate da construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, entendido como o principal mecanismo para viabilizar a gestão democrática da PNDU.

A 3ª Conferência também propõe um balanço das ações e políticas já desenvolvidas a partir das duas conferências já realizadas. A 1ª Conferência Nacional das Cidades possibilitou o direcionamento das políticas setoriais – habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão do solo urbano – desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, além de aprovar atribuições, estabelecer a composição e eleger as entidades que fizeram parte da 1ª gestão do Conselho das Cidades em âmbito nacional.

A Conferência, considerada o maior evento para discutir as questões ligadas ao desenvolvimento urbano do País, conta com cerca de 3.000 pessoas entre delegados, observadores, autoridades internacionais e funcionários do Ministério das Cidades.

Essa Conferência vai ajudar a corrigir o problema das cidades, que é muito grave no momento.

O que me trouxe aqui também, Sr. Presidente, é o problema da energia elétrica de Roraima.

Para poder dar maior amplitude ao processo de planejamento, proporcionando a participação da sociedade, o Ministério de Minas e Energia, responsável pela função de planejamento setorial, disponibilizou o resultado dos estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética, a partir de termo de referência, estabelecida pelo MME, relativo ao Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016.

Destaca-se que o Plano aborda o enfoque energético amplo, o que tem caráter inédito no nosso País, pois, pela primeira vez, está sendo disponibilizado um Plano Decenal de Expansão de Energia.

Porém, ao estudarmos o plano, detectamos, no que concerne à energia elétrica, que o Estado de Roraima será o único Estado brasileiro sem programação para ser integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Tal fato causa preocupação, razão pela qual determinei à minha assessoria gestões junto ao MME, para analisar e equacionar esta situação de único Estado brasileiro fora do Sistema Interligado Nacional.

Como é do conhecimento do Ministério de Minas e Energia, o abastecimento de energia elétrica do Estado é proveniente da Venezuela, colocando à disposição dos roraimenses 200 *megawatts* de potência.

Infelizmente, por problemas que estão sendo equacionados pelo Governo estadual, a energia elétrica disponível do país vizinho só abastece o Município de Boa Vista, onde fica a subestação abaixadora. Houve problemas também de ordem moral, com o desvio em governos anteriores de dinheiro que deveria ter sido destinado à interligação dos Municípios. Os demais Municípios continuam dependendo dos antigos grupos geradores, de alto custo operacional e sem capacidade de atender o crescimento da demanda, enquanto que, do total disponível, só se consome 90 *megawatts*. Há 110 *megawatts* sobrando.

O Estado de Roraima tem um potencial hídrico já inventariado desde a década de 90, da ordem de 800 *megawatts* só no rio Cotingo, conforme estudos em poder da Eletronorte.

O próximo plano decenal, de 2008 a 2017, acreditamos conterá dados conclusivos sobre o inventário do Rio Branco que está sendo feito, e a previsão de estudo de viabilidade que indique a melhor solução para implantação de uma usina hidrelétrica. Tomara que seja do rio Cotingo, afluente do Rio Branco. A implantação dessa hidrelétrica, cuja entrada em operação poderá ocorrer em 2016, permitiria, além de tornar o Estado auto-suficiente, gerar excesso de energia que seria despachado por linha de transmissão ligando o Estado ao Sistema Manaus/Amapá e a toda margem esquerda do rio Amazonas, que já estará interligado ao Sub-Sistema Norte a partir de 2012, refletindo, dessa forma, a evolução futura da configuração do Sistema Interligado Nacional.

A interligação com o Sistema Interligado Nacional permitirá que, em 2017, quando finda o contrato de fornecimento com a Venezuela para Roraima, se negocie com tranquilidade e com soberania a renovação do contrato e talvez a interligação com o país vizinho ao nosso Sistema Interligado Nacional, uma vez que a inclusão da Venezuela no Mercosul será mais um fator de integração da Região Norte do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Roraima apresenta um dos menores crescimentos de consumo de energia *per capita*. Esse crescimento abaixo da média da região Norte é devido, em parte, a pouca disponibilidade e freqüentes interrupções no abastecimento de energia para Roraima. Tal situação só será revertida quando se dispuser de energia a preço competitivo, em quantidade e garantia de abastecimento constante.

Assim que for solucionado o problema de abastecimento de energia elétrica para todos os Municípios

de Roraima, prevê-se um crescimento de demanda da ordem de 7,8% ao ano – média de crescimento prevista para os sistemas isolados do Sistema Interligado Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli e a seguir ao Senador José Agripino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, teremos nesta semana duas importantes ações para as quais eu peço a atenção de todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

Amanhã, às 9 horas da manhã, vai acontecer uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, para a qual estão convidados o Dr. Paulo de Tarso Vanucci, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Vera Lúcia Marques Tavares, Secretária de Segurança do Estado do Pará; Geraldo Mendonça Rocha, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará; Aderildo Araújo, Presidente do Conselho Tutelar do Estado do Pará; Edilene de Jesus Soares, Juíza de Direito da Primeira Vara da Infância e Juventude da Comarca de Abaetetuba, no Pará; Raimundo Cezar Britto, Presidente da OAB Nacional, Conselho Federal; Celso Irã Corvil Viana, Delegado titular da Delegacia de Polícia de Abaetetuba, e Flávia Verônica Monteiro Pereira, Delegada plantonista.

Não preciso dizer o motivo dessa audiência pública. Obviamente, é sobre aquele assunto lamentável e absurdo da prisão da menina que ficou encarcerada durante mais de 30 dias, juntamente com algumas dezenas de homens presos.

Quarta-feira, vamos ter uma sessão solene às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados. É uma sessão solene do Congresso Nacional e faz parte das atividades da campanha dos 16 dias de ativismo contra a violência contra a mulher. É exatamente para reforçar a implementação da Lei Maria da Penha e, obviamente, todos esses assuntos recentes e lamentáveis do Pará serão debatidos nessa sessão solene referente ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

O que considero mais grave, Senador Tião Viana e Senador José Agripino, que tão atentamente me ouvem, é que o movimento das mulheres já entregou à OEA situações semelhantes à do Pará em vários outros Estados da Federação. Já identificou mulheres presas, encarceradas juntamente com presos do sexo

masculino; presídios femininos onde todos os funcionários são do sexo masculino. Portanto, em uma promiscuidade lamentável que já gerou várias denúncias de abuso sexual, inclusive com gravidez.

Nesse documento, preparado e entregue à OEA, já foram identificadas – e eu as quero listar – situações semelhantes à do Pará: no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em São Paulo. Isso em uma demonstração inequívoca de que essa provavelmente não é uma exceção à regra.

Para nós, mulheres, para a democracia brasileira, é insustentável que casos como esse continuem acontecendo e que estejam sendo tornados públicos de forma tão contundente apenas em razão do episódio do Pará.

Por isso, amanhã apresentaremos requerimento para criação de uma subcomissão na Comissão de Direitos Humanos, especificamente, para tratar das condições do sistema penitenciário brasileiro, tratando da questão das mulheres.

A Senadora Serys Slhessarenko está coordenando comissão externa apenas para o Estado do Pará. Vamos pedir que essa Comissão externa verifique todos os casos em todos os Estados. Espero que tenhamos, junto ao Ministério Público e junto ao Ministério da Justiça, medidas imediatas para que situações como essas não se reproduzam, não tenham continuidade e sequer tenham possibilidade de voltar a acontecer em nosso País.

Por último, Senador Tião Viana, juntamente com o repúdio a essas situações que afrontam, afligem e submetem mulheres, como no caso do Pará, em que uma adolescente passou por situações de verdadeiro abuso e afronta à sua mínima dignidade como ser humano, por estar ali submetida a toda forma de abuso sexual e violência, quero lamentar.

Como tive oportunidade de dizer bem recentemente, não temos duas leis neste País. Temos apenas uma lei. E a lei que, infelizmente, pela burla, colocou uma adolescente num encarceramento junto com algumas dezenas de homens, durante mais de um mês, foi a mesma lei que permitiu que o réu confesso jornalista Marcos Pimenta Neves, condenado, utilizasse recursos para protelar a decisão final e para continuar cumprindo pena em liberdade.

Ele que, em 2000, matou, de forma violenta, sua namorada Gomide, é réu confesso, porque confessou o crime bárbaro, e continua cumprindo a pena em liberdade, inclusive agora, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu não ser possível que se obrigue a cumprir pena enquanto não houver decisão final.

Então, um pode cumprir a pena em liberdade, mesmo sendo réu confesso. Outra, apenas acusada de ter cometido um furto, teve prisão sumária, em condições abusivas e absurdas de encarceramento, pois, mulher e menor, esteve numa cela juntamente com mais de duas dezenas, quase três dezenas de homens.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de pedir, mais uma vez, todo o apoio e participação dos Senadores e das Senadoras na audiência pública, amanhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos, e na sessão solene do Congresso Nacional, amanhã, às 10 horas, na Câmara, para debatermos e tomarmos providências firmes e enérgicas, para que essa situação não se repita mais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, pela ordem, e, a seguir, ao Senador Wellington Salgado.

Depois, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero me inscrever, como Líder, antes ou depois da Ordem do Dia.

Quero tratar desse assunto sobre o qual se manifestou, na quinta-feira, a Senadora Kátia Abreu, fazendo um candente pronunciamento; um revoltado pronunciamento; um precedentemente revoltado pronunciamento. Hoje eu ouvi a palavra da Senadora Marisa Serrano e, em seguida, a manifestação da Senadora Ideli Salvatti.

Pouca coisa revolta este País como revolta o caso de João Hélio e o caso da menor de 15 anos. Agora, de nada adianta a revolta. Revolta por revolta, o Brasil e o mundo estão cheios. Ou aplicamos a punição – e logo – ou o Brasil vai, cada vez mais, se decepcionar com as instituições.

Sr. Presidente, no caso do Pará, é mulher a Governadora, é mulher a secretária de segurança, é mulher a delegada e é mulher a juíza que tomava conta do assunto. São todas mulheres. Mas, no Pará, não existe penitenciária para abrigar mulheres.

Estamos falando de uma menor de 15 anos de idade que, não sei se por razões justificadas ou não, foi presa. Em qualquer circunstância, com 15 anos, não se permitiria que ela fosse presa junto com homicidas e, principalmente, com homens.

Estamos diante de um caso que é o erro do erro do erro. É uma coisa exponencial e revoltante.

Queria que o Brasil, que, claro, está indignado com este assunto, cobrasse das autoridades do Pará punição exemplar de quem tiver responsabilidade. Punição exemplar de quem tiver responsabilidade! E tem de haver punição logo. Não é um assunto que possa

esperar. Este assunto está claro, está escancarado. A audiência pública é importante? Claro, é importante; agora, é para falar o óbvio, é para que se diga aqui o que todo mundo já sabe. É preciso que as providências existam e existam logo.

Eu queria, com esta manifestação, que também traduz a minha revolta interior, inscrever-me para falar, como Líder, na hora em que V. Ex^a julgar possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. A seguir, embora eu não tenha anunciado, falará o Senador Romeu Tuma, que já havia solicitado a palavra à Mesa.

Depois, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, semana passada tivemos alguns debates aqui sobre medida provisória que tira validade de outra medida provisória. Então, procurei informações e cheguei à conclusão – não tenho o número, mas vou trazê-lo – de que, em Governos anteriores, já se usou esse artifício, que foi, inclusive, objeto de Adin julgada improcedente, permitindo-se que uma medida provisória revogasse outra medida provisória.

Eu queria pedir a V. Ex^a que a assessoria levantasse o número da Adin que trata do fato de medida provisória revogar outra medida provisória em Governos anteriores. Aqui foi dito que a revogação de medida provisória por medida provisória seria uma atitude deste Governo, quando, na verdade, isso já foi praticado em governos anteriores.

Eu queria pedir a V. Ex^a que a assessoria nos mandasse o número dessa Adin que, em governos anteriores, deu validade constitucional a que uma medida provisória revogue outra medida provisória. Nas minhas consultas, isso já havia acontecido em governos anteriores, e disseram que foi neste Governo a primeira vez que ocorreu, Sr. Presidente.

Eu queria que a Assessoria me desse essas informações, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência dará a devida resposta a V. Ex^a, Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para um breve registro.

A seguir, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não ocuparei mais do que um minuto nesta tribuna.

Senador Tião Viana, quero homenagear o Acre neste instante pela matéria veiculada, ontem, no programa Fantástico, que mostrou que o extrativista ou o seringueiro, morador da floresta amazônica, dentro do

Estado do Acre, conseguiu produzir couro artificial para fabricação da primeira bola ecologicamente perfeita.

Sr. Presidente, eu gostaria que o Governador do Estado que V. Ex^a aqui representa pudesse homenagear esse seringueiro e trazer ao conhecimento da sociedade a importância daquilo que ele conseguiu fazer, buscando, na própria seringa, dentro da sua área de terreno, a borracha necessária para a fabricação de tecido para a produção de bola. Mais um componente social: os próprios presos hoje se encarregaram de costurar as bolas com um salário que pudesse representar rendimento a eles, que estão atrás das grades.

Agradeço a V. Ex^a e deixo minha palavra de homenagem ao Acre.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a a justa e sensível homenagem que faz ao Estado do Acre e à causa do extrativismo, que seguramente será determinante como uma grande lição sobre a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, nota que passo a ler.

E lida a seguinte:

Nota

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A Mesa do Senado gostaria de associar-se a quantos saudaram, em plenário, o justo reconhecimento público da qualidade do trabalho desenvolvido pela Rádio Senado, que teve uma de suas reportagens especiais escolhida como finalista do 9º Prêmio Imprensa Embratel. Em formato de radiodramaturgia, a matéria “Tapa de amor dói - e muito”, de autoria dos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi, foi ao ar nos dias 8 e 9 de março deste ano, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

A reportagem traz depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica em Pernambuco. E mostra como elas, ao lado de um conjunto de entidades organizadas da sociedade civil, estão reagindo a esse tipo de crime. Pernambuco foi escolhido como cenário em virtude de ser o Estado que registra maior número de casos de violência contra a mulher.

Ao cumprimentar a equipe da Rádio Senado, a Mesa quer estender aos demais veículos de comunicação da Casa o reconhecimento dos senhores parlamentares pela contribuição ao esforço de aprimorar o diálogo do Senado da República com a sociedade brasileira.

Senador **Tião Viana**, Presidente do Senado Federal, Interino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro e enaltecer o trabalho feito pelo Ministério da Educação e, especialmente, pelo Ministro Fernando Haddad.

Estivemos, na última semana, no interior de Roraima, com o Ministro da Educação, vários Parlamentares da Bancada Federal e o Governador, e inauguramos a escola técnica de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, uma escola técnica moderna que vai atender principalmente os filhos de produtores e agricultores familiares do sul do Estado, o que vai, sem dúvida nenhuma, mudar o perfil da produção em todo o sul do Estado de Roraima.

Na oportunidade da inauguração, quando o Ministro Fernando Haddad explanou sobre a proposta do Governo Lula de melhorar a condição da qualificação, principalmente nos Estados mais pobres, foi anunciada também a construção de uma nova escola técnica no Município do Amajari, na região norte de Roraima.

Portanto, teremos duas escolas técnicas pólo, formando e dando condições para que a população do interior possa produzir melhor. A escola técnica do Amajari, inclusive, é preciso que se ressalte, terá um diferencial, que é a formação de técnicos agrícolas indígenas, portanto, em condições de atuar para melhorar a condição de produção das áreas indígenas no nosso Estado.

Faço este registro, enaltecendo e agradecendo a ação do Ministério da Educação e, pessoalmente, a presença do Ministro Fernando Haddad nessa inauguração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos*

bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje, por acordo de lideranças.

Transcorreu na última quinta-feira a quinta sessão em que a matéria constou da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– à Medida Provisória foram apresentadas três emendas.

– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de novembro;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS);

– o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 65, de 2007, e se esgotará no dia 26 de fevereiro de 2008;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer.

PARECER Nº 1.104, DE 2007-PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade, informando, inclusive, que esta Medida Provisória já foi transformada em projeto de lei, aprovada nas duas Casas e relatada aqui pelo Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, o parecer é favorável tanto em relação ao mérito quanto à constitucionalidade e juridicidade.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº DE 2007

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da

Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Relator Revisor Senador.

Relator Revisor **Ad Hoc:** Senador **Romero Jucá.**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição Federal, editou, em 18 de setembro de 2007, a Medida Provisória (MPV) nº 392, que “revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira”. A Medida Provisória foi integralmente aprovada na Câmara dos Deputados na forma do seu texto original.

O diploma em questão contém apenas dois artigos. O primeiro, expressamente, revoga a MPV nº 382, de 2007, e o segundo é cláusula de vigência imediata após a publicação da MPV.

A matéria foi aprovada sem emendas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 6 de novembro de 2007.

II – Análise

Relevância, Urgência e Adequação Financeira e Orçamentária

A MPV nº 382, de 2007, revogada, tratava, sobretudo, do desconto de créditos da Contribuição para o

Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, e de produtos específicos, nomeados por sua classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Autorizava, também, a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira, além de outras providências. Por fim, desonerava, das referidas contribuições, as vendas de veículos e embarcações novos destinados ao transporte escolar na zona rural, quando adquiridos pelo poder público municipal, estadual ou do Distrito Federal.

A Exposição de Motivos (EM) nº 138 – MF, apresentada ao Presidente da República para justificar a edição da MPV nº 392, de 2007, aduz, inicialmente, que, dadas as peculiaridades dos setores beneficiados pela MPV nº 382, de 2007, que teriam “menor dinamismo no mercado”, seria conveniente uma “maior discussão com os setores econômicos envolvidos, bem assim uma reavaliação técnica da matéria”.

Entretanto, no parágrafo seguinte, a EM acaba por admitir que o verdadeiro objetivo da MPV era acelerar a votação, no Congresso Nacional, da proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2007, que altera o art. 76 e acrescenta o art. 95 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da desvinculação de arrecadação da União e da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, cuja tramitação estava sendo “obstada pelo trancamento da pauta de votações da Câmara dos Deputados, por força do § 6º do art. 62 da Constituição”.

Com a revogação, a EM sugere que a matéria, antes considerada urgente e relevante, seja objeto de projeto de lei, de igual teor, do Poder Executivo Federal. Efetivamente, o mencionado projeto de lei foi apresentado, inclusive ampliando os benefícios da MPV revogada, e, para comprovar a prioridade dada à questão, já foi aprovado pelas duas Casas legislativas, sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, e transformado na Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

A prática de revogar uma MPV pela edição de outra não é nova e já vem sendo usada desde antes da Emenda nº 32, de 11 de setembro de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, como bem demonstram os exemplos citados na EM (ADInMC nº – 221-O/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Moreira

Alves. DJ de 22.10.1993 e ADInMC nº – 1.207-0/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ de 1º-12-1995)

Após a Emenda nº 32, de 2001, a primeira vez em que ocorreu foi na edição da MPV nº 128, de 2003, para revogar a MPV nº 124, de 2003, que tratava do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA).

Na ocasião, quando do julgamento de ação interposta (ADInMC nº 2984-3/DF), pelo PSDB e pelo DEM, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a edição da aludida MPV, os ministros daquela corte a consideraram legítima e rejeitaram o pedido de liminar, por nove votos a um.

Na época, a prática foi defendida pela atual Presidente do STF, ministra Ellen Gracie, relatora do caso, sob o argumento de que “cabe estabelecer que a ponderação de interesses prioritários na tramitação de matérias perante a Casa Legislativa é opção política que o Poder Executivo fez”.

O voto foi seguido pelos Ministros Carlos Ayres Britto, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cezar Peluso, que continuam em atividade, além de Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Maurício Corrêa e Nelson Jobim, já aposentados.

Assim, forçoso aceitar que MPV nº 392, de 2007, preenche os requisitos constitucionais de admissibilidade.

A Medida não tem qualquer implicação orçamentária, uma vez que até evitou a renúncia tributária proveniente da MPV nº 382, de 2007.

Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A competência da União para legislar sobre Direito Tributário e Financeiro, e em relação a tributos de sua alçada é dada pelo art. 24 da Constituição Federal (CF). O PIS/Pasep e a Cofins são atribuídos à União por força dos arts. 239, e 195, I, **b**, da CF. A matéria não está entre aquelas cuja veiculação por MPVs é vedada pelo § 1º do art. 62 da CF. Sob o ponto de vista constitucional e jurídico, a MPV nº 392, de 2007, não encontra nenhum obstáculo.

O MPV nº 392, de 2007, atende aos princípios de boa técnica legislativa, preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, e não contém qualquer matéria diversa do enunciado em sua ementa.


Mérito

Por ser uma medida revocatória, com o único intuito de destrancar a pauta de votação da Câmara para matéria considerada de relevância ainda maior e, ainda, por ter sido o conteúdo da MPV revogada recuperado pela Lei nº 11.529, de 2007, entendemos que a discussão do mérito ficou esvaziada.

Na prática, o único efeito real da MPV nº 392, de 2007, foi a interrupção temporária dos efeitos do conteúdo da MPV nº 382, de 2007, até a entrada em vigor da referida Lei nº 11.529, de 2007.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 392, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2007

 , Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer é pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN. No mérito, pela aprovação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, trata-se de votação simbólica. Será nominal somente se houver verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – No mérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias também está inscrito, quanto ao mérito, para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Nós estamos, neste momento, discutindo a constitucionalidade, urgência e relevância?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso. Relevância, urgência e constitucionalidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Na oportunidade da discussão do mérito, eu me manifestarei.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fará uso da palavra quanto ao mérito?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Quanto ao mérito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, submeta à votação a constitucionalidade, porque a inscrição é pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto ao mérito, para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador José Agripino e, a seguir, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo aqui algo absolutamente inócuo, uma matéria vencida, um fato que desmerece o próprio Parlamento. Estamos votando uma medida provisória que desfaz uma outra que foi editada anteriormente. E, para desobstruir a pauta da Câmara, para que a Câmara pudesse votar a CPMF, foi desautorizada por esta. Estamos votando, portanto, uma medida provisória que o Governo editou para desfazer uma outra que havia editado, concedendo benefícios que, por incrível que pareça, foram, em seguida, transformados em projeto de lei em regime de urgência, que já foi aprovado, mostrando a desnecessidade de esta matéria tramitar como medida provisória, coonestando a tese que já por tantas vezes defendi, de que matérias de boa qualidade e de boa procedência nunca deveriam ser objeto de medida provisória, mas de projeto de lei a tramitar em regime de urgência, com o qual os líderes dos partidos concordariam, como concordaram. Em vez de votar uma medida provisória que desfaz uma outra que nunca deveria ter sido editada, porque, derrubada, cedeu o lugar a um projeto de lei, que em regime de urgência, que nós apoiamos, já foi aprovado e transformou-se em lei, estamos agora votando, no Senado da República, uma medida provisória que transforma o Congresso em instrumento de joguete do Palácio do Planalto.

Gostaria que ficasse claríssimo que estamos votando um fato absolutamente vencido, uma matéria que teve mérito no passado, que poderia ter sido, como foi, ao final, editada como projeto de lei em regime de urgência, que já está vigorando e trouxe benefícios. E o meu Partido se recusa a ser instrumento de uma farsa montada pelo Palácio do Planalto.

A matéria, no seu mérito, é positiva, tanto que, como projeto de lei, já foi aprovada. Agora, como medida provisória, esta matéria terá o nosso peremptório voto contra.

Nós votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na esteira do que diz o Senador

José Agripino, Líder dos Democratas, posiciona-se também o PSDB.

Esta Medida Provisória nº 392 revoga a Medida Provisória nº 382, que dispõe sobre o desconto de créditos de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados.

Conforme se depreende, com clareza, da própria Exposição de Motivos, o objetivo do Governo, ao contrário do mandamento constitucional de relevância e urgência, é pura e simplesmente retirar a medida provisória revogada da pauta de votações da Câmara dos Deputados, para que possa votar outras matérias de interesse do Palácio do Planalto, no caso, especificamente a CPMF.

Esse ato fica mais evidenciado diante da circunstância de a revogação ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias, igualmente perpetradas pelo Poder Executivo, que agora também se transmudaram de urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas. No caso em tela, as Medidas Provisórias nº 390 e 391, revogando respectivamente as Medidas Provisórias nº 379 e 378.

Ou seja, o que estamos discutindo hoje é o que discutimos na semana passada, relativamente às medidas provisórias que revogaram anteriores, exatamente para abrir caminho para a votação da prorrogação da CPMF na Câmara dos Deputados.

Essa necessidade que ocorreu em relação à votação, em regime de urgência, da CPMF desnudou o Governo no que diz respeito às medidas provisórias que institui. Elas realmente não são relevantes nem urgentes na sua maioria. Em quase todos os casos estamos afrontando a Constituição, estamos violando princípios básicos da Carta Magna do País.

Esta medida provisória dá vazão a esse casuísmo do Governo, que substitui prioridades anteriores por outra e, diante das conveniências, deixa a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político praticado pelo Governo. Como ocorre agora: o Governo anuncia que pretende adiar o envio da reforma tributária, assumida antes como compromisso, ao Congresso Nacional. Alega temer o risco de divisão na base aliada, porque o Governo não encontra formas de consenso entre Governadores, Prefeitos, Estados e Municípios, para chegar ao modelo tributário ideal para o País.

Mais uma vez, o Governo anunciou, assumiu o compromisso, acenou com a hipótese da reforma tributária para cooptar votos daqueles que assumem uma posição contrária à prorrogação da CPMF, especialmente dissidentes da base aliada que não admitem

a prorrogação da CPMF. Para aplacar consciências atormentadas daqueles que pretendem votar favoravelmente ao Governo e contra as suas próprias convicções, o Governo acenava com a reforma tributária. Agora nem mesmo esse aceno há, nem mesmo esse aceno faz o Governo, porque anuncia o adiamento do encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta de reforma tributária.

Nós esperamos que aqueles que imaginavam votar se utilizando desse argumento e dessa justificativa possam repensar o seu voto. A CPMF não pode ser prorrogada, sob pena de não discutirmos aqui, efetivamente, um novo modelo tributário para o País. A meu ver, a única hipótese de discussão de reforma tributária e de deliberação sobre o novo modelo tributário para o País é o sepultamento definitivo da CPMF. Se nós derrotarmos o Governo e acabarmos com a CPMF, certamente obrigaremos o Governo não só a cortar gastos públicos desnecessários, mas a discutir para valer a reforma tributária e deliberar sobre um novo modelo tributário para o País que, todos nós desejamos, possa ser compatível com a nossa realidade econômica e social, capaz de induzir o crescimento econômico e de promover uma mais correta distribuição da riqueza nacional entre todos os brasileiros.

Neste caso, a medida provisória aqui discutida hoje é casuísmo. É o casuísmo da substituição de uma prioridade por outra do Governo. Ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do Governo era essa prática reiterada de produzir sucessivos trançamentos de pauta, Senador Mão Santa, retirando a discussão e o aprimoramento das proposições com origem no Congresso Nacional, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos do Palácio do Planalto.

Vou dar outro exemplo atualíssimo. No dia de hoje, provavelmente, o Governo está editando uma nova medida provisória. O Governo está editando uma medida provisória para evitar o apagão aéreo postal no País. O Governo esqueceu-se da sua responsabilidade de definir o que fazer com os Correios, depois da CPMI dos Correios. Aqueles que são franqueados têm os seus contratos a vencer no dia de amanhã. Se o Governo não editar hoje uma medida provisória com o vencimento dos contratos das franquias, nós teremos o apagão aéreo postal no Brasil. Para evitar esse apagão, o Governo edita – provavelmente hoje ou amanhã – uma medida provisória. Ele se esqueceu de aproveitar, por exemplo, Senador Delcídio Amaral, o projeto do Relator na CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, que tratava dessa questão, regulamentando as franquias existentes no País.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se contrariamente à prorrogação dos contratos, alegando ser inconstitucional, como é inconstitucional a edição de medida provisória.

O Governo obteve agora do Tribunal de Contas da União mais um ano de prazo para legislar a respeito, ignorando um projeto que tramita no Congresso Nacional de autoria do Deputado Osmar Serraglio.

Prefere o Governo ignorar proposições legislativas do Congresso e editar medidas provisórias para, em um último momento, em última instância, ao apagar das luzes das suas possibilidades administrativas, resolver situações que poderiam ser resolvidas legalmente. Não quer o Governo a legalidade; quer a afronta à Constituição e edita mais uma medida provisória que desrespeita a Carta Magna do País.

Sr. Presidente, foi assim neste caso, está sendo assim hoje. Estamos deliberando sobre a inconstitucionalidade; estamos aprovando o que é inconstitucional; estamos convalidando o que é afronta à Constituição do País; estamos homologando atitudes governamentais que contrariam a Lei Maior.

E é assim: hoje, enquanto nós aprovamos aqui, enquanto nós avalizamos, homologamos essa atitude de afronta à Constituição, o Governo, agora, repete lá, no terceiro andar do Palácio do Planalto, a mesma prática da violência à Constituição e edita mais uma medida provisória para evitar o apagão aéreo postal no País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e, a seguir, aos Senadores Mário Couto, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Medida Provisória nº 392, de 2007, revoga a Medida Provisória nº 382, de 22 de julho, de 2007.

A primeira discussão sobre a constitucionalidade já foi vencida, porque o questionamento se a medida provisória poderia revogar medida provisória anteriormente promulgada pelo Executivo já foi vencido em três Adins (Ação Direta de Inconstitucionalidade), no âmbito do Pleno do Supremo Tribunal Federal. Em todas essas situações, o Supremo julgou constitucionalmente válida a utilização do instrumento medida provisória para revogação de medida provisória. Por sinal, a iniciativa foi tomada no âmbito do governo anterior, e agora o Governo do Presidente Lula recorre ao mesmo instrumento.

E por que é procedente a aprovação desta Medida Provisória, mesmo considerando, do meu ponto

de vista, que a não aprovação seria inócua? Porque este mesmo Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 22 de outubro de 2007, a Lei nº 11.529 – e eu tive a honra de relatá-la –, que exatamente tratava de incentivos específicos a três setores que foram prejudicados pela apreciação do câmbio.

Estamos assistindo a um período raro da História, em que a moeda americana, o dólar, vem se desvalorizando frente às principais moedas da economia internacional num ritmo extremamente preocupante, porque ela foi, durante o pós-guerra, a moeda padrão internacional, e a desvalorização desse ativo, como bem disse outro dia um importante colunista, se traduz, talvez, no maior calote da história econômica, porque parte do patrimônio das Nações, muitas vezes, está concentrado exatamente em aplicações que têm o dólar como lastro, desde que o Acordo de Bretton Woods foi superado e o mundo perdeu o padrão ouro.

O dólar passou a ser a moeda de referência, por exemplo, para as reservas cambiais do Brasil, que somam cerca US\$175 bilhões, e para as reservas cambiais da China, que superam US\$1 trilhão. Portanto, só para este fim, o dólar já é uma referência fundamental, e a sua perda de valor preocupa e exige, por parte de vários Governos – eu diria inclusive do Governo brasileiro –, a adoção de políticas do Banco Central para diversificar as aplicações das reservas para preservar o valor.

De outra parte, a desvalorização do dólar e a apreciação do real – e a apreciação do real tem outras razões estruturais. Não é só o nível de reservas, mas o superávit comercial de mais de US\$40 bilhões novamente este ano; são US\$21 bilhões que entraram nos últimos 12 meses, para compra de títulos públicos diretamente no mercado de renda fixa; são US\$17 bilhões de investimento na Bolsa de Valores; são cerca de US\$55 bilhões de investimento direto externo, especialmente por meio dos chamados IPOs na Bolsa de Valores, a emissão de títulos no mercado, que significa um financiamento bastante barato e estratégico para alavancar o crescimento da economia brasileira.

Esse influxo de recursos externos acelera ainda mais a apreciação do real e preocupa o Governo e alguns setores da economia, sobretudo o exportador.

E essa medida provisória originária tratava de três setores que foram duramente penalizados pela taxa de câmbio – setor de calçados, setor têxtil e de confecção, e o setor de indústria moveleira. E foi aprovado um conjunto de medidas, primeiro por meio de medida provisória e, depois, quando revogada, pela Lei nº 11.529, que aprovamos em 24 de outubro, aqui no plenário do Senado, o Programa Revitaliza, que é um Programa que deu, primeiramente, benefícios

do ponto de vista do crédito do PIS/Cofins, para financiar a compra de bens de capital e insumos para estes três setores: têxtil e confecções, calçados e a indústria moveleira, e o instrumento que nós inclusive expandimos para alguns outros setores. E surgiu na Comissão de Assuntos Econômicos uma série de novas demandas, que é objeto de um projeto de lei apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, que quer estender esse benefício para setores como a castanha de caju, que é uma demanda da Bancada do Ceará; camarões, que é uma demanda da Bancada do Espírito Santo e da Bancada do Rio Grande do Norte; para parte da indústria moveleira que não estava contemplada; para a indústria de compressores... Enfim, nós já fizemos um pré-acordo em torno dessa matéria que está tramitando.

Além desse benefício fiscal, a lei que nós aprovamos criou alguns programas especiais no âmbito do BNDES para baratear o custo do financiamento e, por meio disso, alavancar os investimentos, a modernização, com taxas de juros diferenciadas para esses setores mais atingidos pela apreciação do real e pela desvalorização do dólar.

Aprovamos um projeto que foi muito bem recebido pelas indústrias têxtil, de confecções, de calçados e moveleira, lembrando que são setores que têm grande impacto no emprego e que, portanto, a revogação da medida provisória anterior é um instrumento jurídico necessário para que preservemos o que este Congresso já aprovou.

Se, eventualmente, não aprovarmos esta medida provisória, creio que o impacto seja pequeno. Vamos ter uma medida provisória que passa a vigorar novamente, que está muito aquém do acordo que fizemos, da lei que já aprovamos e que já foi à promulgação.

Portanto, é completamente irracional a não aprovação desta medida provisória. Ela é juridicamente necessária para fazer valer o projeto de lei que este Plenário aprovou, que é muito mais avançado, muito mais adequado e muito mais detalhado do que a medida originária de julho de 2007.

Em outubro, concluímos uma negociação absolutamente necessária, que ampliou os benefícios, qualificou melhor os incentivos fiscais e desenvolveu os mecanismos de financiamento de crédito.

Por isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que o bom senso vai prevalecer e que esta Casa aprovará esta medida provisória, a fim de ter coerência com o projeto de lei que já aprovamos, que já está em vigor. Criaríamos dois instrumentos jurídicos se revogássemos a medida provisória: um está aquém, já está superado e foi aprimorado pelo próprio Congresso Na-

cional, por meio da Lei nº 8.529, que aprovamos em 22 de outubro de 2007.

Por isso, peço aprovação desta medida provisória. Ela é fundamental para fazer valer a lei que aprovamos, por unanimidade, neste plenário e que está em vigência, protegendo, estimulando, beneficiando o setor das indústrias têxtil, de calçados, de confecções e moveleira, tanto do ponto de vista do financiamento do BNDES quanto dos incentivos fiscais.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, para discutir a matéria. Em seguida, terão a palavra os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me incluísse para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Senador Mão Santa, fico surpreso com o Governo do meu País. Às vezes, fico a pensar sobre o que pensa o Presidente Lula, no sentido de saber o que é urgente.

As medidas provisórias, neste País, foram criadas para que o Presidente da República e os Governadores de Estado tivessem um mecanismo para intervir em uma ação, em um fato que fosse urgente. De repente, manda uma medida provisória para cá e, imediatamente, a revoga e a transforma num projeto de lei. Então, o próprio Governo, Senadores Mão Santa e Expedito, está dizendo que o que ele pensou que era urgente não o é. É impressionante, Senadores! O objetivo principal disso, Senador Expedito, é desobstruir a pauta, para que se possa votar a CPMF. É o objetivo principal.

Isso é bom que se esclareça, para que a população brasileira tenha conhecimento do que se está fazendo, aqui neste Senado. Esse é o objetivo principal. Então, V. Ex^a pode sentir que as medidas provisórias, que vêm para cá em centenas, batendo o recorde de toda história deste País, não são entendidas como urgentes, o que está claro aqui, hoje. Isso é claro.

O que o Governo poderia entender como urgente e mandar uma medida provisória a esse respeito para

cá, Sr. Presidente, seria o caso da menina do Pará. Manda para o Senado, para o Congresso, uma medida provisória, que é urgente, para que se estabeleçam, imediatamente, providências no sentido de que casos dessa natureza jamais ocorram na história do Pará e do Brasil. Isto, sim, pode ser chamado, Senador Valter, de “medidas urgentes”.

Senador Valter, eu vim a esta tribuna do Senado no mês de maio. E no mês de maio, Senador Valter... Senador João Pedro, eu gostaria de olhar para o Senador Valter. Senador Valter, em maio, eu vim aqui e denunciei. Mas V. Ex^a sabe, não é, Senador... Senador novo, chegou agora... Agora que o Senador Tião Viana está conhecendo o Senador Mário Couto. Não sabe de onde ele veio, não sabe quem é, não tem muita voz, ninguém o escuta, ninguém presta atenção nele, mas, um dia, pode ser que eu seja um dos fortes aqui dentro. V. Ex^a é forte? É, até pelo tamanho de V. Ex^a. Ah, obrigado. Mas eu disse aqui, Senador Valter, que lá no meu Marajó, Senador Neuto de Conto, crianças de 11 anos são prostituídas a troco de alimento. Crianças de 11 anos convivem com homens de 50 anos, porque a família o induz a fazer isso, para que o homem de 50 anos possa ajudar a família da menina de 11 anos. Elas são estimuladas a deixar de estudar para se prostituírem. Nas barcas que passam pelos rios do Marajó em direção ao Amapá, ali vão as meninas que trocam o sexo por alimento, por dinheiro. Já denunciou isso o Bispo do Marajó, já denunciou a Juíza de Portel. Será que há um absurdo pior do que esse? Isso é sistemático, é diário. Para isso, sim, caberia uma medida provisória, para um fato dessa natureza.

Senador Valter, não há nenhuma justificativa cabível no caso da adolescente do Pará. Nenhuma. Dizer que, em outros Governos, já houve casos iguais.

Um erro não justifica o outro, Senador. A Governadora do Pará, sim, sabendo que havia casos semelhantes – não foi um caso isolado – de mulheres colocadas em cadeia junto com homens, devia tomar imediatamente uma providência. É lamentável que ela estivesse aqui em Brasília, dançando carimbó! É lamentável que ela tivesse ido ao Rio de Janeiro tomar banho de praia! Isso tudo é lamentável. Deveria ela, imediatamente, ter punido com seriedade aqueles que cometeram tão absurdo, tão desastroso e tão lamentável ato que o Brasil todo testemunhou!

Mão Santa, veja o incrível: baixaram um decreto que diz que, daqui em diante, não se pode mais encarcerar nem meninas nem mulheres junto com homens. Decreto! Mão Santa, para que decreto, se tem lei? Para que decreto, se a lei é maior que o decreto, Mão Santa? Ninguém disse isso à nossa Governadora? Será que ela não sabe disso? Ela dá uma declaração... Meu

Deus do Céu! Minha Santa Filomena! Isso precisa de uma medida provisória, Senador Valter. A Governadora deu uma declaração no *Jornal da Globo*, às 23 horas, dizendo o seguinte: “A partir de agora, o Pará está livre disso”. Oxalá! Tomara! Ainda, acho que, com as providências dela, não, Mãe Santa. “A partir de agora, no Pará, eu vou construir cadeias para homens, mulheres e crianças”.

Olha o que disse a Governadora do meu Estado! Cadeia não se constrói para crianças! Pelo amor de Deus!

Senador Valter, o Presidente Lula deveria mandar medidas provisórias para cá para acabar com isso! Para que o País não assista mais a cenas dessa natureza, que trazem constrangimento a cada família brasileira, a cada coração de mãe. O País não pode passar por isso!

Não o que o Presidente faz: manda uma medida provisória para cá porque é urgente e depois transforma em lei, porque não é mais urgente.

Pois não, Senador. Não sei se posso dar aparte.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – No tempo do orador, pode. V. Ex^a ainda tem dois minutos.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, V. Ex^a tem toda a razão em fazer esse veemente protesto contra a violência que se cometeu e foi anunciada no seu Estado do Pará. Ainda, é preciso ficar muito claro que o Estado brasileiro tem feito uma leitura muito equivocada do sistema penitenciário, porque a responsabilidade nesse caso é solidária. É responsabilidade do Governo, que não cumpre a sua parte, que é construir presídios; que é adotar as políticas de recuperação e socialização dos detentos; que é promover, sobretudo, o amparo devido ao jovem, ao adolescente e especialmente à criança. Mas existe também uma responsabilidade do magistrado, do Ministério Público e de todas as autoridades. V. Ex^a sabe muito bem, conhecedor que é da estrutura judiciária do nosso País, que existe um juiz corregedor em todas as comarcas. E aí vai uma pergunta: quando encontramos um juiz corregedor visitando um presídio? Quando encontramos um representante do Ministério Público voluntariamente fazendo uma visita antes de explodir qualquer manifestação num presídio? Então, o que está acontecendo? Nós estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Primeiramente, espera-se a rebelião; depois da rebelião, da casa arrombada, comparecem os representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, do Secretário de Justiça, do Governador, enfim, todos. Esse fato lamentável deve servir de lição para todos que têm responsabilidade com o interno, com o recluso. Sabemos muito bem que o presídio, as

penitenciárias têm se transformado em verdadeiras universidades do crime. E isso tudo por quê? Porque há falta do Estado. O Estado não está presente; o Estado, por meio das autoridades que têm responsabilidade direta com a administração penitenciária, tem sido omissos, e a omissão é que tem propiciado toda a sorte de irregularidades e de violências, como essa a que V. Ex^a, em boa hora, faz menção e contra a qual faz o seu devido protesto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade, Senador Valter, e eu concordo com V. Ex^a.

Por isso que eu digo que este, sim, seria o caso de uma medida provisória que eu votaria aqui com a maior tranquilidade, para que pudéssemos dar um basta a esses casos terríveis no Brasil.

Vejam o que diz a Constituição estadual, art. 299: “É dever do Estado criar mecanismo de proteção às mulheres e às crianças”.

Dever do Estado!

Ainda o art. 299: “Garantir a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã”.

É dever do Estado! A Constituição é clara.

O art. 301, § 1º: “É dever do Estado assegurar aos presos respeito à integridade física e moral”. Aos presos! Não é nem a uma criança! Veja bem, aos presos, que já devem ter dignidade. Façam uma idéia: uma criança de 15 anos de idade! E ainda lhe cortaram os cabelos para que ela ficasse parecida com um homem!

A menina parece ter 11 ou 12 anos de idade.

Mas isso, no Pará, hoje não é um caso isolado. Não tenho nada contra a Governadora do meu Estado. Já falei várias vezes aqui. Nunca fui procurado por ela, mas estou de braços abertos para ajudá-la. Eu e os Senadores Flexa Ribeiro e José Nery.

Mas fica parecendo, Senador Sibá Machado, que estou querendo prejudicá-la ou falar mal da Governadora do meu Estado todo dia. Eu quero que a Governadora me dê motivos, repito, para que eu possa vir à tribuna elogiá-la. Eu quero que ela me dê motivos. Mas ela não me deu motivos até agora.

Esse fato, Sr. Presidente, é terrível! Duvido que alguém concorde com esse fato. V. Ex^a não deve concordar. É dever meu, é obrigação minha; eu tenho que falar. Não posso me calar. Se eu me calo, estou pagando a minha culpa própria, eu vou ficar com o dever da minha consciência abalada, Senadores.

Não posso deixar de fazer isso. É a população do meu Estado, representada na figura do Senador Mário Couto, que está aqui. A Governadora está aborrecida comigo e manda as Deputadas Estaduais irem à Assembleia Legislativa do meu Estado falar mal de mim e me denunciar. Enquanto o Senador Mário Couto tiver voz, vou falar aqui em proteção ao povo paraense. O

meu Estado, hoje, está no cenário nacional, em toda a imprensa. Eu tenho que, na quarta feira, fazer um pronunciamento veemente quanto a isso.

Meu prezado Presidente, gostaria de votar uma medida provisória que não fosse esta de hoje, mas uma medida que viesse para cá, Senador Romero Jucá, em caráter de urgência para acabar com esses abusos de crianças de 15 anos de idade estarem em celas junto com presos, com 20 presos – não era nem um, nem dois, nem três, eram 20! Essa, sim, Senador Renan Calheiros, eu gostaria de votar com a maior tranqüilidade, se viesse para cá. Não esta, porque esta aqui não tem caráter de urgência.

Meu Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória em tela, MP nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, que dispõe sobre o desconto de crédito de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção de bens relacionados.

Conforme se depreende com clareza da própria exposição de motivos da Medida Provisória nº 392, o objetivo do Governo, ao contrário do mandamento constitucional de relevância e urgência, é pura e simplesmente retirar a medida provisória revogada...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campainha) – A Presidência faz um apelo ao Plenário. Há orador na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – (...) da pauta de votações da Câmara dos Deputados para que possa votar outras matérias de interesse do Palácio do Planalto, mais especificamente a CPMF.

Esse ato fica mais evidenciado diante da circunstância de a “revogação” – faço questão de aspear a palavra revogação, Sr. Presidente, – ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias igualmente perpetradas pelo Poder Executivo e que agora também se transmudaram de urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas, no caso das Medidas Provisórias nºs 390 e 391, revogando respectivamente as Medidas Provisórias nºs 379 e 380.

A exposição de motivos da Medida Provisória nº 392, de 2007, deixa expressamente consignado que a respectiva decretação de urgência foi editada com o fim de interferir na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

Exposição de Motivos nº 138, do Ministério da Fazenda, de 18 de setembro de 2007.

“Item 5. Assim, parece que o mais adequado é revogar a medida provisória em causa, de modo a desobstruir a pauta de votações da Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, o Governo Federal submeter ao Congresso Nacional projeto de lei sobre a matéria.

Há nisso evidente ofensa aos incisos III e IV do art. 51 da Constituição Federal, que garantem autonomia à Câmara dos Deputados, o que inclui aquela que é uma das mais importantes atribuições do Presidente de uma Casa Legislativa que, em representação do anseio de todos os seus pares, estabelece a pauta de votações.

A providência tomada pelo Presidente da República a saber:

Revogar Medida Provisória com o único argumento de que trancava a pauta da Câmara dos Deputados subverte o curso normal da Ordem do Dia a ser seguida pela Casa, o que malfere a autonomia constitucionalmente a ela assegurada. A verdade é que, bem ou mal, a Câmara dos Deputados devia estar dedicada ao exame da medida provisória que lhe trancava a pauta de votações.

Não. Ao menos naquele momento de propostas outras de interesse do governo, quaisquer que sejam estas, uma vez que os parlamentares estavam cumprindo o dever constitucional deflagrado pela iniciativa do Chefe do Poder Executivo em deliberar sobre matéria de extrema relevância e urgência para o país.

A medida provisória aqui escrutinada dá vazão a um casuísmo governamental que substitui prioridades anteriores por outra. E, diante das conveniências, deixam a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político praticado pelo Governo Lula. Uma urgência anterior é substituída casuisticamente por uma nova. Essa prática, por parte do Poder Executivo, resulta numa diminuição das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, sujeitando o Congresso Nacional a uma pauta de votações definida pelo Presidente da República, com evidente afronta aos ditames da Constituição Federal.

Nestes termos, a Medida Provisória nº 392, de 2007, absurdamente nega a urgência atribuída anteriormente pelo mesmo Governo a outra medida provisória também por ele editada.

Por fim, ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do governo no Congresso era a prática reiterada de produzir sucessivos trancamentos de pauta, retirando a discussão e o aprimoramento das proposições da atividade parlamentar, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos do Planalto.

Por essas razões, Sr. Presidente, por considerar que com essa atitude o Governo banaliza o instrumen-

to das medidas provisórias, o PSDB vai votar contra essa medida provisória.

Senador José Agripino, Senador Romero Jucá, eu aguardo...

Senador Aloizio Mercadante, aguardo o pronunciamento que V. Ex^a vai fazer com o máximo de interesse. O meu partido deliberará sobre a próxima medida provisória, jamais antes de V. Ex^a se manifestar.

V. Ex^a vai fazer uma crítica ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu estou aguardando isso ansioso, ansioso mesmo. Na próxima votação, eu aguardarei que V. Ex^a fale primeiro, para que depois o meu Partido delibere sobre o que fazer a respeito da questão.

Por outro lado, nos cinco minutos que tenho, eu gostaria de me reportar ao que me parece um jogo tático do Governo, mas óbvio. O Governo, do mesmo modo que considerou urgente e crivou com o carimbo da urgência constitucional aquele Projeto de Lei Complementar que versa sobre o imposto sindical – se eu raciocino por ele minimamente –, o Governo vai retirar a urgência constitucional do projeto com o objetivo único de novamente desobstruir a pauta para que se discuta aqui a CPMF. Significa então que o Governo banaliza e desrespeita o instituto da medida provisória. Ele banaliza e desrespeita – vai fazer isso daqui a pouquinho... Se o Senador Aloizio Mercadante manifestar-se a contento...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a me permite um aparte Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer Senador.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu quero fazer uma proposta a V. Ex^a. Eu não concordo em que se retire a urgência constitucional dessa matéria. Se porventura o Governo retirá-la, eu proponho a V. Ex^a entrarmos em obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, aí, não teremos como obstruir a votação da CPMF, Senador José Agripino, porque, meramente, com qualquer número vai poder tramitar cada dia da discussão.

Eu estou, agora, ansioso... Eu tenho aqui... Um dos meus deveres é defender o legado do Governo do qual fui Líder e Ministro. Senador Mercadante, absolutamente leal, como sempre o é, me disse que ia fazer uma crítica ao Presidente Fernando Henrique. Eu estou pedindo que essa crítica seja feita antes, senão eu quebro o compromisso de votar, inclusive, esta matéria. Nem esta votaremos. Eu só votarei a outra se o Senador Mercadante falar. E depois de travar comigo o debate, dependendo do que digamos os dois nessa matéria. Nós não temos como obstruir mais... Nós tínhamos o compromisso de votar agora, com qualquer número, desde que o Governo colocasse número. E

acabou gente nossa, com muito boa-fé, colaborando para se fazer o quórum de 41 – e que não era essa nossa obrigação. Eu estou aqui já dizendo duas coisas: primeiro, que o Governo vai desmoralizar agora o instituto da urgência constitucional, ele que já banalizou e desmoralizou o instituto da Medida Provisória. Mas eu, de qualquer maneira, estou com... São fatos novos. Vou aguardar o nobre Senador e Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante, se pronunciar. E, após seu pronunciamento, é que eu... Aliás, eu gostaria até que se abrisse espaço, Sr. Presidente, senão eu vou pedir verificação de quórum nesta matéria. Já vou pedir nesta matéria mesmo, porque não vou cair nessa de passar por bonzinho agora e, em seguida fala... Então, vai ser sincero e vai falar tudo agora, de uma vez por todas. E eu estarei aqui para, sincero, responder tudo agora, de uma vez por todas, senão esta votação não ocorrerá. Aliás, dois minutos... Não precisa enrolar mais ninguém em dois minutos, Sr. Presidente. Para mim, já está encerrada a conversa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para discutir a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, imprensa e demais presentes no nosso plenário e que nos honram muito, assistindo à nossa sessão.

Sr. Presidente, hoje venho a esta tribuna, porque ontem estava eu, pela manhã, em um culto e, ao sair, fui abordado por três senhoras que, com veemência, me pediram, Sr. Presidente, para votar contra a CPMF e me pediram convencidas de que esse é até um dever cristão de qualquer cidadão que sinta misericórdia pelo povo brasileiro, já sobrecarregado de tantos tributos, tantos impostos, tantas contribuições, e que, portanto, o voto contra a CPMF se impõe como um resgate à dignidade ou um resgate social na nossa Terra.

De tal maneira, Sr. Presidente, foi aquele pedido incisivo que não havia contra-argumentos. Aliás, a ocasião e o local não o permitiam.

Mas eu me obriguei, Sr. Presidente, devido aos ditames da minha consciência, a ocupar a tribuna hoje para falar sobre esse tributo e sobre o voto que darei a esse respeito.

Sr. Presidente, desde que assumi meu mandato, tenho me preocupado com a situação do nosso País. Vivi na África durante dez anos, nos Países mais pobres. Eu me lembro do Malawi, da Zâmbia, do Quênia, da Uganda, do Madagascar, do Lesotho, da Suazilân-

dia, e de Moçambique, que, quando vivi lá, segundo a ONU, era o País mais pobre do mundo. Mas nunca vi, Sr. Presidente, na África ou nos dois anos que passei no sertão, em Irecê, na Bahia, a miséria que vejo nas comunidades carentes das favelas do Rio de Janeiro. É verdade que isso tudo assusta. É verdade que há argumentos – e a mídia os usa – para chamar o Governo de perdulário, faustoso, conspícuo, colocando sobre esta Casa e sobre as instituições a culpa de uma desigualdade social que não temos, que não carregamos, que não está nas nossas consciências ou no nosso coração.

O Brasil hoje não é um, o Brasil são três. O primeiro Brasil é uma extraordinária minoria de 15 mil famílias que hoje são donas de 80% dos títulos da dívida pública, que este ano deve a R\$1,2 trilhão; 15 mil famílias brasileiras, donas do sistema financeiro, do grande capital industrial, donas da produção rural e os donas das grandes mídias, que, sozinhas, detêm R\$900 bilhões e que vão receber 11,25%, porque baixamos de 24% para 11%, R\$99 bilhões este ano.

Sabe quanto vão pagar de imposto? Vinte e sete e meio? Não, Sr. Presidente. Esse valor será pago por brasileiros como eu, o senhor e os demais que são assalariados. Irão pagar 15%, porque aplicações financeiras pagam 15% de Imposto de Renda neste País. E, se multinacionalizaram seu capital, se puseram dinheiro lá fora e aplicam de lá para cá, vão pagar 0% de Imposto de Renda sobre bilhões.

E não se discute isso aqui, Sr. Presidente. Parece que é um crime. A mídia não coloca nas páginas dos jornais, não sai nas capas das revistas. Nunca vi tocar nesse assunto. Parece um pecado capital, e as pessoas, até na porta da igreja, falam da CPMF, que é, nessa carga tributária, realmente um imposto. É mais um, mas é o mais progressivo que temos. E, se, nesta Casa, nós o aperfeiçoarmos para isentar todos os brasileiros no limite dos isentos do Imposto de Renda, tiraremos a regressividade dele. Ele passará a ser o imposto, a contribuição mais progressiva da nossa carga tributária. Mas parece que essas coisas não têm relevância. E não discutimos o Imposto de Renda dos muito ricos, dos grandes especuladores do mercado financeiro, que irão pagar de Imposto de Renda neste ano metade ou 0% sobre bilhões de reais.

Sr. Presidente, o segundo Brasil são os dez milhões de brasileiros que detêm o restante, o saldo da dívida pública. Aí estão os nossos jogadores que ganharam dinheiro no exterior, e os grandes artistas. Um tem R\$1 milhão, outro tem R\$2 milhões, outro tem R\$10 milhões, outro tem R\$15 milhões e, somando todos, são R\$300 bilhões.

E o terceiro Brasil é o que nos preocupa. São 180 milhões de brasileiros: 23 milhões de deficientes, mentais, cegos, surdos, mudos e paráliticos; 50 milhões de crianças, em números redondos, e de adolescentes na fase escolar; 30 milhões de aposentados e pensionistas do setor público e privado; 80 milhões da nossa população economicamente ativa: 10% no desemprego aberto e 20% no subemprego – essa turma que vemos nas ruas aos berros tentando vender alguma coisa para sobreviver; o restante, 70% ganhando até três salários mínimos.

Ora, Sr. Presidente, quem vai causar a demanda para que essa economia cresça – e isso é fundamental –, para que essa economia gere empregos, para que tenhamos recursos para fazer a infra-estrutura de que precisamos, se não o Governo? Quem vai gerar, numa economia de altos juros, de intensa especulação, demanda para que haja investimento, a não ser o Governo?

Mas o Governo precisa ter recursos, com uma carga tributária justa e, sobretudo, progressiva. Eu queria explicar isso tudo ontem. Faço-o hoje aqui, Sr. Presidente, e não poderia deixar de fazê-lo.

Sr. Presidente, a CPMF precisa ser aprovada. Não é porque é o Governo Lula, ou porque no passado foi o Presidente Fernando Henrique. É porque dela depende a saúde, esse povo pobre, essas pessoas sofridas, essa nossa gente sofrida e valente que vive pelo sertão e pelas comunidades carentes, as pessoas que hoje estão desempregadas e subempregadas, muitas delas sendo empurradas para estratégias de sobrevivência. Aliás, Sr. Presidente, nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, hoje quem está envolvido, infelizmente, em vendas de piratas ou no subemprego, na informalidade, diria até trabalhando no tráfico, acabam tendo uma certa complacência da comunidade que considera essas coisas como estratégia de sobrevivência, tendo em vista a dificuldade em que hoje vivemos para conseguir um bom emprego, para sobreviver.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as minhas palavras e as minhas considerações. É assim que venho a esta tribuna extravasar o meu sentimento, a minha consciência e pedir a compreensão do povo brasileiro para que preste atenção nas causas reais, muitas vezes não abordadas, não defendidas nas capas de jornais e de revistas, exatamente por defenderem interesses dos muito ricos que usam os meios de comunicação, até manipulando a classe média contra seus interesses concretos, contra o futuro dos seus filhos, fazendo com que a discussão seja superficial, enquanto não se toca nas reais causas da miséria, da pobreza e da infelicidade do nosso povo, que é essa desigualdade social anômica, cruel, he-

dionda, mas, infelizmente, legal, legítima, crescente. E é isso que precisamos mudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os cumprimentos a V. Ex^a.

Encerrada a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, desta vez, por favor, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – O PSDB pede verificação de *quorum*, com apoio dos Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Mão Santa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes, tenho o dever de proclamar o resultado: aprovada a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria entender. Parece-me que, pelo levantamento das Lideranças, a matéria foi rejeitada. Se foi rejeitada, não cabe pedido de *quorum*, exatamente porque foi a mesma posição que votaram o Democratas e o PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Peço verificação. Quero um resultado legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência, para não ficar dúvida, vai esclarecer novamente para conceder o pedido de verificação.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu, que não rejeitei, Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*, apoiado pelo Senador Mão Santa, pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Papaléo Paes.

O PSDB entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem direito à verificação. (Pausa.)

O painel já está liberado para verificação de *quorum* (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Solicito aos Srs. Líderes que peçam a presença dos Srs. Senadores em plenário. A matéria exige pelo menos 41 votos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a quer dizer o voto “não”, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Agora, eu quero dizer o voto “sim”, acompanhando o Senador Arthur Virgílio. Em homenagem ao voto do Senador Arthur Virgílio, vamos votar “sim” também.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Liderança do Governo muda e recomenda o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, acabei de mudar para abstenção. (Risos.)

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Democratas vota “não”.

Senador Valdir Raupp, como vota o PMDB?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PMDB vota “sim”.

Senador Renato Casagrande, para orientar a Bancada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, nosso Partido vota “sim”, porque temos poucos dias até o final do ano legislativo e temos matérias muito importantes para serem apreciadas no Senado. Então, estamos interessados em dar seqüência à pauta aqui no Senado; queremos desobstruí-la, para votarmos matérias importantes, como o caso da regulamentação de recursos para a saúde, um tema com o qual V. Ex^a está envolvido diretamente, e nós também queremos resolver o mais rápido possível.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Cafeteira orienta o seu Partido, o PTB, a votar “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PRB encaminha o voto “sim”.

O Senador Eduardo Suplicy não votou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só estava querendo entender, Sr. Presidente, essa linguagem que aconteceu há pouco, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inicialmente, Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inicialmente, houve uma orientação de voto “não” e, posteriormente, uma mudança pelo voto “sim”. Salvo

o Democratas, que mantém o voto “não”, e o PSDB, que segue o voto de abstenção.

O Senador Suplicy votou?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Votei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votou “sim”, seguindo a Liderança do Governo e da base de apoio ao Governo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– E com o entendimento de que, ao votar esta Medida Provisória, temos a compreensão de que ela revogou uma medida provisória para ser substituída por projeto de lei.

Na verdade, o Governo fez aquilo que, muitas vezes, a própria Oposição conclama. E V. Ex^a tem dito que é muito melhor estarmos legislando e o Governo legislar por Projeto de Lei, em vez de usar tanto a medida provisória.

Nesse caso, a Medida Provisória é para revogar uma outra e, assim, legislar-se por projeto de lei. Por essa razão, eu votei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio, ouço V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, qual o tempo aprazado por V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio, a Presidência pode estender por dez minutos e encerrar a oportunidade da votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quem pediu verificação tem de votar também?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Regimentalmente tem de votar; e quem deu o apoio tem de votar, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Está bem, Sr. Presidente.

(Continua em processo de verificação de quorum.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu marquei quando V. Ex^a disse que iria contar dez minutos. No meu relógio, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto, a Presidência marcou 17 horas e 24 minutos naquele relógio; às 17 horas e 34 minutos encerrará, cumprindo rigorosamente o acordo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quantos minutos faltam no seu relógio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Seis minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Seis minutos?!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– São dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou jogar meu Mido fora. Não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está marcado aqui pela Secretaria-Geral da Mesa como marco oficial.

(Procede-se à verificação de quorum.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou encerrar a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 32; e NÃO, 2.

Houve 5 abstenções.

Total: 39 votos.

Aprovada a matéria.

Passa-se ao item seguinte.

A matéria vai à promulgação, Senador Arthur Virgílio.

Segundo o art. 306 do Regimento, para o *quorum*, deve-se contar quem está. O Senador Mário Couto e o Senador Eduardo Azeredo contam como presentes.

Passa-se ao próximo item da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não registraram a presença?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Mesmo não registrando, contam – art. 306 do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

A Presidência já anunciou e dá a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem. A Presidência pede que o Plenário ouça o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Lamento muito esta circunstância da vida. Lamento muito. Vou até, de maneira muito sincera, dizer o que se passa. V. Ex^a está

absolutamente correto no seu julgamento, só que rompendo com uma praxe do Senado, uma praxe desta Legislatura e uma praxe da sua gestão, inclusive. Já houve outros episódios em que isso não foi trabalhado desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio, só para ajudar o amigo – e V. Ex^a é um amigo e sabe da certeza com que afirmo isso: quando se trata de obstrução, é esse raciocínio que V. Ex^a põe. A matéria aqui não é de obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu disse que estava em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. V. Ex^a pediu a verificação, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu disse: “O PSDB entra em obstrução”. Por favor, mande ver as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço à Secretaria-Geral da Mesa que confira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu juro, pela minha mãe, que não deixo votar esta CPMF a persistir este tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é sabedor, Senador Arthur Virgílio, do respeito. Se houve um pedido de obstrução, V. Ex^a será devidamente atendido. Se não houve, estou aplicando o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por favor, mande verificar.

Todos ouviram o que falei.

Sr. Presidente, de qualquer jeito, conto no dedo amigos tão íntimos meus como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tenha certeza disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, temos o dever de cada um fazer o que julga melhor na vida pública. E, como V. Ex^a é um homem público, sou um homem público. Ainda que eu não tenho falado – e eu falei, V. Ex^a vai ver já, já –, isso quebra uma praxe aqui da Casa. Ou seja, todas as vezes, durante a Presidência do Senador Sarney, do Senador Renan e a Presidência de V. Ex^a, as pessoas ficavam aqui. V. Ex^a tem absoluta razão. Daqui para frente, será assim. Daqui para frente, as pessoas terão que sair para que não conte *quorum* a presença delas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, retribuirei com juros e correção monetária do tempo da hiperinflação, ao longo da tramitação da CPMF, o gesto de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fique absolutamente tranqüilo quanto a isso. Não fica em mim um pinga de mágoa. Portanto, que não fique em ninguém um pinga de mágoa em relação ao procedimento que será adotado pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, fique certo V. Ex^a que eu jamais abrirei mão de obediência ao Regimento. E fique certo V. Ex^a que estou, daqui, observando os movimentos no plenário. Por exemplo, o Senador Marco Maciel duas vezes pegou o painel de votação para votar e, sabedor que é do Regimento, ausentou-se do plenário – e não posso contar a presença dele.

Agora, lamento que a assessoria não tenha informado a V. Ex^a o art. 306 do Regimento. Aí, passo a ser penalizado por uma falha de informação regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente. Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Aí, não é minha...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente. A assessoria não precisava me informar, porque eu disse que V. Ex^a, regimentalmente, está coberto de razão, apenas rompendo com uma praxe, rompendo com uma praxe. V. Ex^a tem uma cabeça política – tecnicamente os dois se equivalem –, uma cabeça política, eu diria, acima da Dr^a Cláudia, acima da Dr^a Cláudia. Sua cabeça política talvez não tenha hoje obrado bem. V. Ex^a está coberto de razão por vias regimentais. Fui o primeiro a dizer isso. Não estou questionando. Apenas rompe com uma praxe.

Aqui quero chamar atenção dos meus companheiros da Oposição, dos meus companheiros do DEM, para mostrar como o Governo está morto de medo de votar a CPMF, ou, na verdade, como não está com medo algum e gostaria de poder votar hoje, se pudesse votar hoje.

Se se quer barrar esse imposto, que não é bom para a economia brasileira, o justo é se obstaculizar essa votação e se brindar o Ano Novo aqui dentro – abrir um champanhzinho aqui, se isso não representar quebra de decoro parlamentar. Fora disso, o Governo aprovará a CPMF.

Essa é a opinião que tenho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar e em defesa de V. Ex^a, eu gostaria de dizer uma coisa importante.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão o orador.) – Sr. Presidente, pedi pela ordem bem primeiro. Se é para seguir o Regimento, va-

mos embora seguir o Regimento. Se é para seguir o Regimento, tem que se seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Suplicy, a Presidência dará a palavra a seguir a V. Ex^a. Primeiro...

Calma, Senador Mário Couto, V. Ex^a terá direito à palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, não. V. Ex^a acabou de dizer que, daqui por diante, vai seguir o Regimento. Siga, então.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– E é exatamente isso que estou fazendo, Senador Mário Couto. Estou concedendo a palavra a V. Ex^a. V. Ex^a não precisa de nenhum tipo de relação diferente. O Senador Suplicy terá a palavra pela ordem a seguir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a é useiro e vezeiro em fazer isso.

O Presidente acaba de dizer que vai seguir religiosamente o Regimento. Acaba de dizer isso.

Nada contra V. Ex^a, mas V. Ex^a devia respeitar que eu tinha pedido na frente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou respeitando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, pronto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Mário Couto tem a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria muito ingênuo, Presidente, eu ficar aqui de propósito, simplesmente para prejudicar o meu Partido. Seria muita ingenuidade. Sr. Presidente, olhe as minhas barbas. Tenho 61 anos de idade, 18 anos de Parlamento. Seria muito ingênuo. Perguntei a vários Senadores aqui, a vários, Senador Arthur Virgílio, se eu deveria sair. Sabe o que me responderam? “Não. Isso aqui é praxe na Casa; não precisa V. Ex^a sair”. Ainda quis me encaminhar ao cafezinho e perguntei a outro companheiro lá: É preciso sair? “Não, isso aqui todo mundo faz, é praxe da Casa”.

A partir de hoje, V. Ex^a está dizendo que não se faz mais, a partir de hoje, mostrando claramente – deixo registrado isto aqui, Presidente –, mostrando claramente o interesse do Governo em passar por cima e votar a CPMF. Aí complica mais. Aí, é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto, a única manifestação que faço à reflexão de V. Ex^a, extensiva aos Senadores, é que em nada se eleva e se defende a Instituição quando se quer tratar uma questão de Plenário como uma guerra entre esperteza de Mesa ou de quem está conduzindo a sessão.

Quantas vezes, como Oposição minoritária, com sete Senadores apenas, perdemos por todas as defesas e aplicações do Regimento desta Casa. Nunca levantei a palavra para criticar a Mesa por falha ou manifestação de desatenção ou alguma interpretação errada do Regimento.

Quando V. Ex^a se refere à obstrução é correto tudo o que lhe disseram. Quando se trata de um pedido de verificação, não. E ninguém na Mesa, nenhum assessor, ouviu a palavra “obstrução”. Mas, em respeito ao Senador Arthur Virgílio, pedi a nota taquigráfica e a gravação. Se houver, mudaremos a posição imediatamente. Agora, não se pode pensar que se ganha toda vez num confronto com a Mesa, quando estou cumprindo o Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero lhe confessar uma coisa: é a primeira vez, durante toda minha vida parlamentar, que vejo uma atitude dessa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos checar as notas taquigráficas. Estou confirmando aqui. Tentei duvidar de mim próprio, mas os colegas aqui em volta não me deixam duvidar de mim próprio. Eu falei que o PSDB estava em obstrução. Já vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se houve isso, será prontamente considerado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar um testemunho aqui. V. Ex^a, nesse tempo em que assumiu a Presidência, procurou, inclusive atendendo ao apelo de todos os Senadores, de todos os partidos, fazer com que o Regimento Interno fosse devidamente respeitado. Exemplo disso é que V. Ex^a, desde então, inicia a Ordem do Dia às 16 horas, com pequena margem, algo que não estava ocorrendo em função de problemas, às vezes, até das solicitações dos líderes que ficavam pedindo pela ordem e tudo mais. Desde então, V. Ex^a tem procurado disciplinar isso, como um exemplo. Então, que V. Ex^a esteja defendendo a aplicação do Regimento neste caso é a forma de sempre, de maneira mais imparcial e na defesa de todos, fazer com que todos respeitem as decisões da Mesa. Eu quero dar esse testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Questão de Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de solicitar do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, a confirmação do que nos ofereceu na última reunião, quando

afirmou: “Concordo que, se há duas ou três medidas provisórias, se façam votações nominais, independentemente do interstício de uma hora. Concordaríamos com a votação nominal em cada caso, exatamente para que pudéssemos sair desse impasse e continuar o processo de discussão”.

Consulto o Senador Romero Jucá se concorda com a manutenção desse compromisso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Alvaro Dias, eu fiz essa proposição na sexta-feira e quero dizer que mantenho a proposição. Mais do que isso, se essa questão não ficar esclarecida, não teremos clima para continuar votando hoje. Mesmo com o prejuízo de um dia, a segunda medida provisória nós deixaremos para amanhã exatamente para mostrar que não há nenhuma intenção de se “patrolar” a Oposição nesta questão, até porque a Oposição poderia concordar com uma hora de interstício e depois falar... A questão não é nos digladiarmos, e sim nos entendermos. E é isso o que estou buscando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já chegaram as notas taquigráficas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. Vamos aguardar, Senador. Não tomarei nenhuma atitude enquanto não chegarem as notas.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias está concluindo, ainda, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para concluir, eu quero louvar a atitude do Senador Romero Jucá, porque, diante do impasse que estamos alimentando agora em relação à interpretação do Regimento, o que oferece como proposta é adequado. Eu creio que é de bom senso...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se for esse o entendimento do Senador Arthur Virgílio, não haverá nenhum problema em encerrarmos e deixar para amanhã; senão, aguardo as notas taquigráficas com a mais absoluta tranquilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu quero o esclarecimento. Faço questão do esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu também tenho necessidade disso, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero o esclarecimento, porque adoraria estar de licença para não ter de entrar em choque com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu tenho certeza disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu só não entro, porque quero derrubar a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tenho certeza disso.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se aguarda a chegada... Para mim, faz pouca diferença, muito pouca, pelo seguinte: o Senador Arthur Virgílio pode ter um milhão de defeitos, mas mentiroso S. Ex^a não é.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É a mesma certeza que eu tenho.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – S. Ex^a afirmou, e eu acho – apenas acho – e, em achando, estou convencido de que deve ter dito que o seu Partido se encontrava em obstrução. Na medida em que S. Ex^a repete isso no Plenário, para mim basta! Eu não o tenho na conta de alguém que compromete a credibilidade da própria palavra em um episódio como este.

Por essa razão e manifestando a credibilidade da palavra, eu posso divergir de S. Ex^a, posso em alguns momentos estar de acordo, em outros momentos não estar de acordo, mas não concordo que se duvide da palavra de um Líder da qualidade de Arthur Virgílio.

Por essa razão, quero declarar a V. Ex^a que, em qualquer circunstância, com resposta ou sem resposta, o Democratas entra, a partir de agora, em obstrução e não concordará com o prosseguimento de votações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a há de convir que a Mesa jamais pode acreditar que é possível tomar uma decisão sem ter ouvido o que foi dito por um Senador no Plenário. Então, ao se confirmar a nota taquigráfica, não teremos um milímetro de dúvida em reconsiderar o resultado da votação. Agora, se não houve, não tenho como trabalhar em cima de suposição.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que houve uma zona cinzenta nesta votação. Eu ouvi o Senador Arthur Virgílio dizer assim: eu não voto mais “sim”, eu agora voto “abstenção”. Foi o que eu entendi. Tanto que vários Senadores do PSDB votaram “abstenção”. É só reabrir o painel. Houve cinco votos de “abstenção” pelo encaminhamento que foi dado.

Da mesma forma, eu não ouvi o Líder do DEM, Senador José Agripino, encaminhar a obstrução. Eu

não ouvi. Não foi pedida a verificação e foi encaminhada a votação.

Se as lideranças estivessem em obstrução, a nossa bancada está em obstrução e não vota. Houve um encaminhamento de votação e uma parte seguiu. Vários Senadores da Oposição, inclusive, votaram “abstenção”. Houve cinco votos de “abstenção” a partir da mudança de voto da Liderança.

É providente que nós possamos ver o esclarecimento do Regimento, e esclarecer de uma forma definitiva, porque isso vai valer para todas as outras votações.

O art. 13 diz:

Art. 13. Considerar-se-á ainda ausente o Senador que, embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução declarada por líder partidário ou do bloco parlamentar.

É o que consta do Regimento.

Então, quero ser muito sincero: o que ouvi foi “abstenção”. A Liderança encaminhando “abstenção” e não propriamente “obstrução”.

De qualquer forma, vamos verificar nas notas taquigráficas e no áudio da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou ali lendo com o máximo de boa-fé uma fala, e aí não consta mesmo, porque senão teria havido um incidente.

A Dr^a Cláudia mandou buscar a fala de dez minutos, para discutir a matéria. Não é aquela como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência vai aguardar toda a fala de V. Ex^a no dia de hoje, para não ter nenhuma dúvida, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ali eu teria de ser um vidente, uma figura de poderes sobrenaturais, aquele Thomaz Green Morton.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vamos aguardar e, se não houver afirmação na transcrição taquigráfica, ainda vamos ouvir e acompanhar a gravação do vídeo, dois recursos que temos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Dr^a Cláudia chega e já lhe passa a informação de que... balança cabeça. Ou seja, o jogo tem de ser mais franco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vamos aguardar com absoluta transparência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos aguardar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Se não houver na nota taquigráfica, ainda vamos ver o vídeo para ver se resta alguma dúvida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Aproveitando o espaço de tempo em que V. Ex^a aguarda as notas taquigráficas, solicito a transcrição, na íntegra, nos Anais da Casa do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, intitulado *O melhor é dizer não. Elevação da Venezuela a status de sócio pleno do Mercosul traz mais riscos que vantagens ao Brasil. Congresso deve rejeitá-la*.

O editorial destaca: “O Brasil deve fazer negócios com todas as nações do Planeta, independentemente do seu regime político, mas não está obrigado a compartilhar aspectos da soberania com regimes hostis ao livre mercado e ao cânone democrático”. E prossegue:

A explosão das vendas brasileiras para a Venezuela, citada em apoio à aceitação do novo sócio, não tem conexão com o Mercosul. Foi deflagrada pelo surto de consumo naquele País, propiciado pela extraordinária alta dos preços do petróleo.

Por fim:

Dar a Chávez o poder de veto no Mercosul seria caminhar no sentido contrário. O bloco, cujo manejo já é delicado, ficaria virtualmente ingovernável. A possibilidade de acordo amplo com os Estados Unidos e a própria União Européia diminuiria bastante. Por tudo isso, [conclui o editorial], o melhor é que o Congresso diga ‘não’ à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Aliás, essa foi a decisão da Comissão Executiva Nacional do PSDB a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Peço a V. Ex^a que autorize a transcrição nos Anais da Casa desse editorial.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,

Solicito a transcrição na íntegra nos **Anais** da Casa do ponderado Editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, edição de ontem, intitulado “O melhor é dizer não” – Elevação da Venezuela ao status de sócio pleno do Mercosul traz mais riscos que vantagens ao Brasil; Congresso deve rejeitá-la.

Como destaca o referido editorial: “O Brasil deve fazer negócios com todas as nações do planeta, independentemente do seu regime político, mas não está obrigado a compartilhar aspectos da soberania com regimes hostis ao livre mercado e ao cânone democrático”.

E prossegue o editorial: “A explosão de vendas brasileiras para a Venezuela, citada em apoio à aceitação do novo sócio, não tem conexão com o Mercosul. Foi deflagrada pelo surto de consumo naquele país, propiciado pela extraordinária alta dos preços do petróleo”.

Por fim, “dar a Chávez o poder de veto no Mercosul seria caminhar no sentido contrário. O bloco, cujo manejo já delicado, ficaria virtualmente ingovernável. A possibilidade de acordos amplos com os EUA e a própria União Européia diminuiria bastante”.

Por tudo isso, conclui o editorial em tela: “o melhor é que o Congresso diga não à entrada da Venezuela no Mercosul”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por outro lado, até para aguardarmos com mais consciência essa questão, dez minutos produzem diversas folhas dessas. Ela me traz uma folha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Eu solicitei todas as falas de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Bastaria solicitar aquela em que, como Líder, eu me pronunciava sobre a votação.

Mas, Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de requerer à Mesa um voto de aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o prêmio do júri, na categoria de curta-metragem, 35 mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Cristiane é uma promissora cineasta, e Milton Hatoum para mim é talvez o mais vigoroso romancista da sua geração, autor de alguns livros – ele não é tão prolífico –, pelo menos duas obras-primas: *Relato de um Certo Oriente*, que eu considero uma obra-prima, e *Dois Irmãos*, que é uma “obra-primíssima”. Depois vem *Cinzas do Norte*, e ele está reescrevendo o seu primeiro livro, que era um opúsculo: *Um Rio Entre Dois Mundos*. Ele consegue universalizar a minha cidade e a cidade dele, Manaus, consegue universalizar o seu sentimento de descendência árabe e é facilmente inteligível por qualquer russo que o leia, qualquer sueco que o leia. Por isso é traduzido em tantas línguas, ele que hoje é professor de Berkeley. É uma figura realmente extraordinária, e a inspiração de Cristiane Garcia foi absolutamente muito bem casada com o talento, já imortal, de Milton Hatoum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC)

– Os cumprimentos a V. Ex^a, extensivos a Milton Hatoum, a quem conheço e devoto a maior consideração pela inteligência literária tão importante para o Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer o registro de um fato preocupante ocorrido no Estado do Espírito Santo, no sábado passado. O Advogado Geraldo Gomes de Paula esteve numa delegacia do Estado do Espírito Santo, tratando dos interesses dele como advogado, e, aparentemente, mais do que aparentemente, foi agredido por um tenente da Polícia Militar. Esse advogado veio a falecer na data de ontem, domingo. Isso, de fato, precisa ser apurado. O Governo do Estado já recebeu o laudo. Já ficou comprovado que o advogado morreu por fratura do crânio, por pancada que sofreu na cabeça. Já se determinou a prisão do tenente.

Hoje esteve lá o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Já há o envolvido da Ordem dos Advogados do Brasil do Espírito Santo, do Dr. Antônio Augusto Genelhu, que é o Presidente da Ordem, todos pedindo apuração rigorosa, porque é um cerceamento, uma agressão fatal no exercício da profissão de advogado, e é inaceitável que isso de fato tenha acontecido. A apuração tem que ser rápida, rigorosa,

e a punição, também comprovada definitivamente a participação, deve ser rigorosa.

Eu queria fazer o registro porque é um fato que nos assombra, é um fato ao qual precisamos dar visibilidade, para que isso não venha a acontecer. Ao que ocorreu no Pará também já foi dada visibilidade. E dá-se visibilidade à prisão da moça junto com os demais encarcerados, o que também não pode ocorrer em hipótese alguma, e a imprensa nacional está dando destaque. O que houve no Espírito Santo também é inaceitável, e nós temos que dar destaque, visibilidade, para que não venha a ocorrer novamente. É de se lamentar efetivamente que isso tenha acontecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Romeu Tuma e, a seguir, o Senador João Pedro.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto V. Ex^a aguarda as notas taquigráficas, primeiro quero cumprimentar o Senador Renato Casagrande pelo que disse agora. Faço um apelo para que os policiais se revoltam contra os colegas que agem com violência desnecessária, principalmente não cumprindo o que a lei determina, porque isso vai virar contra toda a formação profissional dos policiais. O caso do Pará, esse caso descrito no Espírito Santo e alguns outros.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um pedido de aplausos pelo recebimento da nomeação pelo Papa Bento XVI de D. Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício.

Da mesma forma que outros 22 prelados agora escolhidos por S. Santidade, o Cardeal Odilo passa a compor aquela antiga instituição para permanecer próximo ao Papa como conselheiro e colaborador.

Terá, principalmente, a tarefa de auxiliar o Sumo Pontífice, bem como convocar o colegiado para examinar as questões mais importantes. Também poderá votar e ser votado nas eleições dos sucessores de São Pedro, na cúpula do catolicismo.

Sr. Presidente, deixei o requerimento. Já estou fazendo praticamente o encaminhamento e peço que seja dado como lido todo o meu pronunciamento, porque sei que V. Ex^a está preocupado em esclarecer a situação com o Senador Arthur Virgílio. São dois Senadores que toda a Casa respeita muito: V. Ex^a, pela tranquilidade com que preside, e o Senador Arthur Virgílio, com o princípio de honestidade que respeitamos. E V. Ex^a, com tranquilidade, tenta sanar essa dificuldade.

Então, peço que essa homenagem a Dom Odilo Scherer seja dada como lida. Hoje ele é o Cardeal do meu Estado, é o Arcebispo de São Paulo que ingressa no Colégio dos Cardeais da Santa Sé.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o prazer de lhes comunicar que, anteontem (*sábado, 24/11/2007*), o Papa Bento XVI nomeou Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício.

Da mesma forma que outros 22 prelados agora escolhidos por Sua Santidade, o Cardeal Dom Odilo passa a compor aquela antiga instituição para permanecer próximo ao Papa como conselheiro e colaborador. Terá, principalmente, a tarefa de auxiliar o Sumo Pontífice quando convocar o colegiado para examinar as questões mais importantes. Também poderá votar e ser votado nas eleições dos sucessores de São Pedro na cúpula do catolicismo.

Recebi a notícia com dupla satisfação. Primeiro porque o Brasil ganha mais um cardeal – o 18.^o em nossa história – e, depois, porque foi escolhido o líder da Igreja em minha cidade. Mas, há ainda outros motivos para nos ufanarmos das decisões anunciadas por Bento XVI em duas das mais belas e tradicionais cerimônias na Basílica de São Pedro, culminando com a entrega dos barretes vermelhos e anéis cardinalícios aos prelados. Ombreiam-se, doravante, entre os 180 membros que podem votar por terem menos de 80 anos, embora todos os 201 cardeais sejam aptos a se elegerem Papa.

Dos quatro prelados latino-americanos nomeados, são eleitores, além de Dom Odilo, também o argentino Dom Leonardo Sandri e o mexicano Dom Francisco Robles Ortega. Dom Estanislao Esteban Karlic, o outro argentino escolhido, tem mais 80 anos.

Ressalto o fato de aumentar para quatro o número de participantes brasileiros no Sacro Colégio, onde já se encontravam Dom Cláudio Hummes, Ministro de Bento XVI; Dom Geraldo Majella, Arcebispo de Salvador; e Dom Eusébio Scheid, Arcebispo do Rio de Janeiro. E enalteço o imenso simbolismo contido na designação de Dom Emmanuel III Delly, do Iraque, com a qual o Papa evidenciou novamente os próprios anseios. Com incisivas palavras, instou à reconciliação e a paz entre os povos envolvidos na guerra iraquiana. Lançou convocação geral pelo fim do conflito e pediu que se

reafirme a solidariedade de toda a Igreja aos cristãos iraquianos.

“Sejam apóstolos de Deus, que é amor, e testemunhas da esperança evangélica”, disse Sua Santidade ao impor o barrete aos treze novos cardeais europeus, quatro latino-americanos, dois americanos, dois africanos e dois asiáticos.

Dom Odilo assumiu a maior arquidiocese brasileira em março último. Filho do Sr. Edwino Scherer e da Sra. Francisca Wilma Steffens Scherer, descendentes de imigrantes alemães da região do Sarre (Saarland), é natural de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, onde nasceu a 21 de setembro de 1949.

Parente distante do falecido cardeal Dom Vicente Scherer, Dom Odilo recebeu a ordenação de presbítero em 7 de dezembro de 1978, em Toledo, Paraná. Realizou os estudos preparatórios no Seminário Menor São José, em Curitiba. Cursou Filosofia no Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, também em Curitiba, e na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, de 1970 a 1975. Formou-se em Teologia no Studium Theologicum, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. É mestre em Filosofia e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel (1977-1978); no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo (1979-1982 e 1993); professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo (1980-1985); na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo (1985-1994); Professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina (1985); Vigário Paroquial e Cura da catedral de Cristo Rei, de Toledo (1985-1988); Reitor do Seminário Teológico de Cascavel (1991-1992); Diretor e professor do Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel (1991-1993); Reitor do Seminário Maria Mãe da Igreja (1993); Membro da Comissão Nacional do Clero da CNBB (1985-1988); da Comissão Teológica do Regional Sul II (1992-1993); Oficial da Congregação para os Bispos, na Cúria Romana (1994-2001).

Aos 52 anos, em 28 de novembro de 2001, foi eleito Bispo Titular de Novi e Auxiliar de São Paulo. Recebeu a ordenação episcopal feita em 2 de fevereiro de 2002 pelo

Cardeal Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo e sagrante principal, auxiliado por Dom Armando Círio, Arcebispo Emérito de Cascavel, e Dom Anuar Battisti, Bispo de Toledo, como consagrantes. Assumiu o cargo de Bispo Auxiliar de São Paulo a 9 de março de 2002. Em 20 de Março de 2007, o Papa Bento XVI nomeou-o Arcebispo, o sétimo da Capital paulista.

Dom Odilo foi também Secretário-Geral da CNBB (2003-2007), além de secretário-geral adjunto da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina CELAM e do Caribe, em maio de 2007.

A Arquidiocese que dirige é a Sé Metropolitana da Província Eclesiástica de São Paulo. Pertence ao Conselho Episcopal Regional Sul I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conforme está registrado na Wikipédia, enciclopédia da Internet que caminha celereamente para a posição de maior compêndio de conhecimentos já elaborado, “a história da Igreja Católica em São Paulo confunde-se, naturalmente, com a história da própria cidade.” Começa em 1553, quando, por iniciativa de Tomé de Sousa, governador-geral do Brasil, e com a ajuda do padre Leonardo Nunes, foi fundada a vila de Santo André da Borda do Campo.

No ano seguinte, alguns sacerdotes jesuítas, liderados por José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, subiram a Serra do Mar e, no Planalto de Piratininga, marcaram a fundação de São Paulo ao erguerem um tosco colégio entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí.

Decisiva nesses feitos foi também a participação de outras figuras históricas, a exemplo de João Ramalho e do Cacique Tibiriçá. Em 1560, o novo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, ordenou o fim da vila de Santo André da Borda do Campo e que todos os seus habitantes se instalassem no planalto. São Paulo ganhou status de vila e um pelourinho. Em 1711 recebeu o título de cidade. Possuía nove mil habitantes e, nos quase duzentos anos seguintes, esteve sob o domínio religioso de diversas dioceses.

Lembra ainda a Wikipédia que, até 1551, todo o Brasil era hierarquicamente dependente da Diocese do Funchal (Ilha da Madeira). Então, surgiu a Diocese de São Salvador da Bahia. Depois, com a fundação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1676,

a Igreja em São Paulo passa a responder a esse bispado, até 1745, quando finalmente é elevada à categoria de diocese pela bula do Papa Bento XIV, intitulada “Candor Lucis Aeternae”.

Com isso, a Igreja Católica começa a se ramificar mais rapidamente, seguindo o crescimento da cidade. Até 1892, a Diocese respondia por um território semelhante ao da atual Ucrânia, abrangendo Paraná e Santa Catarina, além de parte do sul de Minas Gerais. Nesse ano, criou-se a Diocese de Curitiba, compreendendo os limites paranaenses e catarinenses.

Em 7 de junho de 1908, Botucatu, Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal transformam-se em dioceses e apartam-se da abrangência diocesana de São Paulo. Havia quase um ano, o sul de Minas Gerais tinha adquirido autonomia com o nome de Diocese de Campanha. Mas, na mesma data de criação daquelas dioceses paulistas, a paulistana foi elevada à categoria de arquidiocese, sendo seu primeiro arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Entre sua criação e o ano de 1989, o território da nova Arquidiocese desmembrou-se em novas dioceses. São elas: Santos e Sorocaba (1924), Bragança Paulista (1925), Santo André (1954), Aparecida (1958), Mogi das Cruzes (1962), Jundiaí (1966) e Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista (1989).

Assim, Senhoras e Senhores Senadores, o Papa Bento XVI, além de nos honrar outra vez com uma sábia decisão, enriquece o seu corpo de auxiliares diretos e o Colégio Cardinalício mediante o ingresso de um prelado da mais elevada condição intelectual e marcante tradição episcopal. No final desta semana, ao retornar para São Paulo, Dom Odilo será recebido com uma série de solenidades já programadas à altura de tão importante escolha.

Parabéns ao eleito! Parabéns a Sua Santidade! Parabéns aos católicos! Parabéns a todo o povo brasileiro!

Era o que desejava comunicar.

Obrigado.

É O SEGUINTE O REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA.

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado voto de congratulações à Sua Excelência Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que no último dia 24-11-2007 foi nomeado Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar Sacro Colégio Pontifício, como conselheiro e colaborador, auxiliar direto do Sumo Pontífice, augurando-lhe saúde, vigor e muita sabedoria para um mundo melhor em paz e justiça.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª será atendido, nos termos do Regimento.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero dar conhecimento a esta Casa de um projeto que vem acontecendo no Estado do Amazonas, precisamente no Município de Itacoatiara. É um projeto de manejo florestal de baixo impacto. V. Exª é do Estado do Acre e tem um acúmulo de experiência acerca desse tema.

Sr. Presidente, a Casa deve conhecer esse projeto, porque ele é bem-sucedido. Tive a oportunidade de, na sexta-feira última, conhecer o projeto, conversar com os trabalhadores do projeto, conversar com os dirigentes da empresa, que é a Mil Madeireira, integrante do grupo suíço Precious Wood, porque há uma participação, nesse projeto, de fundos de pensão da Suíça.

Penso que é uma experiência importante, Sr. Presidente. São 450 mil hectares de terra, Senador Arthur Virgílio Neto. Eu não sei se V. Exª conhece esse projeto da Mil Madeireira, mas é um projeto que tem rigorosamente o inventário das espécies da floresta; há o corte, há o beneficiamento, há o tratamento, há um respeito nessa relação com as pessoas, com as famílias que estão lá. A Mil Madeireira emprega diretamente 550 trabalhadores.

Essa é uma área em que o trabalho do manejo tem pouco impacto ambiental, e a energia produzida a partir do corte da madeira vai para Itacoatiara, Senador Arthur Virgílio. Oitenta por cento da energia de Itacoatiara é produzida pelo projeto de manejo florestal oriundo da Mil Madeireira. Ou seja, a cidade de Itacoatiara, com 83 mil habitantes, Presidente Tião Viana, possui a sua energia alimentada a partir de um projeto de manejo, e é o único projeto de manejo de floresta que está sendo trabalhado na Amazônia – a Amazônia que é questionada, e, lamentavelmente, nós conhecemos a violência contra os povos da Amazônia

e contra a floresta amazônica, e protestamos contra essa violência.

Pois bem, temos em Itacoatiara esse grande projeto da Mil Madeireira, que está produzindo energia, produzindo renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas que estão trabalhando e vivendo nesse projeto. Precisamente 167 famílias vivem na área do projeto, de 450 mil hectares.

Sr. Presidente, é um projeto para que não só os Senadores da Amazônia, mas todos da Casa conheçam como pode se desenvolver um manejo sem causar prejuízos e danos à floresta amazônica!

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tem razão o Senador João Pedro quando demonstra que é possível se fazer a diferença entre o manejo florestal e as queimadas, que produzem o CO₂, que colocam o Brasil na condição lamentável de um dos maiores poluidores do mundo. Ou seja, uma coisa é o manejo, e é possível se fazer o manejo.

Aceito já o convite, Senador João Pedro, integrando uma comitiva de vereadores – quem sabe até podíamos pedir uma comissão externa do Senado para fazermos isso, uma comissão presidida por V. Ex^a e integrada por Senadores de diversas regiões e diversos partidos.

Nesse mesmo sentido, Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso ao jornal **O Estado de S. Paulo** pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia. É absolutamente imperdível o que começou a ser publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na série Grandes Reportagens. A parte que toca à Amazônia vale a pena ser lida, meditada e estudada pelos Parlamentares da região e por todos os Parlamentares brasileiros que tenham consciência da importância nacional e planetária da região mais estratégica do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer dois esclarecimentos. Eu estava aguardando que chegasse a Senadora Kátia Abreu para que ela pudesse estar presente, mas, como se aproxima a última hora da sessão, quero esclarecer que, quando, na quinta-feira última, a Senadora Kátia Abreu usou da palavra para formular uma crítica à Governadora Ana Júlia Carepa, utilizou-se indevidamente de informação incorreta.

Quando eu aqui havia lido a manifestação da Governadora Ana Júlia Carepa no caso referente a Parauapebas, é que eu havia assinalado o nome de uma detenta de 23 anos, com autuação por roubo qualificado, porte ilegal de armas e formação de quadrilha, que havia estado numa cela individual localizada num pavilhão com mais outras celas, que, ao todo, tinha 70 presos, mas todas essas celas eram divididas por grades, e não havia contato físico entre a detenta e os demais presos. Portanto, diferentemente do que entendeu a Senadora Kátia Abreu, imaginando que eu tivesse ali me referido, assim como a Governadora, ao caso da menor que ficou 15 dias presa com 20 homens.

Ademais, a Governadora tomou, sim, as providências e terá inclusive a oportunidade de esclarecer, juntamente com as autoridades do Estado e a sua Secretária de Segurança, que foi, por muito tempo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e jamais admitiria um episódio como esse.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, a bem da verdade, foram 27 dias.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço para concluir a minha palavra. Depois, o Senador Mão Santa fala, porque ele parece não ter compreendido o esclarecimento que aqui fiz.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço que ele aguarde eu terminar de falar para, então, esclarecer. Mas V. Ex^a não entendeu o que eu falei e já está se manifestando. A Senadora Kátia Abreu cometeu um engano referente à minha fala de esclarecimento, Senador Mão Santa: referiu-se a algo indevidamente.

O segundo ponto que quero esclarecer, Sr. Presidente, dada a nota de painel hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, é que, no tocante ao requerimento votado na semana passada na Comissão de Relações Exteriores sobre a admoestação do Rei João Carlos ao Presidente Hugo Chávez e a maneira como o requerimento foi apresentado, tendo eu sempre tido um procedimento de respeito às pessoas sem referir-me de forma ofensiva a quem quer que seja, não considere adequado votá-lo. Por isso, registrei meu voto contrário, que não foi consignado pelo painel da *Folha de S. Paulo*. Registre inclusive por escrito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência responde ao impasse que ficou em plenário nos seguintes termos: não chegou às mãos da Presidência, até agora, qualquer informação da Taquigrafia em que se encontrasse a expressão do Líder Arthur Virgílio de que o PSDB estaria em obstrução. Eu pedi que, ao mesmo tempo, a Secretaria da Mesa

ouvisse o áudio. No áudio consta a expressão “o PSDB está em obstrução”.

Portanto, a matéria está devidamente retificada, e caiu o quórum na matéria anterior.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude da falta de quorum para a votação do item 1 da pauta:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, de dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento:

(sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 58, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para*

determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 94, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 60, de 2005, tendo com primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.* (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art.*

222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas - OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, *que requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade*

a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas - OMA.

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo dizer a V. Exª que, realmente, qualquer momento de embate que me opõe a V. Exª é duro para mim, V. Exª sabe disso. Nós temos os nossos deveres.

Eu fico feliz com essa restauração, porque eu não poderia supor nunca nada diferente do que V. Exª acabou de produzir; nada diferente.

É um jogo em que, vamos deixar bem claro, se o Governo não é vitorioso aqui, ele é vitorioso acolá, o mundo não acaba. O Brasil foi descoberto em 1500 pelos ocidentais, já tinha uma civilização pré-cabralina antes. Ou seja, o importante para mim não era eu estar certo agora ou não. É o fato de, em eu estando certo, V. Exª ter tido a lisura que marca a sua vida pública de reconhecer isso publicamente.

E eu, neste momento, gostaria de... Inclusive não sei se, no calor aqui da emoção, da luta, me dirigi a V. Exª, em algum momento, de maneira mais dura. Se o fiz, peço desculpas, com a mais absoluta humildade e sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em nenhum momento, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu tinha convicção do que havia feito, do que havia produzido, e o resultado foi esse. Ou seja, o Governo não obteve os 41 votos necessários. E V. Exª cumpriu a palavra também de declarar o resultado às 17 horas e 24 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu parablenizo V. Exª por isso e fico muito feliz com o fato de termos agora um encontro, e não um desencontro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – A Presidência também cumprimenta V. Exª.

Só reitero a seguinte preocupação, Senador Arthur Virgílio: tanto tive um cuidado, diante do que ocorreu

na sessão passada, de um risco, de uma interpretação de condução equivocada da Mesa, que, no meio desta sessão, quando o Senador Mário Couto estava aqui, fiz um apelo a ele no sentido de que tivessem atenção e escalassem um Senador do PSDB que, na hora de obstruir ou pedir verificação, o fizesse. Quando eu era Líder, procedi sempre assim: deixava um escalado para não haver risco de, na leitura, a desatenção prejudicar o andamento do Regimento. A reposição da verdade, na minha opinião, a reposição do fato ocorrido engrandece tanto o Senador Arthur Virgílio quanto o Plenário e em nada diminui a Mesa, que agiu pautada na informação que tinha com todos os servidores, que em nada manipularam o que estava ocorrendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT- AC.) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar que nós então voltaremos a votar somente amanhã.

Quero pedir ao Senador Arthur Virgílio que amanhã acompanhe a nossa orientação porque se evita esse problema todo e podemos aprovar a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Em seguida, Senadores Mário Couto, Aloizio Mercadante e Heráclito Fortes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero seguir a mesma linha do Senador Arthur Virgílio, no sentido de dizer a V. Ex^a que vou à minha casa, com certeza, com muita tranquilidade porque saiba V. Ex^a que, pelo pouco tempo que tenho aqui, já disse várias vezes isso, tenho o maior respeito e admiração por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – É mútuo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – RR) – Eu sabia que V. Ex^a iria repor os fatos verdadeiros para que hoje todos saíssemos daqui em paz.

Vou fazer um pronunciamento na 4^a feira, com respeito à situação de mulheres presas juntamente com homens na capital paraense e no interior.

Eu ia fazer algumas considerações à fala do Senador Suplicy. E quero até pedir desculpas ao Senador Suplicy se fui ríspido com ele naquela ocasião. Faço isso com muita humildade.

Na quarta-feira irei à tribuna, Senador Suplicy, e vou, Sr. Presidente, pedir uma comissão para ir ao Pará verificar como está a situação carcerária naquele Estado.

Obrigado, Presidente Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Senador Aloizio Mercadante, Senador Eduardo Azeredo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria, mais uma vez, parabenizar a condução da Mesa. Primeiro, por fazer cumprir o Regimento. É absolutamente essencial para a nossa convivência que os Senadores tenham o domínio do Regimento e cumpram de forma disciplinar essas regras. Isso só contribui para nosso relacionamento. Segundo, afirmo que não consta da nota taquigráfica a palavra “obstrução”, consta “abstenção”. Ainda assim, a Mesa teve o rigor de solicitar o áudio e, de forma muito breve e passageira, conforme eu também pude ouvir, há menção a “obstrução”. V. Ex^a considera o áudio e mantém, portanto, uma revisão da decisão anterior, o que só engrandece e mostra que a Mesa tem que ser isenta, tem que ser rigorosa no cumprimento do Regimento, e é isso que constitui a credibilidade de V. Ex^a e desta Presidência. Quero parabenizá-lo pela sua atitude. Espero que alguns parlamentares que nesses momentos desconfiam, como já aconteceu na sessão passada, da condução de V. Ex^a passem a aprender com a convivência. Terão oportunidade, como estou tendo, ao longo de tantos anos, de saber que sua credibilidade, sua honradez, sua atitude, sempre pautarão seu mandato e sua condução nessa Presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Mercadante.

Senador Eduardo Azeredo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, como eu e o Senador Mário Couto fomos os dois causadores dessa celeuma toda, quero cumprimentá-lo pela sua grandeza em rever a decisão. Veja que a tecnologia está aí disponível para isso. A gravação mostra que, efetivamente, o Senador Arthur Virgílio falou que estava em obstrução. Quero saudar também os nossos ouvidos. Estamos com bons ouvidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex^a. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Após as palavras pela ordem se encerrará a sessão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Heráclito Fortes tem o recurso do art. 14 ainda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ape-

nas para, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, prestar um esclarecimento movido pelo respeito que tenho ao Senador Eduardo Suplicy, que está aqui a meu lado.

Semana passada, estávamos sabatinando quatro senhores embaixadores, e o Senador Flexa Ribeiro solicitou que fosse colocado em votação um requerimento de sua autoria, que já estava naquela comissão, de louvor ao Rei Juan Carlos, por conta do seu comportamento no encontro do Chile.

Ponderei algumas vezes que não se votasse, naquele momento, até porque encontrava-se sendo sabatinado o então e até agora embaixador do Brasil na Venezuela, o Embaixador João Carlos Souza Gomes, para se evitar que passasse S. Ex^a por qualquer constrangimento que pudesse vir em consequência dos debates. Ao tomar os votos, obtive o voto “não” do Senador Eduardo Suplicy e a concordância dos demais. Daí por que dei a votação por encerrada. Posteriormente, na sessão secreta, houve questionamentos, discutiu-se a matéria, aí já com a participação de outros Senadores que se manifestaram a respeito, inclusive o Senador Cristovam Buarque.

Eu queria deixar claro, para que não pare nenhuma dúvida de que houve condução, indução ou o que quer que seja na votação daquela proposta de um colega Senador.

É evidente que o presidente de uma comissão, agindo democraticamente, tem suas limitações. O requerimento encontrava-se lá, como se encontram também – e tenho conseguido segurar – dois requerimentos de repúdio ao Sr. Hugo Chávez. Como estamos, nesse momento, à espera do processo de julgamento da aceitação da Venezuela no Mercosul, venho tentando jogar para frente essa decisão, o que não consegui fazer com o voto de louvor ao Rei Juan Carlos.

O Senador Eduardo Suplicy poderia, naquele momento, ter interrompido a sessão, ter pedido a suspensão da votação. Infelizmente não o fez, e o resultado foi proclamado.

Faço este registro para que não fique nenhuma dúvida com relação ao que ocorreu na comissão. Não que ele tenha feito afirmativa duvidosa; apenas para que não fique nenhuma interpretação que não seja exatamente fiel àquilo que ocorreu naquela comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra aos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e Mão Santa. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, pelo art. 14, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria cumprimentá-lo pela tranquilidade, pela ética e pela confiança que traz a este Plenário que tantas angústias sofreu nos últimos meses.

O próprio Senador Arthur Virgílio, compreensivo de que não deveria subir mais o tom, confiou em V. Ex^a, nas notas taquigráficas e na escuta do áudio, que a Dr^a Cláudia se encarregou de fazer.

Então eu queria cumprimentá-lo. Eu me sinto feliz aqui neste plenário no dia de hoje, porque toda aquela intranquilidade, aquele sofrimento, aquela angústia que trazia cada um dos Senadores praticamente sofreu um banho de água fria, pois a decisão de V. Ex^a trouxe tranquilidade aos partidos que se sentiram prejudicados na votação e, sem dúvida nenhuma, trouxe para o futuro uma confiabilidade maior com V. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Senador Mão Santa tem a palavra pela ordem e, em seguida, o Senador Suplicy. (Pausa.)

Primeiro o Senador Suplicy pelo art. 14.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero esclarecer que eu conversei há pouco com o Senador Mão Santa e eu havia mencionado que houve um engano da Senadora Kátia Abreu ao interpretar a nota que eu li, referindo-se a uma outra moça de 23 anos que havia incorrido em alguns delitos e ficado presa em Parauapebas, numa situação diferente daquela outra moça menor que ficou presa durante diversos dias. Como eu mencionei quinze, ele esclareceu que, na verdade, ficou vinte e sete dias essa outra moça. Mas eu pensei que ele estivesse referindo-se a outro ponto que esclareci.

Então, atenciosamente, o Senador Mão Santa disse que esse era o ponto que ele queria, e eu aqui registro.

Com respeito à manifestação do Senador Heráclito Fortes, ele registrou, com precisão, que – na reunião, depois, ele explicou a nós todos – quis que fosse efetivamente rápida a decisão para que não debatêssemos o assunto diante do Embaixador da Venezuela, Embaixador João Carlos, que agora está indo para a Unesco. Entretanto, foi rápido o exame daquele requerimento, que nem chegou a ser lido na íntegra antes de ser votado. Inclusive, depois, na reunião reservada, conforme ele registrou, ponderei que não achava adequado votar favoravelmente àquele re-

querimento. E, por isso, registrei o meu voto, inclusive por escrito, como “não”. E mencionei que eu não iria questionar a forma regimental de votação, porque ele havia completado a votação de maneira regimental. Eu não questionei isso, mas quis registrar o meu voto “não”. Por que razão? – e está aqui o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro – porque eu posso ter muitas divergências com o Presidente Hugo Chávez devido a sua forma de ser, de agir. E, inclusive, tenho me manifestado – e aqui reitero – não recomendo ao Presidente Hugo Chávez que seja candidato à reeleição. Eu sou favorável a que não tenhamos a instituição do direito de reeleição. Votei contrariamente ao direito de reeleição. Não o recomendo ao Presidente Hugo Chávez.

Entretanto, como sempre tive o procedimento de tratar as pessoas, inclusive meu adversários, com muito respeito e cortesia, não considero o mais adequado elogiarmos aquele tipo de troca de palavras do Rei Juan Carlos com o Presidente Hugo Chávez, mesmo tendo em conta a minha discordância da forma dele agir, que achei que foi observada de outra maneira pelo próprio Primeiro-Ministro Zapatero, da Espanha.

Portanto, registro que votei contrariamente àquele requerimento, respeitando a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vinha do aeroporto, escutando a Rádio Senado, e ouvi o questionamento.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela forma regimental e correta com que V. Ex^a agiu. Como eu disse na sessão de quarta-feira, em que também houve dúvida com relação ao pedido de verificação de *quorum* ou não, V. Ex^a, pelo que escutei no rádio, mandou verificar o áudio e, reconhecendo que o Senador Arthur Virgílio tinha se colocado em obstrução, retornou à questão e deu como não aprovada a medida provisória.

Pelo que já foi dito, Senador Tião Viana, quero apenas me associar a todos os Pares que já o parabenizaram pela forma com que V. Ex^a tem se portado à frente da Presidência do Senado Federal.

Quanto à questão que o Senador Suplicy levantou e também o Senador Heráclito Fortes, a respeito da aprovação de um requerimento de minha autoria que

não tinha nada, Senador Suplicy, que pudesse desabonar o Presidente Hugo Chávez, mas, sim, aplaudir o Rei Juan Carlos pela atitude enérgica que ele tomou naquela ocasião em favor do seu país, eu só queria informar que o processo de votação foi correto. Foi lido o requerimento por inteiro pelo Presidente, Senador Heráclito Fortes, foi colocado em votação: “Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado”. Apenas V. Ex^a, Senador Suplicy, talvez não estivesse prestando a devida atenção à tramitação do requerimento e não tenha tido nenhum movimento no sentido de votar contra o requerimento. Terminada a parte da reunião aberta, já na parte da reunião reservada, para ouvirmos os quatro embaixadores, V. Ex^a então se posicionou, querendo que se reabrisse a questão quando a reunião fosse reaberta, o que não poderia, regimentalmente, ocorrer. Na hora de assinar a lista de presença, na assinatura do voto, V. Ex^a assinou e escreveu “contra”. Na realidade, todos nós sabemos que V. Ex^a se posicionaria contra, como o Senador Cristovam Buarque, que estava fora da sala por ocasião da votação. Eu mesmo disse ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O requerimento não foi lido na íntegra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, vamos ver as notas taquigráficas. V. Ex^a disse que ele não leu na íntegra. Vamos ver as notas taquigráficas se foi lido ou não. Quando o Senador Cristovam Buarque retornou à reunião, eu lhe disse que tinha sido aprovado e ele disse que ia se abster naquela votação.

Eu pediria a V. Ex^a que lesse o requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e minha, para criar uma comissão de Senadores para ir ao Pará esclarecer o absurdo que, lamentavelmente, está colocando o nosso Estado na mídia internacional. Falo do lamentável descuido do Governo e da Polícia do Estado do Pará, que prendeu uma jovem, hoje comprovadamente menor de idade, em uma cela com mais de vinte presos. E o que é pior, Senadora Serys, lamentavelmente, esse não foi o único caso. Outros casos de lá para cá já foram anunciados pela imprensa.

Eram essas as explicações que eu gostaria de dar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo, a quem peço a colaboração, concedo-lhe a palavra pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui reconhecer em V. Ex^a um companheiro compe-

tente, sério e em que todos nós confiamos pois agiu rigorosamente dentro do Regimento. É claro que sabemos que, apesar de haver 39 no painel, havia mais dois presentes, completando o *quorum* de 41 votos. V. Ex^a determinou... Fato inusitado na Casa, pelo menos nesses cinco anos em que estou representando o povo do Amapá.

Ao mesmo tempo, eu desejo cumprimentá-lo, também, pelo reconhecimento das palavras do Senador Arthur Virgílio, no sentido de ter pronunciado a palavra “obstrução”.

Então quero, mais ainda, engrandecer a atitude de V. Ex^a. A primeira foi o cumprimento rigoroso do dever regimental; a segunda, mais forte ainda, foi o seu reconhecimento no sentido de fazer notar que o Senador Arthur Virgílio também não faltou com a verdade e usou o termo “obstrução”.

Para encerrar, permita-me dizer, Sr. Presidente, que essa questão do Estado do Pará realmente é um caso muito sério. Tem a ver com a Região Amazônica. Há uma discussão nesta Casa muito grande, mas o certo é o seguinte: estamos esperando ouvir algumas palavras do Governo Federal no sentido de se posicionar quanto ao caso, principalmente em se tratando de um caso em que, uma jornalista política, ou seja, especialista, que ouvi hoje pela Rádio CBN, disse que a Governadora do Pará teria reconhecido, com as suas palavras, que aquilo já tinha acontecido ou acontecia normalmente. Não sei muito bem o que ela quis dizer, mas que acontecia normalmente, ou seja, ela incorria em um erro grave, em um crime de prevaricação. Ela até citava a juíza, mulher, que mandou prender; a Delegada, mulher; a Secretária de Segurança, mulher; e a Governadora, mulher. Ela dizia que esperava que houvesse um pedido de *impeachment* da Governadora do Estado do Pará pelo crime de prevaricação, exatamente porque ela teria declarado que aquilo já acontecia no Estado do Pará.

Mas não queremos levar o caso ao extremo. Queremos ouvir a Ministra Nilcéia, que já deveria ter se pronunciado publicamente. O Governo, pelo seu porta-voz oficial, já deveria também ter se pronunciado e se posicionado, visto que a Governadora do Estado do Pará, que é conhecida de todos nós, merece e tem o nosso respeito, conviveu conosco durante quatro anos aqui nesta Casa – eu, aliás, sou amigo pessoal dela – e poderia, assim, fazer um posicionamento de Governo Federal para esclarecermos cada vez mais o caso. Não é mais um caso do Pará, é um caso do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que embora o governo aposte na chance de o Brasil receber recorde de investimentos estrangeiros neste ano, dados do Banco Central mostram que a remessa de lucros e dividendos para as matrizes multinacionais nos quatro primeiros anos do governo Lula foi o triplo da registrada entre 1999 e 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada “Mangabeira nas mãos do STF”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que a estratégia do presidente Lula de editar um decreto criando um novo ministério para abrigar o filósofo Mangabeira Unger burlando o Congresso Nacional terá um obstáculo pela frente. O PSDB e o DEM apresentaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, criado no último dia 4, depois que Mangabeira Unger ficou sem cargo em consequência da rejeição pelo Senado da Medida Provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, da qual era chefe.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula

Entre 2003 e 2006, para cada US\$ 10 que entraram, US\$ 6 foram enviados ao exterior

Ganhos crescentes das multinacionais no país e efeitos do real valorizado explicam tendência, na opinião de economistas

NEY HAYASHIDA CRUZ
FERNANDO NAKAGAWA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Embora o governo aposte na chance de o Brasil receber recorde de investimentos estrangeiros neste ano, dados do Banco Central mostram que a remessa de lucros e dividendos para as matrizes das multinacionais nos quatro primeiros anos do governo Lula foi o triplo da registrada entre 1999 e 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Entre 2003 e 2006, no primeiro mandato de Lula, a cada US\$ 10 que entraram no Brasil, outros US\$ 6 foram enviados ao exterior como ganho às sedes. Nos quatro últimos anos da gestão FHC, foram remetidos US\$ 2 para cada US\$ 10 que entraram no país — valor pouco acima dos US\$ 2,5 remetidos durante o primeiro mandato do tucano, entre 1995 e 1998.

O ingresso de investimentos estrangeiros entre 2003 e 2006 somou US\$ 62,1 bilhões, enquanto as remessas foram de US\$ 37,8 bilhões, conforme os números do BC. Com o aumento desse envio de lucros, parte do efeito positivo que a entrada desse capital tem sobre as contas externas é reduzida.

Para alguns analistas, as remessas de lucros feitas na primeira metade do governo Lula refletem o que aconteceu no segundo governo FHC, quando, puxados pelas privatizações, os investimentos estrangeiros totalizaram US\$ 100 bilhões. Ou seja, agora que esses investimentos bilionários estão dando retorno, o envio de lucros para fora do país aumenta.

“As remessas cresceram porque o estoque de investimentos estrangeiros também está aumentando. Além disso, a rentabilidade das empresas cresceu muito nos últimos anos, porque a economia voltou a crescer”, afirma o economista Antônio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

Segundo ele, o volume de recursos enviado por multinacionais não chega a preocupar no curto prazo, porque por enquanto “a balança comercial compensa”. Para o futuro, o economista defende a adoção de políticas que atraiam investimentos para setores mais avançados e dinâmicos da economia. Assim, as remessas de lucros seriam um preço justo a se pagar pela criação de empregos e pelo aumento de produtividade da economia.

O BC não possui dados históricos sobre os setores que mais enviam lucros para fora do país, mas os números de 2006 ajudam a ilustrar um pouco esse quadro. No ano passado, os bancos foram os que mais remeteram recursos para seus sócios estrangeiros: US\$ 1,404 bilhão, o que representou 10,11% dos US\$ 13,883 bilhões remetidos ao exterior. Foram seguidos de perto pelas empresas de energia e gás (US\$ 1,378 bilhão) e pelas montadoras de automóveis (US\$ 1,318 bilhão).

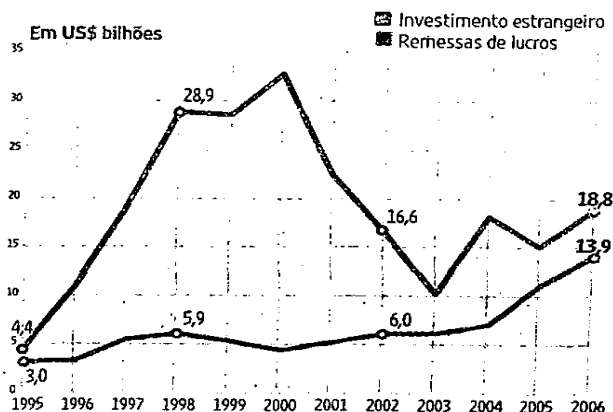
São três setores que vivem um bom momento em suas operações no Brasil. “De modo algum é um movimento de saída dos investimentos. Pelo contrário, o que vemos é a consolidação dos empreendimentos no Brasil”, avalia o diretor-executivo da Amcham-SP (Câmara Americana de Comércio), Arthur Vasconcellos.

Ele também cita a possibilidade de o bom resultado das subsidiárias nacionais ser usado para cobrir prejuízos das matrizes. “Como as unidades brasileiras têm apresentado bons resultados, com geração de caixa forte, o dinheiro pode sair para equilibrar as contas dessas companhias.”

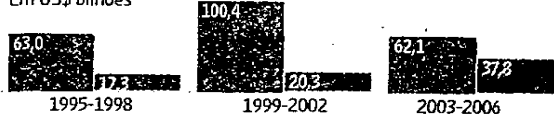
Lucratividade à parte, a queda do dólar é outro fator que tem impulsionado o envio de lucros para o exterior. Para o presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização), Luis Afonso Lima, o aumento das remessas

CONTAS EXTERNAS

Remessa de lucros para fora do país alcançou US\$ 37,8 bilhões no primeiro governo Lula



POR GOVERNO



EM 2007



US\$ 11,3 bi foi o valor das remessas enviadas para fora do país entre janeiro e agosto

Fonte: Banco Central

mostra uma “janela de oportunidade cambial”. “Há uma sensação de que o real vai passar por um processo gradual de desvalorização. Mandar os recursos agora, portanto, é mais vantajoso em dólar”, diz.

Ou seja, com a valorização do câmbio, um mesmo lucro em reais pode ser convertido para um volume maior de dólares, tornando mais vantajoso o envio de recursos a outros países.

Até agosto deste ano, US\$ 11,3 bilhões já deixaram o Brasil dessa forma, 31% a mais do que no mesmo período de 2006. Por outro lado, esse movimento foi compensado pela recuperação mais forte dos investimentos: no período, o ingresso de capital externo chegou a US\$ 26,5 bilhões, alta de 161%.

Oposição alega que o decreto do presidente Lula para o novo ministério seria inconstitucional, já que a criação de cargos públicos, como de ministros de estado, é prerrogativa do Congresso Nacional

Mangabeira nas mãos do STF

A estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de editar um decreto criando um novo ministério para abrigar o filósofo Mangabeira Unger burlando o Congresso Nacional terá um obstáculo pela frente. PSDB e Democratas apresentaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, criado no último dia 4, depois que Mangabeira ficou sem cargo em consequência da rejeição pelo Senado da Medida Provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, da qual era o chefe.

Os partidos alegaram que a nova pasta gera aumento de despesas do governo federal e repete o conteúdo da medida provisória rejeitada. Segundo os autores da ação, o decreto fere o artigo 48 da Constituição, que estabelece como atribuição do Congresso a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, e o artigo 84, que prevê aumento de despesas do governo somente depois da autorização do Congresso. O que não ocorre na edição de decretos. "Além de haver criação de cargo público ao arpejo da previsão le-

gal, o que contraria a Constituição, há também recuperação do conteúdo normativo que consta

va de medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional, o que malfez os preceitos fundamentais consagrados na Constituição", diz a ação. O relator é o ministro Cezar Peluso, que poderá conceder liminar antes de levar a matéria ao plenário.

O governo está certo de que vencerá a disputa no Supremo Tribunal Federal. Diz que a no-

meação de Mangabeira Unger como ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos está amparada no artigo 37 do Decreto 200 de 1967, que ainda está em vigor. Lembra que o texto, baixado na ditadura militar, foi usado inclusive pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para nomear cinco ministros extraordinários. No caso, Pelé (Esportes), Raul Jungmann (Política Fundiária), Ronaldo Sardenberg (Projetos Especiais), Freitas Neto

(Reforma Institucional) e Elcio Alvares (Defesa).

Integrantes do governo, que consideram o recurso da oposição parte da disputa política, ressaltam ainda que o decreto contestado não cria cargos, mas apenas sujeita a ordens de Mangabeira Unger dois órgãos já existentes: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo ataca TCU sobre problema em obras”, publicada no Jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, ficou irritado com a divulgação de lista de obras que o TCU, Tribunal de Contas

da União considera irregulares. Entre elas a de transposição de águas do rio São Francisco.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo ataca TCU sobre problema em obras

Ministro da Integração Nacional fica irritado com a divulgação de lista de obras que o tribunal considera irregulares

Geddel Vieira Lima vê ‘inconsistências graves’ em relatório do TCU que aponta irregularidades em 29 das 122 obras analisadas

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A cerimônia para prestação de contas do andamento do PAC (conjunto de obras para acelerar o crescimento da economia) foi usada pelo governo para desqualificar o trabalho do TCU (Tribunal de Contas da União), órgão de assessoramento técnico do Congresso Nacional.

Irritado com a divulgação de uma lista de obras consideradas irregulares pelo tribunal, na véspera do balanço do PAC,

o governo Lula escalou o ministro Geddel Vieira Lima (Integração Nacional) para disparar críticas contra o TCU. Na condição de deputado, ele sentiu-se à vontade para a missão.

Geddel disse que o relatório do tribunal tinha “inconsistências graves”, recomendou que os ministros do TCU lessem “o que vem do próprio corpo técnico” antes de aprovar os documentos e arrematou: “No caso da Integração [Nacional] não há nenhuma obra irregular”.

Diante dessa afirmação, tanto Geddel como a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) não se comprometeram a suspender os repasses para nenhuma das obras tidas como irregulares pelo TCU.

O tribunal analisou 122 obras

do PAC e apontou que 29 delas contêm irregularidade graves. Do Ministério da Integração Nacional, o documento destaca cinco obras com problemas.

Numa avaliação preliminar, Dilma afirmou que pelo menos cinco obras não poderiam constar do relatório do TCU porque os problemas já “estavam solucionados”.

Críticas

Apesar das ressalvas de que respeita e reconhece a importância do TCU, Geddel não conseguiu conter as críticas pelo relatório ter sido divulgado menos de 24 horas antes da festa montada pelo governo para comemorar o que qualifica de avanços no programa que é o carro-chefe do segundo man-

dato do presidente Lula.

Para uma platéia de jornalistas e empresários, Geddel disse que os ministros do TCU deveriam ser “mais cuidadosos ao apontar irregularidades graves quando elas são apenas questões pontuais e formais”.

Isso, enfatizou, “tira a credibilidade” do TCU, que tem parte dos ministros indicados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e passaria para a população que as obras listadas com problemas graves estão envolvidas em corrupção.

O ministro chegou para a entrevista munido com um texto que apontava as “inconsistências” do relatório para o governo. Entre elas, estava o fato de o tribunal ter colocado na lista de irregularidades uma

obra que o próprio TCU havia liberado na semana passada — a implantação do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas.

“Isso é uma inconsistência grave. Como libera numa semana e condena na seguinte?”, questionou.

Outra falha apontada pelo governo foi a inclusão de uma obra como irregular — projeto de irrigação Rio Preto, no Distrito Federal — cujo convênio já teria sido cancelado e o ministério já teria conseguido, inclusive, a devolução do dinheiro transferido.

Irritação

Geddel ficou particularmente irritado com a inclusão do projeto de transposição das águas do rio São Francisco na

lista do TCU. Disse que o tribunal apontou como irregularidade da obra um ponto do edital que ele já havia liberado anteriormente.

O fato, por sinal, foi tema de uma conversa por telefone anteontem à noite com o ministro responsável pelo relatório, Benjamim Zymler, tão logo Geddel tomou conhecimento do documento. “Disse a ele que o tribunal não pode simplesmente dizer ‘errei, foi mal’ para justificar que aprovou algo e depois mudou de ideia.”

O TCU não foi o único alvo de críticas e recomendações dos ministros presentes à cerimônia para divulgar o balanço do PAC que, mais uma vez, foi marcada por uma exaustiva apresentação de Dilma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “O mulá Omar brasileiro”, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 12 de setembro de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi analisa e lamenta a atual estrutura do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na gestão do presidente Lula. Para o articulista, a escolha de Luciano Coutinho para a presidência do BNDES se compara a liderança do afegão, Mulá Omar, líder do Taliban, grupo fundamentalista que tentou impedir a entrada da modernidade no Afeganistão, proibindo o uso dos radinhos de pilha naquele país. Segundo Mainardi, Luciano Coutinho fez o Brasil retroceder no tempo ao implementar a reserva de mercado na área de

computadores no governo Sarney. “No mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple o Macintosh, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia fabricar sucata na Zona Franca de Manaus.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Mulá Omar brasileiro

Luciano Coutinho é o Mulá Omar brasileiro. Mulá Omar tentou deter o progresso e a modernidade proibindo o uso de radinhos de pilha em Cabul. Luciano Coutinho fez o Brasil retroceder no tempo ao implementar a reserva de mercado para a área de computadores no governo de José Sarney, em meados da década de 1980. Dito de outra maneira: no mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple fazia o lançamento do Macintosh e a Intel desenvolvia o 386, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia espontaneamente fabricar sucata tecnológica na Zona Franca de Manaus, o Vale do Silício no tacacá.

No segundo mandato de Lula, Luciano Coutinho foi nomeado presidente do BNDES. Ele tem o poder de determinar o rumo da economia do país, escolhendo onde o governo aplicará boa parte de seu capital. Em 1997, com seu tapa-olho da Cepal, com seu nacionalismo cicolópico, o Mulá Omar brasileiro atacou a venda da Telebrás às operadoras estrangeiras, com o argumento de que era melhor criar uma grande empresa nacional de telefonia. Agora, no BNDES, ele terá a oportunidade de retroagir dez anos e participar com dinheiro público na fusão de duas operadoras privadas, Oi e Brasil Telecom. Em 1997, ele atacou também o processo de venda da Vale do Rio Doce. Agora que o PT, no congresso realizado na última semana, resolveu apoiar oficialmente o plebiscito para reestatizar a companhia, ele poderá colocar suas idéias em prática.

“No mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple fazia o lançamento do Macintosh e a Intel desenvolvia o 386, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia espontaneamente fabricar sucata na Zona Franca de Manaus”

Por que é que estou dizendo tudo isso? Por causa dos 36 348 servidores que o governo pretende contratar em 2008, a um custo de 3,4 bilhões de reais. Esse é o dado bruto. Mas o que me interessa é o dado particular: o tipo de gente que será contratada. Veja o caso do BNDES. Luciano Coutinho transformou-o numa espécie de Zona Franca do lulismo. Há um diretor indicado por Benedita da Silva, há outro diretor indicado pelo Bispo Crivella, há o pessoal trazido pelo próprio Luciano Coutinho de uma reserva de mercado da Unicamp. O BNDES está cheio de técnicos formados nas melhores universidades do mundo. O patriotismo de Luciano Coutinho acabou prevalecendo, e um departamento do banco foi entregue a um professor da Faculdade Esuda.

Luiz Gonzaga Beluzzo, colega de Luciano Coutinho e um dos responsáveis pela política econômica de José Sarney — aquela que presenteceu o país com uma inflação de 2 751% —, também foi convidado para ocupar um cargo no governo: presidente do conselho curador da TV Pública. Ele é sócio da *Carta Capital*. Dá para ser empresário da mídia e, ao mesmo tempo, controlar a TV estatal? Quem mais? Romeu Tuma Júnior é o novo secretário nacional de Justiça. Um de seus papéis será ajudar a rastrear o dinheiro mantido ilegalmente fora do Brasil. Num depoimento à magistratura italiana, um dos diretores da Telecom Italia considerou-o ligado a Daniel Dantas. O talibanismo lulista é assim mesmo: cabem os amigos e os inimigos, cabem os membros de uma tribo e de outra. Desde que o Brasil caminhe para trás.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
Esta encerrada a sessão.

Levanta-se a Sessão às 18 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 27, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.*

Parecer de Plenário nº 1.104, de 2007, Relator revisor: Senador Romero Jucá, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, favorável, e pela rejeição das emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 26.2.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *instui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 –COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 -art. 336,II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

-de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007, art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art.*

18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição*

Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece. Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 -CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)*

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Álvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Pareceres sob n°s 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue -Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) -que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado.

EXTRAPAUTA

1

REQUERIMENTO Nº 1146, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1146, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

2

REQUERIMENTO Nº 1157, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2007, da Senadora Ideli Salvati, *que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

3

REQUERIMENTO Nº 1256, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1256, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

4

REQUERIMENTO Nº 1257, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1257, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

5

REQUERIMENTO Nº 1260, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1260, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.*

6

REQUERIMENTO Nº 1261, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1261, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, além da Co-*

missão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

7

REQUERIMENTO Nº 1262, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1262, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

8

REQUERIMENTO Nº 1263, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1263, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

9

REQUERIMENTO Nº 1264, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1264, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

10

REQUERIMENTO Nº 1265, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1265, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

11

REQUERIMENTO Nº 1266, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1266, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

12

REQUERIMENTO Nº 1267, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1267, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

13

REQUERIMENTO Nº 1287, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1287, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

14

REQUERIMENTO Nº 1288, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1288, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2003; 151 e 531, de 2007 e 531; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

15

REQUERIMENTO Nº 1295, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1295, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

16

REQUERIMENTO Nº 1296, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1296, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

17

REQUERIMENTO Nº 1297, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1297, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

18

REQUERIMENTO Nº 1298, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1298, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

19

REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1315, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2003; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

20

REQUERIMENTO Nº 1317, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1317, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 e o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2003, por regularem a mesma matéria.*

21

REQUERIMENTO Nº 1318, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1318, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

22

REQUERIMENTO Nº 1333, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1333, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4514, de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, resolve ALTERAR o Ato nº 2818, do Diretor-Geral, datado de 22 de agosto de 1997 e publicado no Diário do Senado Federal em 23 de agosto de 1997, que aposentou o servidor MOACIR RODRIGUES DA SILVA, matrícula 20804, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para excluir a vantagem da Resolução do Senado Federal nº 76/95 e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94, combinado com a Decisão 481/97, do Egrégio Tribunal de Contas da União, a partir de 23 de agosto de 1997.

Senado Federal, em 24 de agosto de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclydes Mello ^{1, 2}

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclydes Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS